



**Universidade de Brasília
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
Departamento de Ciência da Informação e Documentação**

**O Arquivo Público do Distrito Federal: contextos,
concepções e práticas informacionais na trajetória
de uma instituição arquivística**

Shirley do Prado Carvalhêdo

**Brasília – DF
2003**

Universidade de Brasília

Faculdade de Estudos Sociais Aplicados

Departamento de Ciência da Informação e Documentação

Coordenação de Pós-Graduação

**O Arquivo Público do Distrito Federal: contextos, concepções e práticas
informacionais na trajetória de uma instituição arquivística.**

Shirley do Prado Carvalhêdo

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência da
Informação e Documentação da Universidade de Brasília,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Ciência da Informação.

Profª. Orientadora: Georgete Medleg Rodrigues, Doutora.

BRASÍLIA

2003

Shirley do Prado Carvalhêdo

**O Arquivo Público do Distrito Federal: contextos, concepções e práticas
informacionais na trajetória de uma instituição arquivística.**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência da
Informação e Documentação da Universidade de Brasília,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Ciência da Informação.

Prof^ª. Orientadora: Georgete Medleg Rodrigues, Doutora

BRASÍLIA

2003

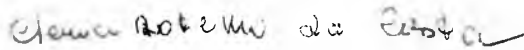
Dissertação apresentada ao
Departamento de Ciência da Informação
e Documentação da Universidade de
Brasília como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre.

Brasília, 26 de junho de 2003.

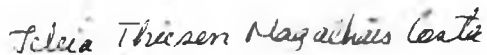
Aprovado por:



Prof.ª Dr.ª Georgete Medleg Rodrigues - Presidente



Prof.ª Dr.ª Cléria Botelho da Costa - Membro



Prof.ª Dr.ª Icléia Thiesen Magalhães Costa - Membro

Prof.ª Dr.ª Sely Maria de Souza Costa - Suplente

A Deus,
Um Amigo sempre presente em todos os momentos da minha vida.

À Rosane Montiel (*in memoriam*) e Georgete Medleg, orientadora,
Amigas queridas que me ensinaram a paixão pelas trilhas da pesquisa científica.

AGRADECIMENTOS

À Selma do Prado, mãe, Jaime e Soraya Honorato e Sílvia Carvahêdo, irmãos, por terem acreditado em mim e pelo amor que nos une e me torna forte na batalha pela vida. Eu amo vocês!

À Neyde Guimarães, Léa de Jesus e Marlene Cerqueira, vocês são exemplo de grandes mulheres que eu busco seguir.

À Nira Fialho, amiga tão especial, que apesar da distância sempre se fez presente.

Ao Jorge Feccuri, pelo enorme apoio e paz em um momento tão crucial.

À Silvia Gontijo, por tantas vezes ter ouvido as minhas inquietações.

Ao Márcio Amorim e seus pais, Salomão e Sônia, pelos anos de companheirismo e ensinamentos.

Ao Pr. Jaire, pelo alento e auxílio no meu crescimento espiritual.

Aos mestres tão queridos, Tarcísio Zandonade e Armando Malheiro, pela atenção, paciência e pelos bons livros emprestados.

Ao amigos Pedro Henrique Mendes, Sullivan e Américo Brasil, pela amizade e pelas dicas científicas.

Ao Walter Nascimento e Carlos Cordeiro, biblioteca do IBICT, pela indicação de materiais preciosos.

Aos alunos da Universidade de Brasília - UnB e Faculdade Cecap, pelo crescimento profissional e experiência obtidos.

Aos professores Sely Costa e Ulpiano Meneses, pelas críticas e sugestões de leituras ao projeto desta dissertação que, infelizmente por incompatibilidade de agendas, não puderam participar da banca examinadora.

À Márcia e Marta do DePHA, pelos documentos indicados gentilmente que nortearam os caminhos da minha pesquisa e fizeram grande diferença.

Aos Idealizadores, ex-superintendentes e ex-funcionários do ArPDF por terem respondido aos questionários, e concedido as entrevistas, que tiveram uma grande importância na produção do trabalho.

Ao Arquivo Nacional pelo envio do material sobre o ArPDF.

Ao professor José Jorge de Carvalho, pela rica entrevista, que me auxiliou a entender o atual contexto político brasileiro.

Aos funcionários das Secretarias de Graduação e de Pós-graduação do Departamento da Ciência da Informação e Documentação – UnB.

Aos professores Eliane Braga, Kátia Isabelli, Renato Tarcisio, Sueli Angélica do Amaral e Antônio Miranda, pela construção grandiosa do Departamento de Ciência da Informação - UnB.

À Elaine, bibliotecária do Arquivo Público do Distrito Federal, pela cessão de materiais institucionais.

SUMÁRIO

Sumário.....	i
Lista de Quadros.....	iv
Lista de Gráficos.....	v
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	vi
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
1. Introdução.....	1
1.1 Definição do problema.....	1
1.2. Hipóteses.....	8
1.3. Objetivos.....	8
1.4 Justificativa.....	9
1.5 Universo da Pesquisa.....	11
1.6 Revisão de Literatura.....	20
1.7. Referencial Teórico e Metodologia.....	27
Capítulo I. A concepção de Arquivo Público Permanente segundo a tradição brasileira.....	33
1. A gênese da instituição “arquivo público.....	33
2. O Arquivo Público segundo a tradição brasileira.....	40
Capítulo II – O Arquivo Público no Contexto Brasiliense.....	59
1 – Origens e Criação do Arquivo Público do Distrito Federal.....	59
2 - O Decreto de Criação e o Regimento.	73
3 - Com a palavra: os idealizadores da criação do ArPDF e suas concepções.....	79
3.1 Perfil Institucional dos Idealizadores.....	79
3.2 O papel dos idealizadores na criação do Arquivo Público do Distrito Federal.....	81
3.3 A concepção dos idealizadores sobre o significado da instituição Arquivo Público.....	83

3.4 O papel do Arquivo Nacional na criação do Arquivo Público do Distrito Federal	84
3.5 O papel de Walter Mello na criação do Arquivo Público do Distrito Federal.....	85
3.6 Fatores que impulsionaram a criação do Arquivo Público do Distrito Federal.....	87

Capítulo III. O Arquivo como Agência do Poder Simbólico e suas Práticas

Informacionais.....	89
1. O Poder dos Agentes Públicos nos Aparatos do Estado.....	89
2. Com a palavra, os agentes públicos (1987-1998)	91
2.1 Motivação do agente em trabalhar em instituição arquivística.....	92
2.2 Significado da Instituição para o Agente	94
2.3 Papel dos agentes públicos no cumprimento das funções inerentes à uma instituição arquivística.....	95
2.4 Concepções dos agentes públicos sobre os usuários.....	98
2.5 Impressões dos agentes sobre o período em que trabalharam no ArPDF.....	101
3. As práticas informacionais do ArPDF no período de 1987 – 1998.....	102
3.1 Exposições.....	103
3.2 Fundos	107
3.2.1 – Fundos Privados	108
3.2.1 – Fundos Públicos	109
3.3 Instrumentos de Pesquisa e de Gestão.....	110
3.4 Publicações e Difusão	112
3.5 O ArPDF na Imprensa.....	117
3.6 Formação de Recursos Humanos	118
3.7 Consultas	125
4 – O Silêncio (1999 – 2001)	126
4.1 O Contexto Político como motivador das demissões.....	130

4.2 O Contexto Político e o ArPDF na fala dos Idealizadores.....	132
4.3 As demissões: o silêncio nas práticas informacionais.....	134
4.4 As práticas informacionais do ArPDF no período de 1999-2001	137
4.4.1 Exposições.....	137
4.4.2 Fundos	139
4.4.3 Instrumentos de Pesquisa e de Gestão.....	140
4.4.4 Publicações e Difusão	141
4.4.5 O ArPDF na Imprensa.....	143
4.4.6 Formação de Recursos Humanos	144
4.4.7 Consultas	147
5. Conclusão.....	148
6. Recomendações.....	152
7. Glossário.....	153
8. Referências Bibliográficas.....	159
9. Anexos	
A- Decreto nº 8.530, de 14 de março de 1985.....	167
B- Questionários dos Idealizadores da época da criação.....	173
C- Questionários dos Idealizadores da época da trajetória.....	174
D- Questionários do ex-superintendente da época da criação.....	175
E- Questionários do ex-superintendente da época da trajetória.....	178
F- Questionários do superintendente atual.....	181
G- Questionário dos ex-funcionários.....	184
H- Questionários dos funcionários.....	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Perfil institucional dos idealizadores da criação do ArPDF.....	80
Quadro 2 Exposições realizadas pelo ArPDF (1988-1998).....	106
Quadro 3 Fundos recolhidos pelo ARPFD (1987-1998)	
Quadro 4 Instrumento de Pesquisa e Gestão produzidos pelo ArPDF (1989-1998).....	110
Quadro 5 Publicações produzidas pelo ArPDF (1989-1998).....	112
Quadro 6 O ArPDF na Imprensa.....	117
Quadro 7 Formação de recursos humanos do ArPDF 1988 - 1997 (participação em eventos científicos e capacitação profissional).....	119
Quadro 8 Eventos dos quais ex-agentes públicos do ArPDF participaram.....	123
Quadro 9 Cursos em que os ex-agentes públicos do ArPDF participaram.....	124
Quadro 10 Consultas realizadas no ArPDF (1991-1998).....	125
Quadro 11 Exposições realizadas pelo ArPDF (1999-2001).....	137
Quadro 12 Comparação de exposições realizadas pelo ArPDF.....	138
Quadro 13 Instrumentos de Pesquisa e Gestão produzidos pelo ArPDF (1999-2001).....	140
Quadro 14 Relação de publicações não esgotadas referenciadas no guia dos acervos 2000 publicadas pelo ArPDF.....	140
Quadro 15 Publicações e Difusão do ArPDF (1999-2001).....	141
Quadro 16 O ArPDF na imprensa (1999-2001).....	143
Quadro 17 Formação de recursos humanos do ArPDF 1999- 2001 (participação em eventos científicos e capacitação profissional).....	144
Quadro 18 Consultas realizadas no ArPDF.....	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Títulos de Exposições por Ano realizadas pelo ArPDF.....	139
Gráfico 2 Quantidade de publicações produzidas por ano pelo ArPDF.....	142
Gráfico 3 Quantidade de matérias na imprensa por ano.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de Brasília

AN – Arquivo Nacional

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CODEPLAN – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central

CONARq – Conselho Nacional de Arquivos

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DePHA – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF

GDF – Governo do Distrito Federal

GT – Grupo de Trabalho

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

SEA – Secretaria de Administração

SEC - Secretaria de Educação e Cultura

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

SISG - Sistema de Serviços Gerais

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo compreender os antecedentes, a criação e a trajetória de uma instituição arquivística pública, a partir de um estudo de caso: o do Arquivo Público do Distrito Federal. Buscou-se também demonstrar que a instituição arquivística constitui-se num espaço de conflitos e paradoxos; espaço ao mesmo tempo acumulador/produzidor de informações e de conhecimento; um “local de memória”, ainda que, de uma maneira geral, da memória oficial registrada, resultante da própria formação do Estado e de suas atribuições e representações de poder. Tudo isso tendo como pano de fundo os diferentes contextos sociais e políticos do Brasil e do Distrito Federal, que, de alguma maneira, influenciaram sua história como uma instituição pública com uma função peculiar, isto é, uma instituição responsável pelo recolhimento, custódia, proteção e difusão das informações produzidas e acumuladas pelo governo do Distrito Federal.

ABSTRACT

This dissertation aims at understanding the background, foundation and development of a public archive institution, taking advantage of a case study: The Public Archive of the (Brazilian) Federal District. An attempt was made also at demonstrating that a public archive institution is a space of conflicts and paradoxes: (a) a space which is at the same time accumulator/producer of information and knowledge; (b) “the ‘locus’ of (social) memory”, even though, by and large (generally speaking), only a ‘locus’ of the ‘official’ recorded memory, stored up through the formative steps of the State itself and through its attributions and power representations. This analysis has been done against the background of the varying social and political contexts in Brazil, in general, and in the Federal District, in particular. These contexts have somehow had an influence on the history of this public institution having such a peculiar function, a. k. a., an institution responsible for the collection, custody, protection and dissemination of an information fund, produced and accumulated by the Government of the Federal District.

INTRODUÇÃO

1.1. Definição do problema

“Papéis velhos, lugares sujos e escuros, mofo, sótão, porão, objetos velhos e quebrados, poeira, monóxido de carbono, arquivo morto, inabitável, depósito, massa documental acumulada, bagunça, sem valor”. Interrogados sobre o significado da instituição arquivo público - o que a idéia de arquivo público os remetia - estas foram as definições encontradas pelos alunos da disciplina “Gerenciamento de Arquivos”. Este tipo de “imaginário” acerca dos arquivos públicos não nos deve surpreender. Na maioria das vezes, quando se pensa nesses arquivos, essas “definições” são expressas por pessoas de diferentes classes e nível de instrução. De acordo com Lodolini (1991, p.30), em noventa por cento dos casos, quando se indaga a qualquer pessoa, mesmo pessoas cultas, acerca da definição de arquivo, estes terão uma idéia mais ou menos vaga e imprecisa, mas quase sempre associada ao conceito de “papéis velhos e empoeirados”.

No Brasil, tanto o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1998), quanto o *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa* (1998), dedicam um verbete à expressão **Arquivo Morto**. O primeiro define “Arquivo Morto: o que já não é consultado, ou, raramente o é, pelo órgão que o originou”. O segundo descreve “A. Morto: o de documentos muito antigos, numa repartição, e que raramente é consultado”. A opção dos dicionários pelo termo “arquivo morto” - e não arquivo permanente ou histórico - reflete, de certa forma, a realidade de muitos arquivos públicos no País em decorrência de atitudes ambivalentes do Estado brasileiro em relação à informação, orgânica ou não. Este ora a considera como algo estratégico, valorizando-a, disseminando-a e incentivando a criação de sistemas de informação, ora faz o papel de depositário incoseqüente das “verdades informacionais”, remetendo-a ao descaso. Essa realidade também limita a divulgação da Arquivologia, dos seus conceitos, teorias e princípios, bem como de seus especialistas dificultando o diálogo com a sociedade.

Essa idéia de ambivalência do Estado brasileiro em relação à informação foi desenvolvida por alguns autores como José Maria Jardim (1999) que, entre outros aspectos buscou circunscrever o Estado brasileiro na categoria conceitual de “campo informacional”, segundo a definição de Bourdieu (1996) e, nesse caso, apontando as condições de produção e disseminação da informação, em especial a informação arquivística, na administração pública federal e seu uso social. No prefácio desse livro de Jardim, González de Gómez por sua vez afirma que “sob o modelo jurídico-representativo de Estado, a informação documentária começou a crescer e acumular-se como acompanhamento e legitimação dos atos de governo, instrumento de controle e regulação da população, além de base do cálculo antecipador do desempenho das ações do Estado sobre a população”. Neste sentido, prossegue González de Gomez “a informação arquivística, por seu caráter reflexo da ação do Estado, reproduz todos os discursos, ações e estratégias desenvolvidas em seu campo” (JARDIM, 1999, p. 17,19).

Na mesma linha de observação, Souza (1995) constata no comportamento do Estado no Brasil, até a década de 80, a coexistência, com ênfases diferentes, de duas vertentes no plano da informação, que ocasiona uma instabilidade na política de informações afetando também a história dos arquivos: uma vertente patrimonialista e outra democrática. Segundo essa autora, a visão patrimonialista que o Estado brasileiro teria levado à formulação e implementação de políticas informacionais associadas à questão da memória:

[...] evidenciada na relação da memória com o patrimônio histórico e artístico e sua dependência do Estado. [...] A informação, ou era considerada componente da esfera pública da comunicação, com função social e educativa, ou era fator de poder econômico ou estratégico, ficando submetida, em diferentes momentos, aos princípios de sigilo, de censura ou aos critérios econômicos do mercado [...] o Estado assume o papel de principal agente da formação e gestão das memórias documentárias, responsável pelas decisões de coleta, acréscimo e dinamização desses acervos através das diversas esferas de comunicação (SOUZA, 1995, p. 61-62).

Por outro lado, esse mesmo Estado, ao agir assim, “privatiza” as informações, prossegue Souza:

[o Estado] trata a informação como/sua propriedade [...] atinge a Sociedade Civil por meio do seu intermédio; e também a usa como coisa/objeto com diferentes graus de disponibilidade e de acessibilidade para o público [...] O Estado funde ou desagrega coleções bibliográficas, divulga ou esconde a informação [...] (IDEM, p. 61-62).

Sob os governos militares, essas políticas de informação viviam um certo paradoxo, pois:

[...] se por um lado estavam propensos ao progresso tecnológico e econômico do país, por outro, submetiam-se aos ditames da segurança nacional e ao fortalecimento do Estado. Ao mesmo tempo em que este governo incentivava, desenvolvia e automatizava as coleções especiais e bibliotecas afetava às instituições propulsoras de desenvolvimento nacional, policiava os acervos e cerceava o acesso à informação. A informação extraída dessas unidades, passa a ser objeto de segurança nacional devendo ser avaliada, escondida, protegida e até mesmo alterada a bem dos interesses do Estado (SOUZA, 1995, p.61, 62).

Nessa perspectiva, foram criados, na década de 1970, órgãos de grande importância para a preservação da memória nacional. Criou-se a Fundação Pró-Memória, a Funarte, o Instituto Nacional de Artes Cênicas, Instituto Nacional de Artes Plásticas, além de programas de trabalho como a Campanha Nacional do Folclore e o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas no Brasil. Registra-se ainda, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural, em Brasília (CAMARGO, 1999). No final dessa mesma década, início dos anos 1980, o país passava, mais uma vez, por um momento de crise, de transição. Para Cardoso (1985) o Brasil vivia um mal-estar social e estava ávido por mudanças, transformações econômicas e políticas e por isso havia a necessidade de discutir a democracia. A discussão da democracia naquele momento era concretizada pelo movimento das “Diretas Já”, que representava o direito de escolha direta dos representantes

do país. É importante ressaltar que, à época, Cardoso já sinalizava, em sua fala, para a importância do fator “informação”, afirmando que parte do processo democrático relacionava-se à questão da informação. Segundo Cardoso (1985):

O problema inicial a enfrentar para evoluir na direção da participação era aumentar a informação [...] O primeiro passo para que se possa realmente fazer-se algo mais sólido na direção da participação era aumentar o grau de informação [...] Sem informação, a participação visa à manipulação [...] (CARDOSO, 1985, p. 64, 65, 67).

Na verdade, Cardoso, em seu discurso, retomava alguns princípios caros à Revolução Francesa. Deve-se recordar que a questão do direito ao acesso à informação surge em 1789, sob os ideais de “Igualdade, Fraternidade e Liberdade” da Revolução Francesa e que este acontecimento, além de representar o renascimento, da noção de democracia, foi um marco para a história dos arquivos, pois, conforme afirma Duchein (1983, p.3, tradução da autora) “esta revolução proclamava que os documentos dos ‘arquivos nacionais’, ou seja, os arquivos pertencentes à nação, incluindo os arquivos governamentais, administrativos, judiciais e eclesiásticos – deveriam ser comunicados sem reserva a todos os cidadãos de acordo com as suas demandas”.

Guardadas as devidas especificidades desses dois momentos históricos, pode-se estabelecer que no Brasil as mobilizações contra a ditadura militar e por uma abertura democrática, propiciam uma nova linguagem política e cultural no País que envolve o uso da informação e, por conseqüência, das instituições arquivísticas públicas inseridas em uma vertente democrática. Segundo Araújo (1998, p.14) “a transição para a democracia (no caso dos Estados latino-americanos) envolveu a reconstrução das instituições do estado e a transformação das instituições da sociedade civil”.

Nesse contexto, iniciam-se, na década de 80, as transformações no Arquivo Nacional, sendo empreendida uma modernização que resultou na transferência da instituição para um novo prédio e a criação de uma estrutura organizacional adequada às

suas funções, o que vai ao encontro das afirmações de Franco (1986, p. 7) segundo as quais “historicamente, a formação dos arquivos acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais e possibilita uma visualização das crises e alternativas da realidade política”. E também nesse momento, após um período de maturação, que ocorrerá a criação do arquivo público do Distrito Federal, fundação que está relacionada, em grande parte, às mudanças políticas do período. De fato, em 1985, como o regime militar brasileiro implantado com o golpe de 1964 chega formalmente ao fim, inicia-se a redemocratização institucional do país, democratizando-se também a capital federal, porque pelo direito concedido na Emenda Constitucional número 25, o Distrito Federal pôde eleger, pela primeira vez, uma representação política em nível nacional (BADANHAN, 1995).

Por isso, não causa surpresa que, naquele mesmo ano, tenha sido criado em 14 de março, pelo Decreto nº 8.530, o Arquivo Público do Distrito Federal como “órgão da Administração Direta, relativamente autônomo, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, responsável por recolher, preservar e garantir proteção especial a documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pela Administração Direta, Indireta e Fundações do Distrito Federal” (DECRETO nº 8.530, 1985, art. 2º) Curiosamente, observa-se que a questão do acesso à informação será neste Decreto tardiamente citado no seu artigo 10.

Porém, a questão do direito ao acesso às informações teria um grande destaque na Lei Maior do País. Três anos após a criação do Arquivo Público do Distrito Federal, foi promulgada a Nova Constituição Federal que expressava em seus artigos 5º, 23º, 215º, 216º, 220º e 221º uma maior preocupação dos legisladores em relação ao acesso do cidadão à informação e à gestão de documentos governamentais. Vários trabalhos já apontaram a responsabilidade do Estado em garantir o acesso dos cidadãos às informações, além da proteção do patrimônio cultural e nos limites de nossa pesquisa, gostaríamos de destacar alguns desses trabalhos que julgamos fundamentais.

Em relação a esses direitos expressos na Constituição, Jardim (1999) faz algumas ressalvas:

[...] a Constituição trouxe um amplo leque de direitos fundamentais e de garantias de várias espécies, representando um modelo de Constituição Social, que poderia permitir a construção de um Estado democrático, mas, dez anos depois, a implementação significativa desses direitos e garantias encontrava-se distanciada do cotidiano dos cidadãos [...] confrontamo-nos, portanto, com um processo histórico no qual a opacidade informacional do Estado brasileiro constituiu uma estratégia de poder. A produção e uso desta estratégia encontra-se referida à maneira pela qual são acionados dispositivos tecno-burocráticos de gestão da informação, inerentes a uma suposta lógica institucional do Estado. Num outro pólo, a ‘transparência informacional’ possível (restrita aos atores envolvidos no sistema de patronagem), tenderia a ser provida fundamentalmente pelo ‘sistema de comunicação paralelo aos canais oficiais do governo’ e, numa escala reduzida, pelas estruturas formais de gestão da informação (JARDIM, 1999, p. 87, 94).

As observações de Jardim, segundo as quais dez anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, a implementação dos direitos dos cidadãos ainda não se efetivara vai ao encontro da repercussão dos fatos políticos de 1998 na história do Arquivo Público do Distrito Federal. Assim que Joaquim Domingos Roriz toma posse, pela terceira vez, como Governador de Brasília, Walter Albuquerque Mello, o então Superintendente do Arquivo e quase todo o corpo técnico são demitidos. As razões alegadas para essas demissões foram de ordem política, o que nos remete às afirmações de Mendonça(1995):

A política adquire o estatuto de motor das transformações sociais, aliada à cultura como seu principal instrumento. E uma vez que o Estado deve ser visto como conjunto ampliado, que engloba a sociedade civil e a sociedade política em suas múltiplas *démarches*, política e cultura se imbricam de forma inextricável junto ao ininterrupto processo de sua constituição [...] Deter a hegemonia equivale a deter e fazer valer um dado conjunto de representações, práticas, valores, projeto cultural, em suma, aceito por todos, ainda que inconscientemente e, mais que isso, partilhado, malgrado nuances, desavenças ou mesmo conflitos, devendo estes

últimos ser apreendidos como tentativas de criação do contra-hegemônico, i.e., de disseminação/aceitação de um projeto alternativo pelo conjunto social. [...] Estado, hegemonia e cultura tornam-se dimensões inseparáveis de um mesmo problema: o dos mecanismos de exercício da dominação de classe e da reprodução social (MENDONÇA, 1995, p.69, 70).

Esta pesquisa tenta compreender os antecedentes, a criação e a trajetória de uma instituição arquivística pública, a partir de um estudo de caso: o do Arquivo Público do Distrito Federal. Para tanto, buscou-se referenciais teórico-metodológicos no campo das ciências sociais, particularmente no da Ciência da Informação, pois se considera o seu objeto de estudo pertinente a esse campo, ao mesmo tempo em que se buscou também recuperar a perspectiva histórica desse objeto. Buscou-se, por outro lado, demonstrar que a instituição arquivo público constitui-se num espaço de conflitos e paradoxos; espaço ao mesmo tempo acumulador/produtor de informações e de conhecimento; um “local de memória”, ainda que, de uma maneira geral, da memória oficial registrada, resultante da própria formação do Estado e de suas atribuições e representações de poder. O processo de criação e desenvolvimento do Arquivo Público do Distrito Federal será abordado, portanto, partindo-se de uma periodização que vai desde sua idealização, criação, trajetória até o momento atual (2001). Tudo isso tendo como pano de fundo os diferentes contextos sociais e políticos do Brasil e do Distrito Federal, que, de alguma maneira, influenciaram sua história como uma instituição pública com uma função peculiar, isto é, uma instituição responsável pelo recolhimento, custódia, proteção e difusão das informações produzidas e acumuladas pelo governo do Distrito Federal.

As questões que nortearam nosso trabalho foram, então: a) em que medida a criação do Arquivo Público do Distrito Federal foi tributária de uma certa tradição e das transformações políticas ocorridas no Brasil? Como isso ocorreu? b) qual o modelo de arquivo proposto e como foi implantado? c) quais os agentes públicos envolvidos na sua idealização, criação e implementação? Como qualificá-los? d) quais as características de uma instituição dessa natureza? e) considerando-se o Arquivo Público do DF como uma

instituição inserida num determinado contexto sócio-político, seria possível periodizar as suas diversas fases? Se sim, o que, substancialmente, as diferenciariam umas das outras? f) considerando-se a possibilidade de periodização e de diferenciação dos períodos, poder-se-ia qualificá-los? Se sim, como?

1. 2. Hipóteses

- A criação do Arquivo Público do Distrito Federal, sua implementação e trajetória foram tributárias de uma tradição arquivística nacional e das transformações políticas e sociais, sobretudo locais, do período.
- A criação e implementação do Arquivo Público do DF foi possível graças ao empenho de pessoas envolvidas com a questão da cultura e que, de alguma forma, tinham vínculos com o aparato de Estado.
- O processo de modernização do Arquivo Nacional e suas concepções de Arquivo Público influenciaram o modelo de Arquivo Público adotado no Distrito Federal.
- Ao longo de sua trajetória, pode-se identificar no Arquivo Público do Distrito Federal duas fases distintas, em que se percebe uma descontinuidade das suas práticas informacionais.
- Essa descontinuidade deve-se aos diferentes momentos políticos particulares do Distrito Federal que incidirão na qualidade na quantidade de práticas informacionais do ArPDF.
- Essa descontinuidade terá conseqüências na capacitação técnica dos agentes públicos do ArPDF.

1.3. Objetivos

No conjunto de estudos relacionados ao tema, a pesquisa ora proposta guarda uma especificidade, pois tem como objetivo geral recuperar e tentar compreender parte da história de uma instituição arquivística pública – o Arquivo Público do Distrito Federal - a partir de sua criação, trajetória, papel dos agentes públicos envolvidos e de suas práticas

informativas. A compreensão da instituição arquivo público – sua gênese e trajetória – far-se-á na perspectiva dos fatores políticos, institucionais e dos agentes públicos que possibilitaram a sua existência.

O período da pesquisa compreende desde os antecedentes de criação da instituição, em 1971, como já foi indicado anteriormente, até o ano de 2001, último ano do mandato do governo ~~Cristóvam Buarque~~, possibilitando a análise das várias fases da história do Arquivo Público do Distrito Federal.

1.4. Justificativa

Estudar a história de uma instituição arquivística justifica-se, inicialmente, por ser, de acordo com autores como Casanova (1928), Matilla (1960), Tanodi (1960), Leesch (1956) e Pederson (1994), um domínio de pesquisa da Arquivologia. A esse respeito, segundo Couture, (apud Craig):

Em primeiro lugar, a história dos arquivos permite aos arquivistas colocarem em perspectiva a sua situação, seus problemas e seu futuro. Em segundo, o fato de conhecer a origem dos documentos ajuda a compreender o que se deve conservar e como se deve proceder. Em terceiro, a história dos arquivos aumenta o nosso conhecimento dos documentos e, sendo feita, também possibilita o aumento do interesse por estes, o que pode influir positivamente sobre os serviços oferecidos aos usuários. Em quarto, este campo de pesquisa permite que se estabeleçam as relações bastante fortes entre as práticas do passado e aquelas do presente, o que tem por efeito a desmitificação das práticas futuras da profissão. Em quinto, a história dos arquivos permite estimular o espírito crítico em relação ao nosso trabalho. Em sexto e último, este campo possibilita que se tenha um efeito positivo sobre a definição dos princípios arquivísticos, assim como sobre a aplicação dos mesmos pelos arquivistas (CRAIG apud COUTURE 1999, p. 58).

Na mesma direção, Gagnon-Arguin (1994) também observa que:

[...] vários autores estudaram um ou outro aspecto da história dos arquivos. Alguns se interessaram particularmente pela sua história numa determinada época e pelas grandes instituições. Outros debruçaram-se sobre a sua evolução através dos tempos e preocuparam-se com as características específicas dos diferentes séculos. Poucos estudaram, contudo, as relações entre o papel social dos arquivos e a história das mentalidades, entre a organização dos arquivos e o pessoal que por eles é responsável e a história das instituições e as práticas políticas (GAGNON-ARGUIN, 1994, p. 29).

Gagnon-Arguin é também autora de uma pesquisa que resultou num livro, cujo objetivo foi o de recuperar parte da história da Arquivística e do Arquivo nacional do Quebec, relacionando os contextos político, social, cultural e econômico, no período pós 1960 (GAGNON – ARGUIN, 1992).

No Brasil, até o momento, foram produzidos poucos estudos acadêmicos sobre a história das instituições arquivísticas brasileiras, particularmente na perspectiva das relações dinâmicas entre a história dos arquivos e o contexto político e social nacional e local, o que justifica a necessidade de estudos sobre esse tema e sob essa ótica. Fonseca (1996, p. 78), por exemplo, afirma que "a história das instituições arquivísticas no Brasil tem sido um ponto bastante negligenciado na literatura especializada".

A observação de Fonseca procede, como se pôde verificar num levantamento feito na Biblioteca do IBICT, em Brasília, e na Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Nesse levantamento constatou-se a existência de apenas dois estudos tendo os Arquivos Públicos como temática, mas que não tratavam especificamente da história dos arquivos. Um dos trabalhos é a dissertação de mestrado de Kurtz (1990) sobre o usuário do Arquivo Nacional, em que a autora apresenta um breve histórico da instituição, sua estrutura, constituição e arranjo do acervo, funcionamento e serviços oferecidos ao usuário. Em outro trabalho, Souza (1995) tem como objetivo principal "efetuar uma análise acerca da

utilização dos Arquivos Públicos em âmbito nacional pela comunidade e pelo público em geral”, buscando “realçar a importância e a necessidade de alterações na didática do ensino/aprendizagem e direcionar os alunos e professores de 1º e 2º graus para tomarem-se usuários frequentadores dos Arquivos, identificando-os como patrimônio cultural” (SOUZA, 1995, p. 4). Tendo em vista seu objetivo, a autora apresenta as atividades educativas de alguns arquivos internacionais e nacionais e, como estudo de caso, dedica o quinto capítulo ao Arquivo Público do Distrito Federal; faz um breve levantamento da história de sua criação e se detém em apontar os serviços prestados pelo arquivo no contexto “Arquivo x Escola”.

Para além do fato de que não existem estudos acadêmicos sobre o Arquivo Público do Distrito Federal na perspectiva que se pretende, a escolha desta instituição justifica-se também pelo fato de que, após mais de quinze de anos desde sua fundação, o Arquivo já integra o cenário social, cultural e político do Distrito Federal. É uma instituição frequentada por diversos tipos de usuários; nas suas fases mais atuantes e produtivas, produziu conhecimento técnico e reflexivo no campo da Arquivística e fez-se presente na sociedade, por meio de exposições, programas de rádio, colunas em jornais, ações educativas e produziu fontes orais importantes para a história de Brasília.

O estudo que ora apresentamos pretende, assim, contribuir para as reflexões acerca das instituições públicas de arquivo numa perspectiva nova.

1.5. Universo da Pesquisa

O universo inicial da pesquisa compreendeu as pessoas que contribuíram para a criação, implementação, trajetória e ações do Arquivo Público do Distrito Federal. Esse universo, por sua vez, foi subdividido em: a) os idealizadores - denominação para aqueles que participaram da criação e implementação do Arquivo Público do Distrito Federal; b) o atual superintendente, os ex-superintendentes; c) os funcionários; e) os ex-funcionários; f)

diretora do Arquivo Nacional e um dos seus assessores à época da criação do Arquivo Público.

A título de pré-teste, foram distribuídos, ao longo de 2001, 10 questionários a uma parcela das pessoas contempladas no universo da pesquisa para se obter informações sobre a criação, trajetória e ações do Arquivo Público do Distrito Federal - produção (publicações, exposições, mecanismos institucionais), usuários (acesso às informações) e funcionários (capacitação). Antes da aplicação do pré-teste, foram elaboradas duas versões de questionário até se chegar à versão final.

No entanto, os funcionários atuais do ArPDF não participaram da pesquisa. Ao ser informada sobre a pesquisa e os questionários, a assessoria do ArPDF exigiu que estes passassem por uma avaliação antes de serem distribuídos. Nesta avaliação, a assessoria considerou o questionário “altamente ofensivo e desconfortável aos propósitos institucionais”, impedindo sua divulgação e distribuição interna. Foi elaborado outro questionário com base nos estudos de Côrtes (1996) e submetido ao mesmo processo na instituição. No entanto, dos 22 questionários distribuídos, apenas 1 funcionário respondeu. O restante foi devolvido em branco.

No total, dos 50 questionários enviados foram respondidos 17 e realizadas 5 entrevistas, assim distribuídas:

Categoria	Questionário Enviados	Questionário Recebidos	Entrevista	Total
Idealizadores	10	4	2	6
Atual Superintendente e ex- superintendentes	3	1	X	2
Funcionários Atuais	22	1	X	1

Ex-funcionários	13	11	1	12
Diretora do Arquivo Nacional e assessores	2	X	1	1

Foram desenvolvidos sete modelos de questionários: dois modelos para os idealizadores - um para aqueles que participaram da criação do ArPDF e outro para os que participaram da trajetória, aplicado também para a diretora do Arquivo Nacional e um dos seus assessores à época da criação do Arquivo Público; para os dirigentes (superintendentes) foram desenvolvidos três modelos, um para o primeiro superintendente do ArPDF da época da criação, para um ex-superintendente da época da trajetória e outro para o superintendente atual; um modelo para os ex-funcionários e outro para os funcionários. Observa-se, contudo, que foi mantido, para o universo de entrevistados, um núcleo comum de perguntas.

Deve-se ressaltar que as falas dos agentes públicos, extraídas a partir dos questionários e entrevistas, serão utilizadas na medida em que for abordada a trajetória da instituição. Em relação às entrevistas, deve-se esclarecer que elas não se basearam nas técnicas de História Oral. O propósito das entrevistas foi de confrontar as experiências dos agentes tais como eles as relatam, os períodos da trajetória do arquivo e as suas práticas informacionais.

O questionário dos idealizadores na época da criação foi dividido em 4 seções:

- I. Identificação do entrevistado: onde se buscou saber o nome completo, formação, e o cargo que o entrevistado exercia na época de criação do Arquivo Público do Distrito Federal (1985), obtidas nas questões 1,2 e 3.
- II. Trajetória do Entrevistado (a) em relação ao Arquivo Público do Distrito Federal: onde se buscou saber qual foi a participação do entrevistado na criação do Arquivo Público do Distrito Federal e como foi o processo de criação da instituição a fim de recuperar parte da história da instituição, obtidas nas questões 4 e 5.

- III. Percepção do entrevistado (a) quanto a fatores externos: onde se buscou saber quais as forças (políticas, institucionais, individuais) que impulsionaram a criação do Arquivo Público do Distrito Federal, obtida na questão 6.
- IV. Opiniões do entrevistado (a) sobre a instituição “Arquivo Público”: onde se buscou saber do entrevistado qual o significado da instituição “Arquivo Público” para identificar quais concepções da função social do arquivo estiveram presentes na criação e trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal e que ações concretas foram desenvolvidas para sua operacionalização, obtida na questão 7.

O questionário dos idealizadores na época da trajetória foi dividido também em 4 seções contendo algumas perguntas diferentes:

- I. Identificação do entrevistado: onde se buscou saber o nome completo, a formação e o cargo que exercia na época de criação do Arquivo Público do Distrito Federal (1985), obtidas nas questões 1, 2 e 3.
- II. Trajetória do Entrevistado (a) em relação ao ArPDF: onde se buscou saber qual foi a participação do entrevistado na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal a fim de recuperar parte da história da instituição, obtida na questão 4.
- III. Percepção do entrevistado (a) quanto a fatores externos: onde se buscou saber quais as forças (políticas, institucionais, individuais) que impulsionaram a trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal, obtida na questão 5.
- IV. Opiniões do entrevistado (a) sobre a instituição “Arquivo Público”: onde se buscou saber do entrevistado qual o significado da instituição “Arquivo Público” para identificar quais concepções da função social do arquivo estiveram presentes na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal e que ações concretas foram desenvolvidas para sua operacionalização, obtida na questão 6.

O questionário do ex-superintendente na época da criação foi dividido em 6 seções:

- I. Identificação do entrevistado: onde se buscou saber o nome completo e a formação, obtidas nas questões 1 e 2.
- II. Trajetória do Entrevistado (a) em relação ao ArPDF: onde se pediu ao entrevistado que descrevesse o cargo que ocupou no Arquivo Público do Distrito Federal, bem como as atividades realizadas; a sua participação na criação e trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal, o processo de criação do Arquivo Público do Distrito Federal, e, também a fim de recuperar parte da história da instituição, buscou - se saber se houve a participação do Arquivo Público do Distrito Federal na Comissão de Direitos Humanos que recolheu os arquivos da repressão, obtidas nas questões 3, 4, 5, 6, e 7.
- III. Aperfeiçoamento profissional do entrevistado (a) no ArPDF: onde se buscou identificar a participação do entrevistado em Congressos e Cursos (nacionais e internacionais), obtidas nas questões 8 e 9.
- IV. Percepção do entrevistado (a) quanto a fatores externos: onde se buscou saber se houve a influência do Arquivo Nacional e da Associação dos Arquivistas Brasileiros na criação do Arquivo Público do Distrito Federal (modernização, formação de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos), e sobre a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na criação e na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal, obtidas nas questões 10 e 11.
- V. Percepção do entrevistado (a) quanto a fatores internos: onde se buscou saber qual era a política do Arquivo Público do Distrito Federal em relação às funções arquivísticas (classificação, descrição, avaliação e difusão) e quais as concepções do Arquivo Público do Distrito Federal sobre seus usuários, obtidas nas questões 12 e 13.
- VI. Opiniões do entrevistado (a) sobre a instituição “Arquivo Público”: onde se buscou saber do entrevistado qual o significado da instituição “Arquivo Público” para identificar quais concepções da função social do arquivo estiveram presentes na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal e que ações concretas foram desenvolvidas para sua operacionalização; a data de saída; motivo e impressões pessoais do período em que trabalhou no Arquivo Público do Distrito Federal, obtidas nas questões 14, 15, 16 e 17.

O questionário do ex-superintendente na época da trajetória foi dividido em 6 seções:

- I. **Identificação do entrevistado:** onde se buscou saber o nome completo, a formação e o cargo que exercia na época de criação do Arquivo Público do Distrito Federal (1985), obtidas nas questões 1, 2 e 3.
- II. **Trajatória do Entrevistado (a) em relação ao ArPDF:** onde se pediu ao entrevistado que descrevesse o cargo que ocupou no Arquivo Público do Distrito Federal, bem como as atividades realizadas; data de admissão nesta instituição; o que o(a) motivou a trabalhar nesta instituição e sobre a sua participação na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal a fim de recuperar parte da história da instituição, obtidas nas questões 4, 5, 6, 7 e 8.
- III. **Aperfeiçoamento profissional do entrevistado(a) no ArPDF:** onde se buscou identificar a participação do entrevistado em Congressos e Cursos (nacionais e internacionais), obtidas nas questões 9 e 10.
- IV. **Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores externos:** onde se buscou saber sobre a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal, obtida na questão 11.
- V. **Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores internos:** onde se buscou saber qual era a política do Arquivo Público do Distrito Federal em relação às funções arquivísticas (classificação, descrição, avaliação e difusão) e quais as concepções do Arquivo Público do Distrito Federal sobre seus usuários, obtidas nas questões 12 e 13.
- VI. **Opiniões do entrevistado(a) sobre a instituição “Arquivo Público”:** onde se buscou saber do entrevistado qual o significado da instituição “Arquivo Público” para identificar quais concepções da função social do arquivo estiveram presentes na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal e que ações concretas foram desenvolvidas para sua operacionalização; a data de saída; motivo e impressões pessoais do período em que trabalhou no Arquivo Público do Distrito Federal, obtidas nas questões 14, 15, 16 e 17.

O questionário do superintendente atual foi dividido em 6 seções:

- I. Identificação do entrevistado: onde se buscou saber o nome completo, a formação e o cargo que exercia na época de criação do Arquivo Público do Distrito Federal (1985), obtidas nas questões 1, 2 e 3.
- II. Trajetória do Entrevistado (a) em relação ao ArPDF: onde se pediu ao entrevistado que descrevesse o cargo que ocupa no Arquivo Público do Distrito Federal, bem como as atividades realizadas; data de admissão nesta instituição; o que o(a) motivou a trabalhar no Arquivo Público do Distrito Federal e sobre a sua participação na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal a fim de recuperar parte da história da instituição, obtidas nas questões 4, 5, 6, 7 e 8.
- III. Aperfeiçoamento profissional do entrevistado(a) no ArPDF: onde se buscou identificar a participação do entrevistado em Congressos e Cursos (nacionais e internacionais), obtidas nas questões 9 e 10.
- IV. Percepção do entrevistado (a) quanto a fatores externos: onde se buscou saber sobre a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal, obtida na questão 11.
- V. Percepção do entrevistado (a) quanto a fatores internos: onde se buscou saber qual é a política atual do Arquivo Público do Distrito Federal em relação às funções arquivísticas (classificação, descrição, avaliação e difusão) e quais as concepções do Arquivo Público do Distrito Federal sobre seus usuários, obtidas nas questões 12 e 13.
- VI. Opiniões do entrevistado (a) sobre a instituição “Arquivo Público”: onde se buscou saber do entrevistado qual o significado da instituição “Arquivo Público” para identificar quais concepções da função social do arquivo estão presentes na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal e que ações concretas foram desenvolvidas para sua operacionalização; e impressões pessoais de trabalhar no Arquivo Público do Distrito Federal, obtidas nas questões 14 e 15.

O questionário para os ex-funcionários responderem foi dividido em 6 seções:

- I. Identificação do entrevistado: onde se buscou saber o nome completo e a formação, obtidas nas questões 1 e 2.
- II. Trajetória do Entrevistado (a) em relação ao ArPDF: onde se pediu ao entrevistado que descrevesse o cargo que ocupou no Arquivo Público do Distrito Federal, bem como as atividades realizadas; data de admissão nesta instituição e o que o(a) motivou a trabalhar nesta instituição a fim de recuperar parte da história da instituição, obtidas nas questões 3, 4, 5 e 6.
- III. Aperfeiçoamento profissional do entrevistado(a) no ArPDF: onde se buscou identificar a participação do entrevistado em Congressos e Cursos (nacionais e internacionais), obtidas nas questões 7 e 8.
- IV. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores externos: onde se buscou saber se houve a influência do Arquivo Nacional e da Associação dos Arquivistas Brasileiros na criação do Arquivo Público do Distrito Federal (modernização, formação de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos), e sobre a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na criação e na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal, obtidas nas questões 9 e 10.
- V. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores internos: onde se buscou saber qual era a política do Arquivo Público do Distrito Federal em relação às funções arquivísticas (classificação, descrição, avaliação e difusão) e quais as concepções do Arquivo Público do Distrito Federal sobre seus usuários, obtidas nas questões 11 e 12.
- VI. Opiniões do entrevistado(a) sobre a instituição “Arquivo Público”: onde se buscou saber do entrevistado qual o significado da instituição “Arquivo Público” para identificar quais concepções da função social do arquivo estiveram presentes na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal e que ações concretas foram desenvolvidas para sua operacionalização; a data de saída, motivo e impressões pessoais do período em que trabalhou no Arquivo Público do Distrito Federal, obtidas nas questões 13, 14, 15 e 16.

O questionário dos funcionários responderem foi dividido também em 6 seções:

- I. Identificação do entrevistado: onde se buscou saber o nome completo e a formação, obtidas nas questões 1 e 2.
- II. Trajetória do Entrevistado (a) em relação ao ArPDF: onde se pediu ao entrevistado que descrevesse o cargo que ocupa no Arquivo Público do Distrito Federal, bem como as atividades realizadas; data de admissão nesta instituição; o que o(a) motivou a trabalhar no Arquivo Público do Distrito Federal a fim de recuperar parte da história da instituição, obtidas nas questões 3, 4 e 5.
- III. Aperfeiçoamento profissional do entrevistado(a) no ArPDF: onde se buscou identificar a participação do entrevistado em Congressos e Cursos (nacionais e internacionais), obtidas nas questões 7 e 8.
- IV. Percepção do entrevistado (a) quanto a fatores externos: onde se buscou saber sobre a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal, obtida na questão 9.
- V. Percepção do entrevistado (a) quanto a fatores internos: onde se buscou saber qual é a política atual do Arquivo Público do Distrito Federal em relação às funções arquivísticas (classificação, descrição, avaliação e difusão) e quais as concepções do Arquivo Público do Distrito Federal sobre seus usuários, obtidas nas questões 10 e 11.
- VI. Opiniões do entrevistado(a) sobre a instituição “Arquivo Público”: onde se buscou saber do entrevistado qual o significado da instituição “Arquivo Público” para identificar quais concepções da função social do arquivo estão presentes na trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal e que ações concretas foram desenvolvidas para sua operacionalização; e impressões pessoais de trabalhar no Arquivo Público do Distrito Federal, obtidas nas questões 12 e 13.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, buscou-se, de forma breve, apresentar a gênese da instituição “arquivo público” no mundo, tendo como pano de fundo as diversas fases das civilizações, ou seja, os diferentes contextos políticos, sociais e culturais e, no Brasil, tendo como ator principal o Arquivo Nacional, sua criação, trajetória, diretores e contextos. O segundo capítulo trata de todo o processo de origem,

idéias embrionárias, e criação de um arquivo público – o Arquivo Público do Distrito Federal - segundo o contexto brasileiro. O terceiro foi dividido em duas partes: a primeira parte trata da trajetória do Arquivo Público do Distrito Federal no que diz respeito às suas práticas informacionais e seus agentes no período de 1987 a 1998 e a segunda parte aborda as práticas informacionais atuais - que caracterizamos como sendo de silêncio - do ArPDF a partir de 1999 a 2001.

1.6. Revisão de Literatura

Como indicado na justificativa, os estudos sobre as instituições arquivísticas, embora fortemente recomendáveis e necessários, ainda são muito poucos. Quando se trata das instituições brasileiras, são ainda mais restritos e, no caso específico do Arquivo Público do Distrito Federal, raros. Entretanto, como se verá a seguir, esse é um tema que vem sendo apontado como um dos frutíferos campos de pesquisa em Arquivística.

Cruz (1999) aponta cinco grupos de autores e suas propostas visando ao estabelecimento de grandes temas que deveriam se constituir em objeto de pesquisa para a Arquivística. Dentre os cinco grupos, dois citam a história dos arquivos como um dos temas. Pederson, citada por Couture, também propõe uma divisão da pesquisa em Arquivologia em vinte e dois campos, mas, segundo ela, os principais seriam: a natureza da informação e documentos históricos; história social e institucional; Arquivos e Sociedade; Ética; tecnologias da informação e outros problemas colocados pelos arquivos; Funções arquivísticas; Administração dos programas e dos serviços de arquivos (ANN PEDERSON apud COUTURE, 1999, p.55).

Apesar desse estímulo, a história dos arquivos ainda permanece um vasto campo em aberto. Quanto a esse aspecto, Couture lembra as advertências de Craig, segundo as quais:

os arquivistas estariam negligenciando sua própria história quando negligenciam o estudo da história dos arquivos e afirma também que a pesquisa neste domínio pode conduzir a uma melhor compreensão das organizações produtoras de arquivos e

deverá partir das mudanças que afetam a constituição dos fundos (CRAIG apud COUTURE, 1999, p.58).

Os estudos sobre a história dos arquivos mostram duas realidades que comprovam a negligência no estudo deste campo: a primeira seria a escassez de publicações dedicadas ao estudo da questão e a segunda mostra que, quase sempre, a história de um determinado arquivo se encontra sob a forma de um breve histórico, de relatos. Pode-se situar nessa vertente, por exemplo, o arquivista e pesquisador norte-americano Shellenberg(1973). Deve-se ressaltar, contudo, que o autor, ao recuperar os motivos da criação dos arquivos públicos – na França, Inglaterra e nos Estados Unidos - não tinha mesmo a pretensão de escrever uma história dos arquivos, mas sim do percurso das teorias e das práticas arquivísticas nesses países. Para isso, produziu capítulos com um breve histórico dos arquivos destes países.

Silva (1998), por sua vez, aponta alguns autores que trabalharam com a história dos arquivos. Dentre eles, destaca-se Casanova (1928) que produziu um manual sobre Arquivística, dividido em quatro partes, uma delas dedicada à história dos arquivos e da arquivística; Tanodi (1961) que em seu Manual de Arquivologia Hispano-americano considera a história dos arquivos como uma das divisões da Teoria Arquivística e Sandri (1968) que busca situar a história dos arquivos no âmbito da história da historiografia.

Dentre os canadenses, destacam-se Couture e Rousseau, já citados, que também se preocuparam com a História dos arquivos (COUTURE e ROUSSEAU, 1994). Ao descreverem a origem e evolução dos arquivos, da profissão de arquivista e da arquivologia, os autores utilizaram um recorte que vai desde a Alta Antiguidade até a Idade Moderna. Eles traçam um paralelo entre as principais características políticas, sociais, econômicas e culturais, pois, segundo os autores, os arquivos possuem diferentes significados e sentidos de acordo com os usos políticos e sociais que deles eram feitos.

No Brasil, como citado anteriormente, ainda é muito incipiente a produção científica sobre a história dos arquivos. Um levantamento nas publicações produzidas para

os congressos brasileiros de Arquivologia indica que o primeiro congresso a tratar do tema objeto desta pesquisa foi o 5º Congresso, realizado no Rio de Janeiro em 1982.¹ Ressalta-se, contudo, que estes trabalhos eram relatos de diretores ou técnicos dos arquivos públicos, não sendo resultado de pesquisas. O 7º Congresso Brasileiro de Arquivologia realizado em Brasília, em 1988² deu um destaque maior à história dos arquivos, tendo, inclusive, dois de seus quatro painéis dedicados aos Arquivos Públicos³. A exemplo do que foi dito anteriormente, estes trabalhos tinham um caráter mais de relato institucional do que propriamente de pesquisa.

Não é objetivo central deste trabalho discutir as teses sobre a relação entre Estado e memória. No entanto, quando se fala em Arquivo, está-se remetendo naturalmente à questão da memória. No caso em exame, arquivo público remete quase sempre à questão da memória institucionalizada, portanto uma instituição que abriga um patrimônio documental, histórico e cultural. Sendo a instituição que abriga parte da memória registrada do país, faz-se necessária, portanto, a leitura de trabalhos que discutam esse tema, lembrando que em torno dele existem várias linhas de pensamento. Considerando-se nossos objetivos, não cabe aqui detalhar todas. Buscaremos expor apenas duas linhas.

Uma dessas vertentes considera a memória abrigada nos arquivos públicos como uma “memória forjada” *pele e para* o Estado e a outra, que acredita que a memória que se encontra nos arquivos é uma (memória de possibilidades), podendo ser usada para abrir ou para esconder “as verdades” do Estado.

¹ O tema central do Congresso foi a “A Arquivologia e a realidade Brasileira”. Alguns trabalhos apresentados neste evento mostravam um pouco da história dos arquivos no Brasil a exemplo do trabalho de Valdéa de Nazareth Cunha da Silva intitulado o “Arquivo Público do Pará, passado, presente e futuro”; “Uma visão do Arquivo Público do Rio Grande do Norte e Alguns Aspectos da Situação dos Arquivos do Nordeste” de Vanilde de S. Rego; “O Arquivo Público do Mato Grosso” de Vera Randazzo; “O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina: ontem e hoje” de Ana Maria Soares Martins de Araújo (ANAIS, 1982).

² Teve como tema central “Nova Arquivística: administração de documentos, informática e acesso à informação”

³ Os trabalhos que se gostaria de destacar são: “Arquivo Público do Pará: histórico, ação e perspectiva” de Alda Mendes Golçalves; o “Arquivo Público do Estado do Espírito Santo” de Maria Inês Ribeiro e “O Arquivo Público e a Pesquisa Histórica em Sergipe” de Pedrinho Santos (ANAIS, 1988).

Compartilhando com a primeira linha de pensamento Fenelon (1993) afirma que os museus, arquivos, edifícios monumentais, marcos físicos e simbólicos têm sido tratados como templos, como lugares silenciosos e imponentes de reverência de um determinado saber. Como espaços de reconhecimento e reafirmação de um certo passado, uma certa história e uma certa memória e, que para haver um direito à memória, como dimensão fundamental do pleno exercício da cidadania, deveria haver uma modificação do significado da noção atual desses “bens culturais”. Também para Jardim (1996):

a partir do século XIX, no interior do projeto de Estado Nacional, desenham-se concepções de memória e inventam-se tradições para uma nação que reserve um passado comum aos seus integrantes. A noção de patrimônio histórico/cultural insere-se neste processo pelo qual o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio comum e uma identidade própria. A construção desse patrimônio pressupõe valores, norteadores de políticas públicas, a partir dos quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais (JARDIM, 1996, p.210).

A relação entre Estado e memória tendo como elemento pretensamente unificador os acervos documentais que se encontram nos arquivos públicos brasileiros, é analisada por Jardim da seguinte forma:

A memória que se inventa em nossos arquivos públicos não parece transcender a escassa dimensão política desses equipamentos públicos de restritas possibilidades de uso social [...] Verifica-se um quadro no qual os estoques informacionais dos arquivos públicos, formados aparentemente como obras de um Estado ‘negligente’, tendem a ser considerados como parte de uma memória coletiva tomada como produto, e não como processo. Esta memória arqueologizável é frequentemente identificada sob a noção de patrimônio documental arquivístico [...] (JARDIM, 1996, P. 213).

Contrapondo-se a essa linha, Heynemman (1990), por exemplo, afirma que:

a preservação do acervo do Arquivo Nacional, suas formas de organização e disseminação das informações, além de fundamental tarefa de facultar o exercício imediato da cidadania, significam a construção e o resgate da memória coletiva social, nos diversos níveis e leituras possíveis, mesmo que esse acervo seja o registro dos atores oficiais é objeto de reconhecimento, crítica, interpretação e recordação e que o ‘resgate da memória’ pode ser percebido no convívio e no atendimento ao pesquisador, mas sua apreensão é algo que diz respeito a toda a sociedade [...] (HEYNEMMAN, 1990, p.69)

Da mesma forma, Aderne (1993, p. 51) acredita que “os arquivos públicos como órgãos que desenvolvem projetos em prol da Memória Nacional, têm contribuído para o melhor conhecimento do nosso passado e registro do nosso presente”.

Por outro lado, situando-se numa vertente que, muito mais que definir campos opostos, busca problematizar as apropriações ou representações que cada grupo se faz do que seria a memória, Meneses (1999) ressalta que:

[...] a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicações respectivas está na ordem do dia. O Estado (principalmente por intermédio de organismos documentais e de proteção ao patrimônio cultural), entidades privadas, empresas, imprensa, partidos políticos, movimentos sindicais, de minorias e de marginalizados, associações de bairro, escolas, e assim por diante, todos têm procurado destilar sua auto-imagem – mais raramente e com dificuldades a da sociedade como um todo. Palavras-chave são ‘resgate’, ‘recuperação’ e ‘preservação’ [...] (MENESES, 1999, p.12).

A pesquisa aqui apresentada busca se aproximar mais da perspectiva de Meneses. Ao lado da complexidade da questão apontada pelo autor, gostaríamos de acrescentar que apesar do descaso (intencional ou não) do Estado no gerenciamento de suas informações ou tendo realizado uma “limpeza” na documentação antes de recolhê-la ao arquivo público,

essa documentação registra a essência das atividades da instituição que a produziu, sua estrutura organizacional, suas relações com outras instituições, a sociedade, seus trâmites e interesses ou, nas palavras de Duranti (1994), registram as transações. Além disso, acredita-se também que essa documentação oficial é portadora de potencialidades, no sentido de “escapar”, de tornar-se independente do seu produtor, fugindo ao controle dos que pretendem ocultá-la seja pela quantidade de cópias geradas como consequência de uma necessidade burocrática ou pelo envolvimento de várias pessoas na execução de uma única atividade; seja porque a documentação/informação oficial é, também, um bem de troca, que se dá nos “guetos”, às escondidas, como uma barganha. Exemplos recentes do uso de certos documentos produzidos ou acumulados pelo Estado para garantir direitos usurpados dos cidadãos pelo Estado ou de valor de prova para incriminar personalidades públicas corruptas é um bom exemplo disso.⁴

É nessa direção que aponta o trabalho de Rodrigues e Silva (2001). Ao mostrarem o papel das instituições arquivísticas públicas na luta pela recuperação da memória documental do regime militar, as autoras afirmam que “embora esses arquivos tenham sido depenados antes de sua abertura, foi a partir deles que se chegou à verdade em dezenas de casos” (MIRANDA e TIBÚRCIO apud RODRIGUES e SILVA, 2001). As autoras prosseguem:

O paradoxal nas ações dos Estados, mesmo as mais secretas ou realizadas em períodos de exceção, é que elas são registradas. A própria dinâmica burocrática dos Estados, na concepção weberiana, pressupõe registros documentais, quase sempre detalhados, assinados pelas pessoas autorizadas por esse mesmo Estado, a agir em seu nome. Ainda que existam lacunas na produção documental nas diversas instâncias estatais, e que se tente suprimir falas, algum traço delas restará. Os arquivos públicos, na condição de instituições criadas e legitimadas pelo Poder Público (federal, estadual ou municipal) são, portanto, instituições, por natureza, paradoxais. Ao mesmo tempo em que são depositários de uma certa memória

⁴ A título de exemplos: o caso dos familiares de desaparecidos políticos, em que os documentos dos órgãos de repressão do Estado foram fundamentais para culpabilizar o próprio Estado; o casos das investigações que culminaram na cassação do então senador Luiz Estevão.

seletiva, os arquivos tanto podem, de fato, legitimar um determinado recorte na memória de um país, como podem ser um elemento desestabilizador dessa memória eleita, dando voz aqueles que se pretendia esquecidos para sempre. A tensão entre esses dois papéis principais da instituição arquivo é inevitável se compreendermos o Estado como um espaço de luta, que se reflete, necessariamente, na documentação por ele produzida. É por isso que seria precipitado considerar os documentos produzidos pelo Estado apenas como portadores da “visão oficial” e nada mais (RODRIGUES e SILVA, 2001, p. 2, 3).

Sendo assim, esta pesquisa parte do pressuposto segundo o qual a memória que se encontra nos arquivos, produzida como consequência das atividades do Estado é, portanto, uma memória das atividades realizadas sob a direção das instâncias do Estado, oficial, mas é também uma memória de possibilidades, em que outras falas podem ser vislumbradas e ouvidas.

Ademais dessas infinitas possibilidades de leitura dos documentos de arquivo, deve-se ressaltar que o Estado elabora políticas informacionais “ideais”, mas a prática dessas políticas em relação à memória será distinta em cada arquivo. O tratamento, as formas de recuperação e acesso dependem das concepções dos agentes do Estado que podem torná-las públicas para o “bem” ou para o “mal”, ou para “abrir” ou “fechar”. São esses agentes que, segundo Mendonça, em última instância, põem em prática essas políticas. Segundo esse autor:

os agentes encastelados nos órgãos públicos na qualidade de personificação do Estado, se tomam ‘juízes supremos’ do poder simbólico, operando estratégias que permanentemente constroem ou reconstroem a realidade social mediante a conservação ou rejeição de esquemas classificatórios, tomando ‘velhos’ ou ‘modernos’, segundo suas posições ou interesses (MENDONÇA,1995, p.78).

Também Rodrigues em seu texto sobre o acesso e o sigilo dos documentos no Arquivo Nacional observa:

quando assumi a sua direção [do Arquivo Nacional], a consulta era inteiramente fechada, dependendo de licença do diretor; imediatamente modifiquei tal critério, estabelecendo a maior liberdade. Cada arquivo ministerial tem seus próprios critérios, e estes variavam ao sabor do espírito liberal ou conservador do seu próprio diretor [...] cada arquivo, como já escrevemos, é independente, não obedece senão ao critério pessoal do diretor pessoal (RODRIGUES, 1989, p. 14).

Na mesma direção, Fausto Neto (2002) observa que esses locais de informação, *topos*, ‘guardam’, ‘tratam’ e ‘disponibilizam’ a informação criando ‘regimes de verdades’ e de poder, e sobre eles se assentam a eficácia, as ideologias e os interesses de um certo campo. Seria também nesse *topos* onde se constituiriam, disputariam e se atualizariam as relações sociais e de sentido, sendo o campo da informação também um campo de poder.

1. 7. Referencial Teórico e Metodologia

Do ponto de vista epistemológico, o nosso objeto situa-se no campo da Ciência da Informação, sem contudo, isolar-se nele. Isso porque, para viabilizar a sua compreensão, foi necessário recorrer a outros campos, como a História. Por outro lado, como se trata de um estudo sobre uma instituição, tornou-se imperativo leituras sobre o que se convencionou denominar de “cultura institucional”. Este último aspecto será aprofundado no capítulo específico sobre o Arquivo Público do Distrito Federal.

No âmbito da Ciência da Informação, gostaríamos de nos remeter à concepção de “sistema de informação” propostos por González de Gomez (1990) e Silva (2000). Quanto aos procedimentos metodológicos, reportamo-nos a Costa (1992) e ao seu “Sistema de Recuperação da Memória Institucional”; a Caldeira (2002) e a sistematização que ele propõe sobre as informações do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), de São Paulo. A estruturação dos nossos questionários é, de alguma forma, tributária da pesquisa de Kurtz (1990) e Côrtes (1996).

Antes, contudo, seria importante pontuar as concepções de Marteleto (2002) e Fausto Neto (2002) sobre informação. Para Marteleto:

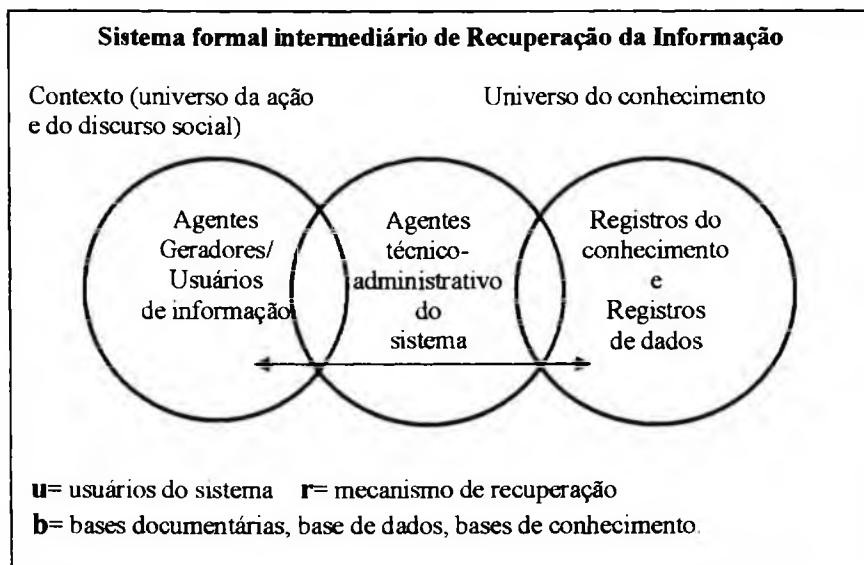
a informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais. Informação, conhecimento, comunicação são fenômenos que tomam corpo nas práticas e representações sociais, tanto quanto nas relações que se estabelecem entre os sujeitos coletivos. Para assim entender as coisas é necessário então o apoio da teoria social, seu campo conceitual, o modo de interrogar a realidade da sociedade nos aspectos teóricos, epistemológicos e metodológicos (MARTELETO, 2002, p. 102).

Fausto Neto, por sua vez, faz algumas reflexões que vão ao encontro da citação acima:

os processos de produção/circulação/recepção de informação se dão em meio a cruzamentos de diversas situações: institucionais, sociais, emocionais, tecnológicas, cognitivas, políticas e, principalmente, simbólicas e que o ambiente de informação é uma totalidade muito mais complexa do que a compreensão que se tinha em décadas recém-passadas, especialmente pelo fato da presença de novas configurações de paradigmas que tratam de complexificar a noção de informação hoje (FAUSTO NETO, 2002, p. 160 -161).

De acordo com González de Gómez (1990), a recuperação da informação, as novas tecnologias de informação e comunicação e a ênfase na informação científica e tecnológica seriam os objetos, participantes de um “sistema”, a incorporarem idéias paradigmáticas.

Para expor este “sistema” e seus paradigmas, a autora propôs o seguinte diagrama:



Fonte: GONZÁLEZ de GOMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *CI. Inf.*, Brasília, 19(2): 117-22, jul./dez. 1990

Os representantes deste “sistema” conforme a autora, seriam os arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e estes seriam denominados “Sistema formal intermediário de recuperação de informação para destacar o caráter de intervenção intencional das ações sistêmicas de informação no contexto de outras práticas sociais”. Dentro deste sistema haveria “um fluxo de informação entre os dois pólos (geradores e usuários), buscando otimizar a gestão da informação (geração, coleta, armazenagem, organização, representação, recuperação e disseminação)” (GONZÁLEZ de GOMEZ, 1990, p. 118).

González de Gomez vai além. Na concepção de “sistema” institucional formal, está o pressuposto de que, pelo fato de ele ser institucional e, portanto, “sujeito a regras e a processos de legitimação, possuir uma jurisdição para o exercício de sua função e ser identificado por outras agências de informação por suas funções, serviços, produtos e destinatários e também trabalhar com a comunicação formal (registros de conhecimentos, registros de dados de seus próprios instrumentos e rotinas)” (GONZÁLEZ de GOMEZ, 1990, p. 118), a visão de Intermediário se daria segundo a autora pela:

iniciativa de um agente ou agência que, ao intervir (através de uma ação intencional) com uma proposta modeladora sobre as formações discursivo-informacionais de outros contextos de ação, converte-se numa mediação produtiva entre os sujeitos participantes em sua execução e a realização efetiva daquela ação, condicionando assim seu desempenho e a obtenção de seus objetivos (GONZÁLEZ de GOMEZ , 1990, p. 118).

Nesse sentido, a autora afirma que um dos paradigmas e desafios seria estudar o processo de comunicação presente no “sistema” sob o ponto de vista dos fatores externos - condições culturais, históricas, sociais – que seriam o “universo da ação, do conhecimento e do discurso social” pois estes fatores alterariam a posteriori as “aplicações” ou a “distribuição” dos produtos do conhecimento/informação já construídos e, além disso, estas condições constituem parte das condições iniciais de geração e uso de conhecimento-informação.

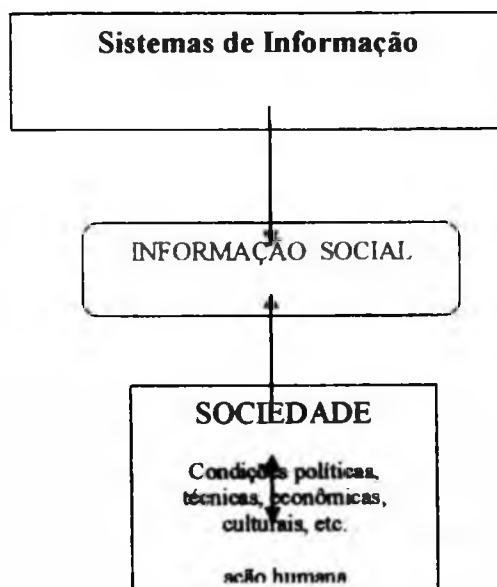
Ao propor uma reformulação teórico - prática da Avaliação em Arquivística, na perspectiva da inserção da disciplina no campo da Ciência da Informação, Silva (2000) também irá trabalhar a idéia de Sistema de Informação considerando os fatores externos (contexto). Para o autor:

o arquivo especializado ou centro de arquivo (Arquivos Nacionais, Públicos, Definitivos ou ‘Históricos’) é um sistema pluricelular de informação social, conjunto estruturado de representações codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas em qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes (SILVA 2000, p.89)

Portanto, recuperar a historicidade deste sistema e dos subsistemas que o compõem pressupõe estudar suas representações codificadas tendo em vista a sua “memória institucional (objetivos, estrutura orgânica e competências/funções)” que é parte integrante

e indissociável do sistema de informação e portadora de um sentido específico (histórico, político, sociocultural e simbólico).

Para tornar mais claras as afirmações de Silva (2000, p.76), faz-se necessário reproduzir aqui parte do diagrama por ele proposto, contendo apenas os elementos relacionados à presente discussão:



Fonte: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. A avaliação em arquivística: reformulação teórico - prática de uma operação metodológica. Páginas a&b (5) 2000, p.57-113

Em relação à história dos arquivos e sua relação dinâmica com os contextos políticos, econômicos e culturais, Silva (1999) também formula proposições interessantes que vão ao encontro da perspectiva na qual se insere esta dissertação. Ao descrever o processo informacional relativo aos Arquivos, Silva (1999) propôs uma periodização, composta de três fases: uma fase sincrética e custodial (séc XVIII-1898), uma fase técnica e custodial (1898-1980) e outra fase científica e pós-custodial (1980 -), buscando traçar um paralelo entre estas fases e os processos históricos, pois, segundo o autor:

o estudo de um arquivo qualquer (municipal, de empresa, de um ministério, etc.) não poderá continuar a esgotar-se na apresentação descritiva do inventário ou do catálogo, precedida eventualmente por uma resenha histórica ‘enxertada’, mas terá de assentar numa sólida formatação dos resultados [...] a qual remete para a dimensão epistemológica [...] e para a exploração e interpretação universalizante do processo informacional – confrontando, por via interdisciplinar, com os campos correlativos do conhecimento social – inferido do estudo de caso (SILVA 1999, p.210)

Costa (1992), por sua vez, propõe em sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação, a construção de um modelo de “Sistema de Recuperação da Memória Institucional” com o objetivo de intensificar o acesso ao conteúdo dos documentos contidos em seus diversos acervos – bibliográfico, arquivístico e museológico – bem como de preservar a Memória Institucional. Apesar desse modelo não visar à recuperação da história de uma instituição arquivística e sim à memória institucional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo de Costa nos forneceu subsídios quanto a sua metodologia. A autora utilizou o método exploratório para a construção de um quadro referencial teórico que esclarecesse o conceito de “memória institucional” e para a produção de um estudo de caso. Entrevistou e distribuiu questionários para os “informantes” (funcionários, ex-funcionários e instituições que desenvolveram projetos de resgate de sua memória), utilizando “princípios de representatividade, acessibilidade e receptividade”. Elaborou, também, um levantamento dos autores que trabalham com o tema abordado, via literatura especializada e buscou apontar os acertos e desacertos dos procedimentos metodológicos de sua pesquisa (COSTA, 1992, p.7).

Como foi dito anteriormente, este estudo ~~buscou compreender a história do~~ Arquivo Público do Distrito Federal. Essa compreensão deu-se na perspectiva de que o Arquivo é uma instituição integrante de um sistema de informação, sujeito, portanto, a regras e a processos de legitimação e que suas ações, ou práticas informacionais, entrecruzam-se com os fatores externos como contexto político nacional e local, contexto institucional (conhecimento) e social. Nesse percurso, entendeu-se que era necessário contar a história

melhor compreensão dessa instituição faz-se necessário, inicialmente, tentar recuperar a gênese, na tradição brasileira, do conceito de Arquivo Público Permanente. Entretanto, é preciso, antes, rever, de forma breve, o nascimento da idéia de arquivo enquanto instituição pública destinada a custodiar os documentos produzidos e acumulados pelo estado, nas suas três esferas de poder. Para isso, utilizar-se-á como referencial os trabalhos de Malheiro (1998), Schellenberg (2002), Couture (1994) e Duchein (1988).

Para Schellenberg (2002), a noção de arquivo como instituição surgiu na antiga civilização grega, quando os atenienses, nos séculos V e IV, passaram a guardar seus documentos no Metroon - templo da mãe dos deuses - em Atenas. Nesse local encontravam-se documentos considerados de grande valor como tratados, leis, minutas da assembléia popular e outros de caráter oficial. O autor acredita que algumas características desses arquivos exercerão uma certa influência no caráter dos arquivos que iriam surgir no início da Idade Moderna.

Ao descrever a história dos arquivos, Couture (1994) observa a clássica periodização histórica - Alta Antiguidade, Antiguidade Clássica, Alta Idade Média, Idade Média e Idade Contemporânea - fazendo um paralelo entre as principais características sociais, econômicas e culturais presentes nesses momentos e a história dos arquivos. Para o autor, a gênese dos arquivos situar-se-ia na Alta Antiguidade, no Oriente, onde a figura dos faraós simbolizava o poder e administração de Deus na terra. Couture esclarece, porém, que o termo *archeion*, como um conceito remetendo à instituição arquivo, foi utilizado inicialmente pelos Gregos no século III ou II a.C., significando “government palace, general administrator, office of the magistrate, records Office, original records, repository for original records, authority” e que os documentos aí depositados serviam de prova em caso de litígio, pois eram documentos autênticos do Estado.

Numa pesquisa exaustiva, Silva (1998), por sua vez, buscou sistematizar as práticas arquivísticas, desde as civilizações pré-clássicas até a sociedade greco-romana; das sociedades medieval e moderna até a sociedade contemporânea. Nas civilizações pré-clássicas, destaca o autor, a prática arquivista já estava presente no Egito, onde se

encontravam “verdadeiros arquivos”. Nesses arquivos encontrava-se uma tipologia documental variada, além de existir uma preocupação com a autenticidade e validade dos documentos, o processo de seleção e restrições ao acesso. A “ordenação das tabuinhas”, prossegue o autor, “obedecia a um plano sistemático, de acordo com a diversidade funcional dos documentos”, havendo uma estrutura que evidenciasse princípios arquivísticos muito concretos” (SILVA, 1998, p. 50). Essas práticas arquivísticas eram, na verdade, orientadas pelas próprias necessidades da administração pública, como se pode constatar pela citação abaixo:

Os arquivos [nessa época] não eram concebidos como meros depósitos ou reservas inertes de placas de argila. Eles constituíam já um complexo sistema de informação. Para além dos documentos em si, havia uma estrutura organizacional, um critério seletivo de preservação e a disponibilização de um serviço, determinado tanto pelo valor informativo das placas, como pela pertinência e rigor da sua integração sistêmica.[...] Tudo leva a crer, pois, que alguns pressupostos da moderna ciência arquivística estavam já pragmaticamente resolvidos na alta antiguidade e não apenas no espaço europeu. Embora as informações sejam escassas, os exemplos de que dispomos demonstram que a prática administrativa impunha as suas regras, das quais a organicidade dos arquivos seria já um corolário incontestável.[...] No plano técnico a arquivística no período clássico atingiu um grau de maturidade muito superior ao que a regra geral supõe (SILVA, 1998, p. 48, 58 - 59).

Sobre as práticas greco-romanas, o autor observa que os “Gregos só bastante tarde passaram a dispor de serviços específicos incumbidos de reunir e organizar os documentos oficiais”; o termo *archeion* foi utilizado, em primeiro lugar, para designar os edifícios “em que se exerciam as diversas magistraturas” e que Métrôn passou a ser utilizado como local de guarda de documentos apenas por volta de 350 a. C. A guarda dos documentos – leis e decretos governamentais, atas das reuniões do senado, os documentos judiciais e financeiros, os inventários, as listas de efebos e etc. – nesse local simbolizava importância e respeito pela entidade já que esse era o santuário da Mãe dos deuses (SILVA, 1998, p. 59).

Em relação aos arquivos na Roma antiga, Silva (1998) ressalta que essas instituições designadas *Tabularium* foram criadas, sobretudo, para o uso do Estado e serviam também como garantia de prova para a reclamação de direitos dos cidadãos. Houve, nesse período, um produtivo desenvolvimento das redes de arquivo, da prática arquivística, bem como da profissão, pois a administração possuía um alto grau de relevância, influenciando o desenvolvimento dessa instituição, inclusive no que concerne à relação entre documento e entidade produtora. A esse respeito, Malheiro nos informa que:

A reconstrução do arquivo central do Estado mostra-nos um grandioso e compacto edifício, decorado na frontaria por ordens sobrepostas de colunatas. Pela sua especialização, grandiosidade e segurança, esta construção do *Tabularium* constituiu um marco significativo na história dos arquivos [...]. A importância atribuída pelos romanos à organização arquivística levou-os a definir o estatuto do arquivista (*tabularius*), conferindo-lhe atribuições no âmbito da conservação, reprodução e validação dos documentos, prescrevendo, em certos casos, as condições de acesso bem como o escalonamento da própria carreira (Silva, 1998, p. 62, 67).

O uso do termo *Tabularium* em vez de *archivum* para designar o local de guarda das *tabulae publicae*, deve-se ao fato de que esse termo ainda não havia entrado no léxico romano, dada a antiguidade da instituição republicana. O termo *Tabularium* está ligado ao suporte (*tabulae*). A mudança de termo teria sido causada pela substituição do suporte. Ainda de acordo com Silva (1998):

[...] a versão latina do termo *archivum* só começa a ser divulgada no Ocidente graças, sobretudo, aos responsáveis da Igreja. Não se tratava já de significar local de conservação de tabuinhas ou de papiros, mas sim do espaço ou serviço onde eram preservados registros antigos, independentemente do tipo de suporte. Derivado da noção grega sinônima de santuário onde se resguardavam os assentos próprios de uma magistratura, o arquivo passa, antes de mais, a expressar a idéia de um espaço físico onde se recolhiam documentos de valor, por constituírem prova ou memória de actos ocorridos anteriormente. Daí que, ao longo de toda a Idade Média, a

referência a esse local ainda seja acompanhada por outras expressões, de origem pré-clássica, como santuário ou tesouro (Silva, 1998, p.70).

Na transição da Antiguidade para a Idade Média, prossegue Silva, teria ocorrido a “cristalização” e a “vulgarização” do termo arquivo em que o seu significado teria se tomado mais abrangente e consensual. Poder-se-ia, nesse caso, situar nesse período a gênese do conceito de arquivo permanente, na perspectiva de estoque da memória de um povo. Ainda nessa direção, o autor afirma que “já existia uma íntima relação entre arquivo e memória na Idade Média” A própria noção de Arquivo de Estado, já na Antiguidade, pressupunha aspectos tais como:

a origem administrativa da documentação; a concepção jurídica do serviço; a noção de que ele é fonte de informação, inclusive servindo de memória sobre o passado; e, finalmente, o caráter privado do acervo, cujo acesso depende do soberano. A natureza mais ou menos secreta do arquivo, a maior ou menor abertura aos privados e a concepção instrumental dos fundos arquivísticos, como suporte político e memória de fatos antigos [...] (Silva, 1998, p.79-88).

Mas, será partir do século XVI que surgirão os grandes arquivos estatais: Austria (1509), Nápoles (1540), Simancas (1542), Florença (1569), Londres(1578), Siena (1585-88), Parma (1592), momento onde, de acordo com Silva (1998, p.92) a noção de arquivo público receberá extensões importantes. A partir dessa época também serão ampliados os usos que se fazia dos arquivos. Duchein (1983), por exemplo, afirma que:

Nos séculos XV e XVI, surge a curiosidade dos historiadores europeus pelos documentos originais, não apenas no sentido de recopiar ou reescrever, mas no sentido de crítica. Na tentativa de descobrir e apoiar suas afirmações contra as falsas tradições da Igreja Católica, toda a sociedade e os protestantes, em particular, fizeram grande uso dos documentos ‘conservados’ dentro dos arquivos das abadias e das paróquias (DUCHEIN, 1983, p. 3, tradução nossa).

Entretanto, o uso dos arquivos se intensificará nos séculos XVII e XVIII sob o movimento iluminista ampliando-se a noção de arquivo público permanente. Agora não mais como um conceito preestabelecido, mas em relação ao uso que deles farão os historiadores e pesquisadores que, ao buscarem, inicialmente, apenas documentos jurídicos e administrativos, acabaram por ampliar as possibilidades que este tipo de arquivo oferecia. Essa nova atitude teve como consequência a elaboração de instrumentos de pesquisa (inventários, guias, repertórios, índices). Porém, a grande evolução em torno do conceito e uso dos arquivos dar-se-á no século XVIII sob os ideais da Revolução Francesa de 1789. Ainda de acordo com Duchein:

Será precisamente no século XVIII que se produzirá uma grande mutação intelectual que acarretará no século seguinte, entre outras consequências, a abertura progressiva dos arquivos à pesquisa. Trata-se do nascimento (ou do renascimento) da noção democrática na qual a soberania emana do povo e conseqüentemente, o direito de controlar a ação dos dirigentes a que foram confiados, pelo “contrato social”, a missão de governar [...] Da mesma forma, Voltaire reivindicou, em nome da liberdade natural, o direito à crítica, e ao conhecimento (DUCHEIN, 1983, p. 3, tradução nossa).

Ainda sobre a questão do uso dos arquivos, Couture (1994, p. 31) afirma que após a Revolução francesa “começa um modo de administração diferente, onde o documento já não desempenha apenas um papel jurídico, mas constitui um instrumento do poder cujo acesso é sinal de poder do povo”. Também para Schellenberg (2002) a Revolução Francesa trouxe o reconhecimento da sociedade acerca da importância dos documentos e este reconhecimento teve, segundo esse autor, três resultados: a) criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; b) proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos e c) reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado. Silva (1998, p. 101), por sua vez, observa que a partir da criação do Arquivo Nacional Francês (1789) estabeleceu-se a distinção entre os dois tipos de acervo: “o indispensável para a administração e aquele que, sendo desnecessário a esta,

apenas conservava mero interesse histórico-cultural”, institucionalizando a noção de arquivos permanentes.

Dessa forma, o Estado seria o responsável pelos arquivos no sentido de criar normas e regras que regulamentem o funcionamento dos arquivos públicos, no que diz respeito às suas funções, ou seja, o recolhimento dos documentos, a avaliação visando aos aspectos administrativos, jurídicos e históricos, na seleção do que será preservado ou não, incluindo assim a eliminação, bem como na divulgação dos documentos - a construção de instrumentos de pesquisa - e o seu acesso. Os arquivos ficam, portanto, sob a égide do Estado, que será mentor das políticas de informação, ficando ao seu cargo os critérios: como, porque, onde, quando e por quem serão praticadas essas políticas.

As conseqüências da “institucionalização” dos arquivos já puderam ser sentidas nos primeiros momentos após a Revolução Francesa. Duchein observa:

A brusca passagem do princípio do secreto ao princípio da liberdade total foi efêmera, quase prematura. Em 1856, na própria França, a legislação dos Arquivos Nacionais atribui ao diretor da instituição poderes para autorizar ou recusar a divulgação dos documentos, conforme essa divulgação apresente ou não inconvenientes sob o ponto de vista administrativo: era, de fato, um retorno à arbitrariedade. [...] Portanto, numerosos obstáculos subsistiam para uma maior liberalização – a fonte jurídica, psicológica e material. Atrás do aparato liberal das leis e regulamentos, muitos governos ou diretores de serviços de arquivos praticavam, na realidade, uma política ~~restritiva~~, multiplicando as exceções ao direito de acesso aos documentos, exigindo justificativas do uso feito pelos pesquisadores da documentação recolhida por eles, controlando de maneira subjetiva as identidades e as motivações dos pesquisadores [...] (DUCHEIN, 1983, p. 3-4, tradução nossa).

Essa situação descrita por Duchein como típica de quase todos os países até a Segunda guerra mundial, irá persistir no Brasil até os dias atuais, mesmo que a partir da

década de 80 tenha sido produzida uma legislação regulamentando o acesso aos arquivos públicos. Na prática, como veremos a seguir, os critérios subjetivos dos agentes públicos ainda pesa, em muito, na liberação ou não das informações.

2. O Arquivo Público segundo a tradição brasileira.

Mesmo que nos diversos países as razões para a criação da instituição “arquivo público” tenham sido distintas, deve-se destacar que os diversos modelos adotados apresentam elementos do modelo francês de arquivo público. Conforme observa Jardim (1995, p.44), apesar das “identidades e especificidades políticas e culturais entre os países, o modelo de organização institucional inaugurado durante a Revolução Francesa para os arquivos públicos ainda permanece”. Em relação ao Brasil, o mesmo autor afirma que:

a institucionalização dos arquivos públicos nesse país inicia-se com a criação do Arquivo Nacional em 1838, previsto na Constituição de 1824 e que tal como ocorreu nos países europeus e latino-americanos no século XIX, o Arquivo Nacional foi criado num momento de afirmação da nacionalidade e de construção do Estado moderno, processo que teria sido detonado após a Revolução Francesa quando surge, com o estabelecimento dos Arquivos Nacionais da França, em 1791, o sentido público dos Arquivos (JARDIM, 1995, p.40).

Ainda no que diz respeito ao surgimento do Arquivo Nacional como uma decorrência da consolidação do Estado nacional, Cavalcanti salienta que:

O Arquivo Nacional nasceu desde que foi feita a separação do Brasil da subordinação administrativa de Portugal, isto é, nasceu com a própria Independência a 7 de setembro de 1822. porque seu nome foi incluído na Constituição jurada a 25 de março de 1824, de acordo com o que preceituava o art. 70, do capítulo IV, a idéia da necessidade da sua criação já estava latente no espírito

de um dos primeiros constituintes brasileiros, o deputado por Pernambuco – Pedro de Araújo Lima (CAVALCANTI, 1937, p.31).

Criado pela Constituição de 1824, o Arquivo Nacional do Brasil ficaria, no entanto, apenas no papel, faltando-lhe uma destinação física, isto é, um edifício próprio. Essa situação seria destacada em 1826, ocasião em que o deputado Araújo de Lima declarou, por meio de um “projeto especial de Decreto” à Comissão da Constituição, a sua preocupação em relação à guarda dos originais dos documentos pois, anteriormente, quando o Brasil estava subordinado a Portugal, os originais eram enviados para a Torre do Tombo⁵. O artigo 4º desse projeto de decreto exortava:

Mandamos, portanto, a todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas que cumpram e façam cumprir o referido decreto em todas as suas partes, e ao Chanceler-Mór do Império, que faça publicar na Chancelaria, passar por ela e registrar nos livros da mesma Chancelaria a que tocar, remetendo os exemplares deles a todos os lugares a que se costumam remeter, mandando o original para o Arquivo Público (CAVALCANTI, 1937, p. 32).

Tendo a Comissão aceito a redação desse projeto, o então Deputado do Rio de Janeiro, Manoel José de Sousa França, complementou a emenda acrescentando que os documentos originais deveriam ir para a Chancelaria até que se criasse um Arquivo Nacional. Essa redação foi aprovada, porém ficou ausente da legislação nacional subsequente.

Em 1838, o marquês de Olinda, ainda não havia desistido da idéia de um Arquivo Nacional. Por isso, o deputado novamente citou o Arquivo Nacional no artigo nº 10 e no artigo nº 28 do regulamento nº 1 em que revogava o Decreto de 27 de junho de 1833:

Das Secretarias de Estado se remeterão à Tipografia Nacional as cópias ou transuntos, que se hão de imprimir e incluir na coleção, com as datas e sumários.

⁵ Arquivo Nacional de Portugal.

Estas cópias serão conferidas e subscriptas pelos oficiais maiores e remetidos os originais ao Arquivo Público, logo que por eles forem revistas as últimas provas de impressão, no que se lhes recomenda todo o cuidado e desvelo possível (CAVALCANTI, 1937, p. 34).

O mesmo deputado assinou o regulamento nº 2, o qual dava instruções sobre o Arquivo Público, estabelecendo que essa instituição ficaria alocada dentro do Ministério do Império e seria mantida pelo próprio pessoal da Secretaria desse ministério. De acordo com Bastos e Araújo:

[...] o dispositivo constitucional visava, mais do que definir políticas, proporcionar a criação do Arquivo Imperial para a guarda dos originais das leis produzidas no Império e das cópias de inventos e patentes criadas, ou em exploração no território brasileiro. O Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, que formalizou a criação do Arquivo Imperial, definia sua estrutura basicamente para a guarda e o arquivamento de documentos, em função da própria estrutura dos poderes. O Arquivo Imperial foi organizado com base nas seções administrativas (onde se guardavam os documentos do Poder Executivo e do Moderador), legislativa (onde se guardavam os documentos produzidos pelo Poder Legislativo), e judiciária com a competência para guardar processos e autos findos) (BASTOS E ARAÚJO, 1990, p.22).

Percebe-se, pelas afirmações anteriores que, à época, o conceito de Arquivo Nacional estava essencialmente veiculado ao seu aspecto físico, isto é, a um depósito de documentos – ainda que se pensasse na preservação dos documentos como valor de prova - não havendo, portanto, uma consciência arquivística nacional, no sentido do reconhecimento da importância do patrimônio documental ali encontrado.

Em 1848, o então diretor do Arquivo Nacional, Ciro Cândido Martins de Brito (1840-1857), primeiro diretor interino, nomeado pelo decreto de 2 de maio de 1838, produz um relatório no qual expõe os problemas referentes ao arquivo, tais como: a necessidade de

conservação dos documentos; de recolhimento de documentos que pertenciam ao arquivo e estavam em outras repartições, de documentos brasileiros que se encontravam em Portugal e, sobretudo, a construção de um edifício para o Arquivo do Império. Em um de seus relatórios, Ciro de Brito alertava para a falta de consciência ou um falso conceito do que seria um arquivo:

Parece que se não tem ainda reconhecido bem a necessidade e vantagens de um semelhante estabelecimento no Brasil [...] nunca os homens públicos puderam fazer uma idéia exata da utilidade desta instituição, sendo forçoso confessar que, mesmo entre a classe intelectual, poucos sabem da sua existência e muitos a confundem com um depósito público, na acepção de guarda de cousas velhas, de móveis estragados e de material arrebanhado pela administração pública, quando arredado judicialmente para pagamento de impostos federais (CAVALCANTI , 1937, p.44, 65).

Em 1854, portanto ainda na administração de Ciro de Brito, o Arquivo foi transferido para três salas do Convento de Santo Antonio ocasião em que também foi redigido o seu primeiro Regulamento Interno. Nas administrações posteriores é notável a presença das mesmas preocupações dos diretores em relação às condições do Arquivo e ao descaso por parte do Governo. Com tantos problemas, o também diretor Tomaz de Oliveira Barboza (1857-1860) chega até a cogitar o fechamento da instituição:

É, assim, Exmo. Snr., que tão esquecida, e, talvez, mesmo desconsiderada tem sido entre nós uma Repartição, que em todos os países civilizados, como V. Ex. sabe, é reputada da maior importância e consideração. A continuar o estado atual de coisas, é melhor não termos Arquivo Público [...] O edifício em que está colocado o Arquivo Público é inteiramente fulto de acomodações indispensáveis a estabelecimentos de tal ordem, e que, em todos os países cultos merecem a todos os respeitos a mais séria atenção da parte do Governo. A remoção pois, do Arquivo Público, para um edifício apropriado, ou que ao menos melhor se preste aos seus fins, é de absoluta necessidade (CAVALCANTI , 1937, p.67, 68).

Apesar de todos os diretores anteriores terem se preocupado com questões importantes, será apenas na gestão de Joaquim Pires Machado Portela (1873-1898) que aspectos cruciais relativos à função dos arquivos públicos viriam a ser abordados, isto é, a classificação, eliminação e o acesso aos documentos. Enquanto, até 1878, os relatórios dos diretores não haviam enfatizado essas questões, Joaquim Machado Portela aponta-as como sendo de alta relevância. Também em sua gestão será elaborado o Decreto nº 6.164, de março de 1876. Quanto aos aspectos relevantes apontados acima, Joaquim Machado Portela afirmou:

Não basta, porém, ter o Arquivo documentos e ir recebendo novos; é preciso que sejam classificados e coordenados metodicamente. Classificação regular aqui não há; si houve, não existe; o que provavelmente é devido às muitas mudanças que tem sofrido o Arquivo [...] Paciente e longo trabalho é necessário para fazer uma classificação regular, dividindo as Secções em classes, séries, coleções, e para organizar os índices alfabéticos e cronológicos, os catálogos e um inventário geral, com o seu repertório, de modo que não só se saiba tudo que possui o Arquivo, como em qualquer tempo e de pronto se ache o que se desejar [...] Depois de se concluir a classificação geral, de que já falei [...] ter-se-á de proceder a uma escolha cuidadosa de todos os papéis, que não tem valor algum (e muitos existem), e de remeter uma relação deles ao Governo pedindo autorização para serem vendidos ou inutilizados, afim de não estarem a tomar espaço inutilmente, providência essa que, como na Europa, deverá ser repetida depois de certo trato de tempo (CAVALCANTI, 1937, p.86).

Um ano depois de assumir a direção do Arquivo, tem-se a primeira iniciativa que contempla os usuários do Arquivo. O acesso à sala de consulta passou a ser “franqueada” - para utilizar uma expressão da época - ao público, em 1874. Essa medida seria acompanhada da seguinte observação do diretor do Arquivo:

Também, concluída a classificação, será de utilidade não só para os historiadores e estudiosos, como para a administração pública e para os políticos, publicarem-se os catálogos, ou, ao menos, seus extractos pela imprensa. Si este Arquivo parece não ter provocado o interesse público, é porque muitos não conhecem a utilidade que ele pode oferecer, e quase todos ignoram o que ele contém, e os documentos que ele possui de tal e tal gênero [...] Agora que já se acha preparada uma sala, que destinei para as pessoas que quiserem consultar documentos, vou marcar dias próprios para isso, dando assim execução ao disposto no art. 18 do Regulamento (CAVALCANTI, 1937, p.86).

É interessante, contudo, destacar que a medida, que poderia soar como uma decisão democrática e de avanço nas relações de uma instituição pública e seus cidadãos, aparece muito mais como uma decisão pessoal do seu diretor. Pode-se constatar tal fato observando-se que o referido Regulamento utiliza a primeira pessoa do singular – “uma sala que destinei”, “vou marcar dias próprios” - atribuindo poderes exclusivos e arbitrários ao diretor. Poder-se-ia argumentar que, afinal de contas, ainda estávamos no Império e que, portanto, essa seria uma atitude previsível. O que a República traria nessa área? Sabe-se que, em 1889, com a proclamação da República e a implantação do regime federativo foram criados, legalmente, os arquivos estaduais para conservar e acumular os documentos produzidos pelos estados da federação. De acordo com Góes Monteiro:

[...] coube à Constituição de 1891 estabelecer que cada província, agora transformada em estado-membro, seria regida pela Constituição e leis que adotasse, respeitados os princípios constitucionais da União, cabendo-lhe prover, as expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração. Era o momento de afirmação do regionalismo; em consequência, quase todos os estados-membros criaram seus arquivos não só para guardar os documentos do passado como para recolher os que viriam a ser produzidos e acumulados pela administração federal (GÓES MONTEIRO, 1986, p. 142).

É a partir desse momento que foram criados, sucessivamente, os arquivos do Paraná (1855), Bahia (1890), São Paulo (1891), Minas Gerais (1895), Mato Grosso (1896), Pará (1901), Rio Grande do Sul (1906), Ceará (1916) e Sergipe (1923). Porém, com o tempo, esses arquivos encontrar-se-iam em situação precária, sendo relegados ao esquecimento. Como observa Góes Monteiro:

Apesar do entusiasmo inicial, aos poucos os arquivos estaduais entraram em processo de passividade, transformado-se em simples arquivos históricos. A falta de recolhimento obrigatório dos documentos estaduais pelas repartições públicas produtoras e acumuladoras, a inexistência de cálculos sobre a produção documental pública estadual, edifícios inadequados, recursos humanos deficientes, ausência de equipamentos e instalações, além do desinteresse dos próprios governos pela matéria, constituem alguns dos muitos desafios a serem enfrentados pelos arquivos estaduais (GÓES MONTEIRO, 1986, p. 142).

Mesmo que a primeira Constituição Republicana de 1891 tenha impulsionado a criação de arquivos em alguns estados, o que, de certa forma, era um avanço no Brasil, Bastos e Araújo esclarecem que:

[A Constituição] [...] não fez referência ao arquivamento documental, e à imprescindível necessidade de sua conservação como instrumento de preservação de história nacional. Os resultados práticos foram profundamente danosos à formação de nosso patrimônio documental, e permitiram, não apenas a deterioração de significativa massa documental localizada em organismos públicos eclesiásticos, mas, principalmente, viabilizaram os atos referentes à eliminação de documentos sobre a escravidão e a memória da população negra do Brasil, dentre eles, documentos contábeis localizados em repartições cartorárias fora do alcance do Arquivo Público (BASTOS E ARAÚJO, 1990, p.22).

A partir dos anos 1930 serão introduzidos no Brasil textos legais relativos à proteção do patrimônio histórico, porém nem a Constituição Federal de 1934, nem a de

1937, fizeram referência à questão dos documentos de arquivos. Nesse sentido, Bastos e Araújo esclarecem que:

[...] o Decreto-Lei nº 25/37 traça as linhas da política de proteção patrimonial brasileira, que não está destinado à proteção da documentação pública. Este decreto-lei prescreve a proteção de bens imóveis de interesse público e dá origem à figura do tombamento patrimonial, que não se aplica à documentação, mas destina-se à proteção de bens imóveis e móveis que nele se encontrem. Desta forma, embora haja tratamento legal para a questão patrimonial, especialmente para aqueles que se resguarda, a nível de proteção legal efetivada através do instituto do tombamento, não se introduziu uma figura jurídica que defina e resguarde o patrimônio documental, embora o Decreto-Lei nº 3.365/41, que complementa o Decreto-Lei nº 25/37, considere como coisa de utilidade pública a conservação adequada de documentos (BASTOS E ARAÚJO, 1990, p.22).

Por sua vez, o texto constitucional de 1946, embora não faça referência específica à documentação de arquivos, apresentará um pequeno avanço, pois irá considerar a documentação de valor histórico como um bem a ser protegido pelo poder público. Ao contrário da Constituição de 1937 que considerava o patrimônio histórico constituído apenas de monumentos históricos e naturais, assim como as paisagens e os locais particularmente dotados pela natureza. Quanto a esse avanço, Bastos e Araújo destacam que:

É a partir de 1946 que podemos detectar o início do tratamento constitucional para o problema documental; todavia, este tratamento limita-se ao patrimônio documental enquanto de valor histórico. No entanto, é nesta fase que se iniciam as discussões sobre os documentos enquanto acervo arquivístico. Nesta fase, as discussões sobre os documentos, enquanto teoria arquivística, se sobrepuseram às discussões sobre sua identificação legal, o que não interceptou, no contexto da sociedade brasileira, o surgimento dos primeiros problemas de regulamentação dos arquivos (BASTOS E ARAÚJO, 1990, p.22).

Os anos 1950 não trarão nenhuma mudança de paradigma no modelo adotado pelo Estado brasileiro no tratamento dos seus acervos documentais, mas na década de 60 a questão vem à tona. No início daquela década, assume como diretor do Arquivo Nacional o historiador José Honório Rodrigues (1958-1963) propondo algumas mudanças e reformulações na instituição “cabendo a ele, o mérito de haver lançado as raízes de uma nova concepção do arquivo no Brasil” (GOES MONTEIRO, 1986, p. 143). José Honório Rodrigues inovou ao trazer especialistas em Arquivologia do exterior para ministrar cursos e palestras, iniciar trabalhos para a tradução e publicação de textos técnicos, fundamentais ao conhecimento da moderna arquivística e, sobretudo realizar uma primeira tentativa de estabelecer uma legislação e uma política nacional de arquivos no Brasil. Conforme Franco observa:

Seus relatórios administrativos insistiam não só na exigência de novas instalações físicas e na requalificação do quadro de pessoal, mas, principalmente, alertavam quanto à elaboração de um instrumento legal para a preservação dos arquivos do poder público, no tocante à política de recolhimento. Sugeriu que só uma lei do Congresso Nacional poderia determinar sua obrigatoriedade, dando eficácia às decisões do Arquivo Nacional e permitindo a defesa, a preservação, a seleção e a eliminação da documentação de órgãos integrantes dos poderes da União (FRANCO, 1986, p.35).

Durante a sua gestão constituiu-se uma comissão a fim de elaborar um anteprojeto de lei para os arquivos brasileiros, concluído em 1962. Esse anteprojeto procurava fortalecer o Arquivo Nacional, prevendo ainda um Conselho Nacional de Arquivos que seria presidido pelo Diretor do Arquivo Nacional cuja às atribuições seriam exercidas por um Plenário e uma Junta Administrativa. Segundo Monteiro esse anteprojeto:

[...] procurava transformar o Arquivo Nacional no principal arquivo público do país, tentando definir legalmente a sua função como destinatário final dos arquivos da administração pública federal, estabelecendo o recolhimento de documentos dos

poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Previa-se também a criação de um Sistema Nacional de Arquivos. A ele seriam integrados os arquivos privados e os das sociedades de economia mista, desde que se solicitasse ao diretor do Arquivo Nacional. Quanto aos estaduais e municipais, seriam incorporados à rede sistêmica através de convênios com o Arquivo Nacional, condição para que tivessem representantes no Conselho Nacional de Arquivos, órgão responsável pelas normas e diretrizes a serem baixadas... pela primeira vez tentou-se colocar o Arquivo Nacional numa posição de destaque dentro da administração pública federal (GOES MONTEIRO, 1986, p. 150).

Porém, mesmo com todos os esforços de José Honório Rodrigues, o anteprojeto acabou não vingando por motivos de ordem política. Em 1964, momento em que se implanta no país um regime de ditadura militar, toma posse no Arquivo Nacional o diretor Pedro Moniz de Aragão (1964-1968), o qual, segundo Kurtz:

Promoveu várias obras no edifício, melhorando as instalações e dotando-as de condições indispensáveis para promoções culturais, tais como cursos de arquivo, exposições e conferências. Iniciou o levantamento dos registros de entrada de portugueses no Brasil, a elaboração do registro Nacional de Arquivos, com informes sobre arquivos públicos e privados, encaminhou ao Ministério da Justiça, um estudo sobre a reestruturação do Arquivo e a instituição do Sistema Nacional de Arquivo (KURTZ, 1990, p.62).

Nesse mesmo período, deu-se a aprovação do Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967 que classificava os documentos sigilosos importantes em ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado, limitando o acesso a um grupo restrito de pessoas, escolhidas por métodos escusos e subjetivos. De acordo com Rodrigues:

[...] fica uma massa imensa de informação tolhida, sonogada, não simplesmente da divulgação momentânea, mas da possibilidade de conhecimento posterior, quando poderão ter perdido a classificação sigilosa. O Decreto nº 60.417 significa uma

guerra à informação, e o predomínio da política de sigilo, obscurantista e colonialista. Qualquer sigilo excessivo da parte do governo é incompatível com a democracia, especialmente se considerarmos que a oposição e o público têm cada dia informações mais suficientes – exceto as oficiais – e que vivemos numa época em que as fontes de informação necessárias para uma crítica inteligente do governo se encontram cada vez mais nas mãos do próprio governo (RODRIGUES, 1990, p.17)

Ainda sobre a situação dos arquivos no regime de ditadura, Côrtes complementa:

Nesse período os direitos individuais e políticos foram inteiramente suprimidos, consagrando o absoluto predomínio do aparelho militar sobre o Estado. Em nada foi alterada a questão dos arquivos públicos no Brasil. Juntamente com o desinteresse por legislar sobre o assunto, reforça-se uma política de sigilo na qual os motivos de segurança nacional predominam sobre o interesse da informação e da pesquisa. É evidente uma preocupação em se determinar prazos demasiado longos e proibições para a consulta de documentos públicos (CÔRTEZ, 1996, p.46).

Ainda nesse período, em decorrência da morte de Moniz Aragão, assume a direção do Arquivo Nacional, em 1969, Raul do Rego Lima, que “buscou a projeção do Arquivo como organismo cultural, promovendo maior conhecimento do próprio acervo”. Foi em sua gestão que a revista *Mesário* do Arquivo Nacional teria surgido, gozando de um alto conceito nacional e internacional durando doze anos até ser substituída pela revista *Acervo*, em 1986.

Mesmo havendo um índice considerável de produção cultural informacional, discussões em torno de modernização e produção de bibliotecas, museus e arquivos, até a década de 70 não existia qualquer medida legislativa específica para arquivos públicos e privados, documentação em geral ou acesso à informação conforme observa Costa e Fraiz (1989, p.69).

Nessa mesma década, o pesquisador René Armand Dreifuss ao realizar sua pesquisa de doutorado⁶ percebeu como o contexto político dessa época afetava os arquivos públicos e privados. Dreifuss publicou um artigo em que buscava definir qual era o conceito que o Estado brasileiro tinha dos arquivos e quais os reflexos disso no Arquivo Nacional:

Na localização, acesso e uso dos arquivos havia problemas ditos políticos. Sob esse mote, misturavam-se a desconfiança de esquerda e de direita, as inimizades, lealdades e atritos entre várias fontes, assim como vaidades, picuinhas e até a vontade de passar despercebido [...] e a natural insegurança de lidar com temas que tinham a ver com a realidade nacional, num clima em que, apesar dos primeiros e tímidos ventos de distensão, era autoritário, elitista e punitivo. O acesso à documentação pública era complicado, era mais um aspecto da escamoteação das prerrogativas do cidadão. A coisa pública era tratada como privada até – ou especialmente – na informação. Havia o problema de saber onde estavam tais ou quais documentos e onde eram depositados tais ou quais arquivos, para descobrir que na maioria dos casos não eram nem depositados. Isso porque não havia registro geral de arquivos, nem órgãos coordenadores e integradores da documentação pública. Muito menos leis que regulamentassem os arquivos públicos e institucionais (incluindo até os privados, que tivessem a ver com a coisa pública), nem prescrições claras, passíveis de obediência e controle a respeito dos documentos produzidos no âmbito do Estado (DREIFUSS, 1986, p. 27).

Deve-se destacar, nesse relato de Dreifuss, sobretudo o aspecto relativo ao acesso aos documentos depositados numa instituição pública. O pesquisador sentia no seu próprio trabalho o quão essa questão era importante para o avanço da pesquisa histórica. E tocava, sem o saber, num aspecto essencial da função arquivística, isto é, a acessibilidade aos documentos arquivísticos. Dreifuss chama a atenção para as ditas “políticas de acesso” estabelecidas ao sabor dos agentes que, de acordo com as suas ideologias podem ou não dar acesso à documentação, como ele explicita no trecho abaixo:

⁶ A pesquisa resultou numa tese de doutorado intitulada 1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e

Os diversos critérios – em alguns casos, arbítrios de funcionários – de consulta e uso que cada centro instituía, complicava ainda mais um trabalho que por si só já era complexo (DREIFUSS, 1986, p. 27).

Prosseguindo, Dreifuss aborda um outro aspecto que se relaciona com o objeto de nossa pesquisa, isto é, sua percepção acerca dos agentes públicos, no caso, os funcionários dos arquivos, que exercem um papel mediador entre as informações sob a sua guarda e os usuários. Em relação a esses agentes, é comum os pesquisadores apontarem como um dos problemas que provocam as deficiências nos serviços de arquivo a ausência de técnicos especializados, já que na maior parte das vezes os técnicos que trabalham nos arquivos ali se encontram em razão de um sistema ‘clientelista e empreguista que despeja pessoal inadequado e incapacitado para as funções requeridas’ (DREIFUSS, 1986, p.32).

Essas observações – e experiências vividas pessoalmente - levam a autora desta dissertação a acrescentar que, muitas vezes, o problema não seria apenas a ausência de pessoal especializado. Um dos problemas que ainda afetam a maioria dos arquivos no Brasil, passa pela falta de consciência da importância do Arquivo e a afinidade com esse tipo de instituição por parte dos agentes com as funções que eles exercem, tendo em vista que as suas concepções acerca da instituição arquivo público influenciarão, de algum modo, suas atividades. Mesmo não sendo o ideal, os agentes públicos, não especializados em Arquivologia, podem realizar bons trabalhos se eles tiverem disposição, noção e afinidade com as atividades e desafios a serem realizados e vencidos nas instituições arquivísticas. O próprio Dreifuss reconhece que muitos desses agentes públicos se sentem participando de uma instituição pública, reconhecem o valor dos documentos e tentam, apesar das dificuldades, respeitar e atender os seus usuários:

Fui aprendendo um pouco das dificuldades de trabalhar numa instituição desse porte, sem pessoal adequado, com escassez de recursos espichados por malabarismos mil, com demandas diárias e sempre diferentes [...] As deficiências eram muitas no Arquivo, mas não faltava solidariedade. Talvez a infra-estrutura de

serviço não fosse adequada, mas os funcionários reconheciam suas limitações pessoais, quanto à sua capacitação, suprindo com muito carinho e com muito companheirismo essas deficiências [...] Aliás, o pessoal do Arquivo tinha uma clara noção da importância dos documentos para a memória nacional. Podiam não ser os melhores funcionários do mundo, mas havia compreensão do significado e do significado do Arquivo. Havia também uma 'consciência política' da memória arquivada [...] (DREIFUSS, 1986, p. 32).

É ainda o relato de Dreifuss, na condição de pesquisador, portanto de um tipo particular de usuário, que nos esclarece acerca da situação que ele, à época, identificava no Arquivo Nacional:

Com toda a sua precariedade, o Arquivo permanecia teimosamente aberto ao público [...] Comentávamos a falta de uma política de aquisição de material e uma infra-estrutura correspondente de recursos e pessoal qualificado para aproveitar as oportunidades, seja de um leilão, de uma venda desesperada ou doação, da localização fortuita de um material importante e do trabalho sistemático de busca e identificação (DREIFUSS, 1986, p. 27).

Porém, mesmo com todos os problemas, a década de 70 pode ser considerada um divisor de águas na área. É a partir daquela década que serão criadas instituições, lançados periódicos especializados e realizados eventos importantes para o fortalecimento da instituição arquivo público no Brasil. Segundo Kurtz:

[...] a década de 70 deve ser considerada como o marco do desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, quando os profissionais e administradores levaram o Governo a tomar decisões importantes em relação a dois aspectos importantes para a área: a institucionalização dos arquivos e a formação de pessoal (KURTZ, 1990, p. 18).

Em 1971, no Rio de Janeiro, é fundada a Associação dos Arquivistas Brasileiros e lançado o periódico, “Arquivo e Administração”, e já em 1972 ocorre o I Congresso de Arquivologia no Brasil. Nessa ocasião é também apresentado o anteprojeto para a criação do Sistema Nacional de Arquivos. Nesse mesmo ano, o curso de Arquivologia é considerado de nível universitário pelo Departamento de Assuntos Universitários do Ministério de Educação e Cultura e aprovada a criação do curso nas Universidades Brasileiras⁷. Em 1975, sai o primeiro decreto presidencial sobre o assunto - o de nº 75.657, de 24 de abril de 1975 - que criou o Sistema de Serviços Gerais – Sisg, tendo como função disciplinar o uso, a guarda, a conservação, a reprodução e a incineração de processos e documentos. O DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) seria o órgão central do Sistema, que compreenderia também os arquivos correntes. Data desse período, mais precisamente 1977, a criação do primeiro curso superior de Arquivologia na Universidade de Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Em 1978 é criado o Sistema Nacional de Arquivos – Sinar com a finalidade de assegurar a preservação de documentos do poder público abrangendo o arquivamento intermediário e o permanente, tendo o Arquivo Nacional como seu órgão central. Um ano depois, em 1979, seria criada a Comissão Nacional de Arquivos – Conar. Também, no mesmo ano, é regulamentado, pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978, a profissão de Arquivista e de Técnico em Arquivo.

É interessante notar que por mais que o Estado brasileiro, naquele momento, estivesse promovendo a criação de “aparatos legais” que promovessem, de certa forma, um novo conceito de arquivos no Brasil, no ano de criação do Sistema Nacional de Arquivos sai o Decreto nº 84.198, de 13 de novembro de 1979, estabelecendo que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Ministério da Educação e Cultura, transformado agora em Secretaria, teria como finalidades: inventariar, classificar, tomba, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico e artístico promovendo conflito de competências entre o Ministério da Educação e Cultura e o Arquivo Nacional (GOES MONTEIRO, 1986).

⁷ Parecer n. 212/72.

Quanto a essa perspectiva do Estado em relação aos arquivos, é interessante retomar a observação de Jardim, segundo a qual:

Percebe-se, portanto, um panorama no qual o Estado brasileiro, tão negligente em relação à produção e uso dos seus estoques informacionais, e ao patrimônio documental, acolhe no seu interior, em pleno autoritarismo, as demandas de espaço cognitivo e institucionais de uma área socialmente pouco reconhecida. No caso do Sistema Nacional de Arquivos de 1978, o Estado o acolhe imprimindo-lhe uma feição legal-institucional, para posteriormente ignorá-lo (JARDIM, 1995, p. 62).

Será, então, a partir de 1980, sob a direção da socióloga Celina Moreira Franco que o Arquivo Nacional passaria por um processo de modernização ou revisão de seu conceito nas suas relações com o Estado e a sociedade. Revisão que traria mudanças na estrutura da instituição, na sua organização e legislação, provocando a implantação de um Sistema Nacional de Arquivos que “teria o objetivo último de capacitar o Arquivo Nacional a apoiar o governo e o cidadão nas suas demandas de informações, situando esse órgão como pólo irradiador de uma Política Nacional de Arquivos”, como afirma Franco (1986, p.38).

Buscando mesmo justificar o projeto renovador, a própria diretora produziu na época um artigo – que consideramos, na verdade, um manifesto - intitulado “Uma proposta Radical de Trabalho” em que faz um balanço da situação do Arquivo Nacional. Nesse artigo, a diretora recupera o estado em que se encontrava a instituição quando ela assumiu sua direção:

Não havia um prédio adequado à guarda e à conservação dos documentos produzidos pela administração pública federal. Não havia uma lei que assegurasse a necessária autoridade ao exercício de suas atribuições constitucionais. Não se dispunha de uma quadro técnico e científico capaz de tornar possível o desempenho das funções institucionais de recolhimento, guarda e organização dos documentos públicos do país ou sequer de refletir sobre uma política nacional de arquivos [...]

não contava com recursos financeiros mínimos para o desenvolvimento de suas atividades, nem com um formato institucional que permitisse o exercício de suas funções técnicas fundamentais. Era um círculo vicioso, que fazia do Arquivo Nacional uma instituição técnica e administrativamente inviável (FRANCO, 1986, p.33).

Fazendo eco às afirmações de Celina Moreira Franco, Kecskeméti, o então diretor Executivo do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), declarava:

Só um adjetivo pode caracterizar a situação em que se encontrava, em 1980, o Arquivo Nacional do Brasil: catastrófica. O edifício, de dimensões insuficientes, portanto inadequado, ameaçava desabar; o corpo de funcionários não estava preparado para o trabalho arquivístico; cerca de metade dos fundos armazenados em seus depósitos não se encontrava identificada; ignorado pelo governo, havia muito tempo o Arquivo Nacional não era beneficiado com verbas. Por falta de respaldo jurídico, regulamentar e intelectual que permitisse o funcionamento dos serviços e das instituições de arquivos, os documentos produzidos pelos órgãos governamentais desde a proclamação da República permaneciam sem controle arquivístico, acarretando o desaparecimento, sem vestígios, de fundos inteiros e acumulações maciças em depósitos improvisados, onde documentos de valor, ao lado de peças inúteis, deterioravam-se progressivamente (KECSKEMÉTI, 1988, p.6).

A situação do Arquivo Nacional também se reproduzia “na quase totalidade dos arquivos públicos brasileiros”, esclarecia Celina Moreira Franco (1986, p.34), ou seja, como o Arquivo Nacional que representa em um país o modelo maior de instituição arquivística projetava a figura de uma instituição caindo aos pedaços, evidentemente os outros arquivos refletiriam essa realidade. Nesse sentido, Jardim (1986) observa que havia a necessidade de um novo modelo de instituição arquivística pública que visasse à organização e estrutura pois “ a rede de arquivos públicos brasileiros não se encontrava devidamente capacitada a cumprir as atribuições que caracterizavam as modernas

instituições arquivísticas” devido ao modelo vigente herdeiro do século XIX e mostrava-se incapaz de responder aos desafios do século XXI.

As condições para a modernização objetivando a adoção de um novo modelo, que envolvia a organização de um sistema nacional que reagrupasse, simultaneamente, os arquivos públicos da Federação, os estaduais e os municipais, seria necessário, ainda segundo Kecskeméti (1998):

a mudança em alguns aspectos, tais como a aquisição de uma nova sede, a identificação de todos os documentos existentes no Arquivo Nacional, o recenseamento dos documentos pertinentes ao acervo da instituição, melhoramento do corpo técnico, produção de uma legislação federal, a instituição de estrutura adequada para a realização de suas funções, a elaboração de um ‘plano de aquisição de equipamento técnico’, a organização de um Pré-arquivo em Brasília e promoção da regulamentação profissional. Seria necessário também, segundo o autor, “eliminar a influência da herança conceitual, regulamentar, institucional e metódica da era dos arquivos nominais (KECSKEMÉTI, 1988, p.7).

As observações de Kecskeméti vão ao encontro daquelas de Jardim quando este aponta para o que seria a instituição arquivística ideal:

Caberia a cada arquivo estadual, analisando a sua trajetória, suas características presentes e os parâmetros políticos administrativos nos quais se insere, propor a estrutura organizacional que lhe for mais conveniente e implantá-la conforme suas possibilidades. De qualquer forma, esta estrutura deverá necessariamente refletir as funções do arquivo público como órgão de apoio à administração, à cultura e ao cidadão, participando da definição e implementação de uma política nacional de arquivos, assumindo no âmbito estadual a proteção ao patrimônio arquivístico (JARDIM, 1986, p.42).

Enfim, era importante naquele momento, estabelecer uma redefinição do conceito de Arquivo Nacional viável em todas as outras instituições arquivísticas nacionais, tendo em mente as funções técnicas fundamentais de um arquivo que, de acordo com Franco, seriam:

[...] servir de apoio administrativo ao poder público, à pesquisa científica e ao desenvolvimento cultural do país, bem como garantir ao cidadão o acesso ao conhecimento, à informação e às provas de seus direitos (FRANCO, 1986, p.34).

Na condição de nova diretora do Arquivo Nacional, Celina Moreira Franco também acreditava que “O Arquivo Nacional deveria ser entendido, na sua totalidade, como órgão depositário da documentação produzida pela administração pública federal e como órgão coordenador de um sistema nacional capaz de democratizar a informação sobre os arquivos do país” (FRANCO, 1986, p.34).

Um aspecto importante das mudanças que estavam acontecendo na estrutura do Arquivo Nacional - e que tinha a ver com a emergência de um novo conceito de Arquivo Público - diz respeito ao próprio papel que o Arquivo Nacional deveria desempenhar perante os arquivos estaduais e municipais. Daí porque a necessidade de implantação de um sistema de arquivos se fazia tão urgente pois, segundo Franco:

As atividades de implantação do Sistema Nacional de Arquivos tiveram início a partir de inúmeras solicitações de arquivos públicos, especialmente estaduais, no sentido de obter orientação técnica para seus problemas e de conhecer as experiências vividas naquele momento pelo Arquivo Nacional [...] Assim, foi necessário elaborar instrumentos e mobilizar recursos técnicos capazes de agilizar a disseminação dessas informações. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se trabalhos de assistência técnica em diversos estados brasileiros e estruturaram-se cursos de treinamentos. Tais iniciativas tinham por finalidade a reunião de novas informações, a identificação de problemas ligados ao estabelecimento das prioridades do Arquivo Nacional como órgão central do sistema bem como a definição de procedimentos

técnicos a serem adotados pelos arquivos públicos estaduais e municipais, no exercício de suas funções de coordenação local (FRANCO, 1986, p.36).

Segundo Jardim (1995, p.62) “a modernização do Arquivo Nacional teria reforçado a liderança da instituição entre os arquivos públicos do país” e, também, “no mesmo período, diversas instituições arquivísticas públicas estaduais (Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Distrito Federal etc.) e municipais (Arquivo Municipal de Rio Claro, Arquivo Municipal de São Paulo etc.) desenvolveram projetos com resultados significativos, expostos à comunidade profissional em congressos e publicações.

Pode-se observar que nesse momento de modernização do Arquivo Nacional e redefinição dos conceitos acerca dos arquivos no Brasil, retoma-se, com grande impulso, as discussões sobre a criação do Arquivo Público do Distrito Federal. Também, pode-se depreender que o contexto cultural e político tem uma influência sobre a criação e trajetória dos arquivos públicos.

Capítulo II – O Arquivo Público no Contexto Brasiliense.

1 – Origens e Criação do Arquivo Público do Distrito Federal

Em 1970, dez anos após ser inaugurada, ainda não havia em Brasília um arquivo público. A documentação referente à criação e estruturação da nova capital ficava sob a guarda da NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, empresa criada em 22 de setembro de 1956, que os depositava em uma construção de madeira no Núcleo Bandeirante sem tratamento ou organização. A entrevista realizada com um dos três primeiros diretores da NOVACAP – doutor Ernesto Silva, descreve como era a produção e a guarda documental neste período⁸.

Nós tínhamos uma Divisão de Documentação. Nesta Divisão de Documentação estava arquivada toda a papelada, todos os documentos da NOVACAP. Era um

⁸ Entrevista realizada em 21 de outubro de 2002 na casa do Senhor Ernesto Silva.

lugar amplo, um barraco de madeira. Tinha um arquivo morto, um arquivo separado, não era bem muito bem organizado, eu confesso, todos nós confessamos, por que a pressa era muita grande, há até um fato que se deu com o Presidente da NOVACAP, o chefe do Departamento Jurídico: Doutor Israel, eu preciso que o senhor me dê um estágio para eu acabar de fazer esse contrato daquele viaduto que vai ser construído. Ele disse: como rapaz! Acaba isso que daqui há pouco o viaduto está pronto e eu não assinei o contrato. Era assim! Vamos fazer? Vamos. E o contrato? O contrato assina depois! Naquela ordem, faz-se o contrato e assina depois, de um modo geral, não era tudo. Documentação, você sabe... Aquela burocracia, sai papel, sai papel. Produzia-se muito documento e com pouca gente. Agora, com o governo depois do Juscelino, muita coisa se perdeu porque o governo que se instalou era contra Brasília, então não houve continuidade. O pessoal que estava aqui praticamente foi todo demitido, ele desarticulou um pouco naquela época. Ele demitiu muita gente, botou outro no lugar. Eu acho que não há todos os documentos que deviam ter. O Walter Mello, depois de 10 anos, procurou fazer o Arquivo Público e foi pegando os documentos. Eu tenho muitos documentos aqui. Muita coisa se perdeu depois da nossa saída, ela ficou em qualquer lugar, ninguém sabe.

Nessa mesma década, “intensificaram-se, no Brasil, as discussões e reflexões sobre questões ligadas à memória e às responsabilidades do Estado e da sociedade civil quanto ao resgate e preservação dos registros de seu passado. Iniciadas em nível nacional, essas discussões disseminaram-se por todos os estados e municípios, tendo como consequência a adoção de medidas preservacionistas em diversas esferas e em todos os setores” (ARQUIVO PÚBLICO do DISTRITO FEDERAL, 1990).

É em 1970, durante o *I Encontro de Governadores*, realizado em Brasília – cujo objetivo era estudar a complementação das medidas necessárias à defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - que surgem as idéias embrionárias de criação do Arquivo Público do Distrito Federal. Como resultado desse Encontro é lançado o documento “Compromisso de Brasília” que, além de acentuar a necessidade de criação de um arquivo

na capital, apresentando em algumas de suas resoluções a preocupação com os arquivos e com a profissão. Nesses Anais (ANAIS DO II ENCONTRO DOS GOVERNADORES, 1973), pode-se ler, dentre outras recomendações:

- Para remediar a carência de mão-de-obra especializada, nos níveis superior, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional os cursos de nível superior;
- Caberá às Universidades o entrosamento com Bibliotecas e Arquivos Públicos Nacionais, estaduais e municipais, bem assim com os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta cultura, no sentido de incentivar a pesquisa quanto à melhor elucidação do passado e à avaliação e inventário dos bens regionais cuja defesa se propugna;
- Recomenda-se a defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional com as congêneres repartições estaduais e municipais.

Um ano depois desse Encontro, o então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, iria sugerir ao Coronel Hélio Prates da Silveira, então governador do Distrito Federal, a criação de um arquivo público do Distrito Federal. Buzaid ressaltava à época que Brasília, a capital do país, era uma das poucas cidades em que ainda não havia um arquivo. Em 1972, no *I Encontro Brasileiro de Arquivologia* a questão é novamente levantada por ocasião das recomendações finais. À época recomendou-se “que o GDF promovesse a instalação de seu Arquivo Público, integrando definitivamente a capital brasileira no movimento de preservação da memória nacional, que se desenvolvia em todo o país” (ARQUIVO PÚBLICO do DISTRITO FEDERAL, 1990).

Em 1973, no II Encontro de Governadores, o professor Júlio de Castilhos C. de Medeiros, Secretário de Educação e Cultura, deixaria clara a sua preocupação em relação à criação de um arquivo público do DF, em seu discurso:

Busca, ademais, a Administração da Capital do País, no menos prazo possível, meios de fazer funcionar o Museu da Cidade e o arquivo público. Deste encontro, Brasília muito estimaria algo de positivo resultasse sobre Arquivos [...] De concreto, pretendia o Distrito Federal não só ver discutida a matéria sobre instalações, organização, aperfeiçoamento, modernização e manutenção dos arquivos – destacando o muito que já se tem feito no particular - , mas também imbuir-se da possibilidade efetiva de reprodução documental em microfilmes, para que viesse a Capital da República a tornar-se grande centro de arquivos e registros em microfilmagem, com regular serviço de reprodução, a fim de ser colocado ao dispor de estudiosos pesquisadores e ~~quaisquer interessados no conhecimento de fontes~~ (ANAIS DO II ENCONTRO DOS GOVERNADORES, 1973).

Logo depois, em 1974, o Ministro Armando Falcão solicitaria ao então governador do DF, Elmo Sereio Farias que tomasse 'providências administrativas para a preservação dos papéis públicos do Distrito Federal'. Em junho daquele ano o processo é desarquivado pela SEA que o encaminha ao Gabinete Civil do Governador. Em julho, o governador encaminha ofício ao Ministro da Justiça, informando que a Secretaria de Administração (SEA) já estava coletando subsídios com o objetivo de concretizar a criação do arquivo. No ano seguinte, em 18 de março, o Decreto 2858 dispõe sobre a guarda e eliminação de documentos oficiais do Distrito Federal na Secretaria de Administração. No art.3º, inciso 1 desse Decreto fica estabelecido que o Arquivo Central da SEA guardaria por tempo indeterminado os seguintes documentos oficiais:

I- documentos históricos de qualquer natureza;

O Art. 3º, §1º, por sua vez, define como documentos históricos:

- I- os documentos que autorizaram a edificação de prédios ou monumentos considerados patrimônio histórico do Distrito Federal;
- II- documentos que deram ou vieram a dar origem à criação de órgãos ou entidades da Administração do Distrito Federal;
- III- documentos relacionados com o traçado urbanístico e arquitetônico do Plano-Piloto e Cidades Satélites do Distrito Federal;
- IV- cópias de Decretos de nomeação dos Prefeitos, Governadores, Secretários de Estado e dirigentes das entidades da Administração Indireta do Distrito Federal;
- V- os documentos e estudos que deram origem ao Brasão de Armas e à Bandeira do Distrito Federal;
- VI- documentos e estudos que deram ou vieram a dar origem às leis básicas do Distrito Federal;
- VII- outros documentos que por suas características e a critério da autoridade competente vierem a ser considerados históricos.

Pelo Art 3º, §2º a SEA fica responsável pela organização e manutenção de um arquivo de documentos históricos. Pelo Art.11, será designada pelo Secretário de Administração uma comissão incumbida de examinar e classificar os documentos que se encontrarem no Arquivo Central da Secretaria de Administração, eliminando-se aqueles que de acordo com os prazos estabelecidos neste Decreto, não mais justificarem a respectiva guarda. Pelo Art 12º, §2º, caberá à SEA a alienação ou incineração dos documentos eliminados e descaracterizados.

Uma série de portarias da SEA do DF viria regulamentar esse Decreto, dentre elas: a Portaria nº 152, de 26 de março de 1975, que regulamenta os artigos 3º e 4º define os prazos de guarda dos documentos pertencentes ao Arquivo Central da SEA; a Portaria nº 153, de 9 de abril de 1975, que regulamenta o art.1º do Decreto, estabelece normas para funcionamento da Comissão de Eliminação de Documentos.

Um outro Decreto, o de nº 2978, de 14 de agosto de 1975, determina que dentre as atividades da SEA, compete o cuidado com os documentos. Essa mesma Secretaria, no ano

seguinte, irá baixar uma portaria, a de n. 193, de 3 de maio de 1976, a respeito do arquivamento e desarquivamento de processo para efeito de microfilmagem. Por outro lado, no que diz respeito aos arquivos de arquitetura a responsabilidade sobre eles caberia ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo do DF, objeto do Decreto nº 3286, de 16 de junho de 1976. De fato, segundo esse Decreto seria tarefa da SVO “manter arquivo geral de originais de planta cadastral e seus detalhes”. Ainda pela Resolução nº 124/80 – CA, de 25 de novembro de 1980, competiria à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, da Secretaria de Viação e Obras, por meio da Divisão de Administração e Controle de Documentos: “classificar, catalogar, registrar e controlar o acervo histórico da Companhia, colocar o acervo histórico em condições de consultas, pesquisas, estudos culturais e científicos”.

Em 1977, o processo de criação do arquivo estava tramitando na Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa do GDF. Julgando que o seu trâmite teria um melhor desempenho, por sua função ter também um valor cultural, o coordenador substituto do Sistema de Documentação “propôs que o processo fosse ainda examinado pela Secretaria de Educação e Cultura, pois julgava ser pouco recomendável subordinar a criação do Arquivo Público à Secretaria de Administração” (ARQUIVO PÚBLICO do DISTRITO FEDERAL, 1990).

Sendo assim, o processo será encaminhado ao então Secretário de Educação e Cultura do DF Wladimir Murquinho que, em seguida, o envia à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. Ali, nas mãos do seu diretor, Walter Albuquerque Melo, começava a ser consolidado o projeto de criação do Arquivo Público do Distrito Federal. Um ano depois, em 13 de junho, Walter Albuquerque Mello apresenta um Estudo⁹ sobre a criação do Arquivo Público do Distrito Federal onde são apresentados alguns aspectos como: um histórico da instituição Arquivo Público; Vinculação Operacional; aspectos relacionados à construção e instalações; idéias para o Arquivo Público do Distrito Federal; Competências; Estruturação; Organogramas e algumas sugestões.

Segundo esse Estudo haveria uma dupla razão para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal, uma de ordem prática, outra, científico-cultural. A razão prática era evidenciada pela “necessidade de organização sistemática dos documentos oficiais; necessidade de evitar eliminação indiscriminada de documentos ou a acumulação desordenada, necessidade de preservação para uso corrente. A razão de ordem científico-cultural estava ligada à “divulgação de seu conteúdo de natureza científico-cultural e incentivo à pesquisa relacionada às raízes de nossa cultura e as perspectivas de seu desenvolvimento”. No que concerne à vinculação, o Estudo defendia a idéia de que o Arquivo Público deveria ficar subordinado à Secretaria de Educação e Cultura, pois o regimento desta secretaria englobava “competências implícitas do arquivo público”. E acrescentava:

[...] Para o cumprimento de sua finalidade que o Arquivo Público do Distrito Federal seja um órgão relativamente autônomo vinculado à Secretaria de Educação. A autonomia pretendida lhe permitiria mais rapidez nas decisões, maior disponibilidade de recursos, acesso mais rápido às decisões, mais flexibilidade, o que se traduz em maior funcionalidade e maior dinamização.

Quanto aos aspectos relacionados à construção e instalações, o Estudo ressaltava que a estrutura poderia ser “prevista e calculada em acordo com as observações oferecidas pelo Arquivo Nacional” e deveria “ser de grande porte e traduzir para as gerações futuras o valor histórico que representa” Além disso, deveria ser de fácil acesso para os usuários; um local tranquilo e silencioso; um terreno fora de áreas úmidas ou sujeito à inundações, fora de locais onde houvesse riscos de poluição (fábricas, depósitos inflamáveis) e onde pudesse haver ampliação. O Estudo também fazia observações específicas sobre a edificação e o mobiliário da sede do arquivo: o material utilizado, as mobílias apropriadas para acomodação do acervo e aspectos de segurança contra incêndios e furtos.

De acordo com o Estudo o Arquivo Público destinava-se “a receber e conservar sob classificação sistemática, documentos e objetos considerados de valor, merecendo

⁹ Esse Estudo não foi publicado. São 21 páginas datilografadas. Tivemos acesso às copias existentes no

preservação permanente para fins de referência e/ou pesquisas, bem como guardar quaisquer documentos cuja guarda venha a ser do interesse do Governo”. Sendo assim, as competências envolviam a guarda e a classificação de documentos de valor histórico; a restauração do patrimônio documental; a realização de pesquisas científico-culturais; a divulgação de pesquisas e trabalhos realizados e do acervo existente e o desenvolvimento de atividades que contribuíssem para o desempenho operacional da instituição.

Ainda segundo esse Estudo, a finalidade do Arquivo Público do DF seria:

o recolhimento e a sistematização dos documentos oficiais e a preservação de toda a documentação consagrada de valor histórico, científico e cultural, para permitir a divulgação de seu contexto e incentivar a pesquisa relacionada com as raízes e as perspectivas do desenvolvimento da Nova Capital Brasileira.

O Arquivo Público do Distrito Federal teria como estrutura uma Divisão do Pré-Arquivo ou Arquivo Intermediário; uma Divisão do Arquivo Histórico ou Arquivo Permanente; uma Divisão de Pesquisas e Atividades Técnicas e uma Divisão de Administração.

Como sugestões que permitissem a instalação de um pré-arquivo, o Estudo propunha a aprovação do regimento do Arquivo Público do Distrito Federal; a criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração da legislação e do projeto arquitetônico e o levantamento de acervos documentais existentes no Distrito Federal. Além disso, propunha-se que os documentos históricos que se encontravam no Arquivo Histórico da NOVACAP e no arquivo da SEA fossem recolhidos ao Arquivo Público do Distrito Federal.

Após a entrega desse Estudo, em outubro de 1978, é criado um Grupo de Trabalho (GT), formalizado por portaria conjunta das Secretarias de Administração e de Educação e Cultura, envolvendo representantes da Coordenação do Sistema da SEA/DF, da Divisão de Pré-Arquivo e do Arquivo Nacional, do Centro Nacional de Referência Cultural, da

Universidade de Brasília e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP, com o intuito de examinar, fazer a triagem e análise da documentação microfilmada pela e a realização de estudos visando à criação do Arquivo Público do Distrito Federal.

O decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978) institui o Sistema Nacional de Arquivo – SINAR com a finalidade de preservação de documentos do Poder Público. Integrando o SINAR tem-se os órgãos da Administração Federal Direta e Indireta incumbidos de arquivo intermediário e permanente e podem integrar, mediante convênios, os arquivos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, bem como os existentes nos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios. Ao Arquivo Nacional como órgão central do Sistema competia o estabelecimento de princípio, diretrizes, normas e métodos sobre organização e funcionamento das atividades de arquivo intermediário e permanente. Esse Decreto ressalta que o Governo do Distrito Federal deveria se integrar ao Sistema, mediante convênio, a fim de participar de um trabalho de âmbito nacional, com a finalidade de “assegurar, com vistas ao interesse da comunidade, ou pelo seu valor histórico, a preservação de documento do Poder Público”.

Em 26 de março de 1979, o GT entrega ao Diretor do Departamento de Cultura um relatório sobre o exame, triagem e análise da Documentação microfilmada pela SEA e a criação do Arquivo Público do Distrito Federal. Foi examinada e feita a triagem de 1057 filmes do período de 1960 a 1970 e selecionados 533 processos considerados de valor histórico e/ou administrativo. Estabeleceu-se também que os processos selecionados ficariam sob a custódia da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico – Depha/SEC, e os processos não selecionados seriam eliminados. Os documentos não examinados - 1055 filmes referentes ao período de 1970/74 - seriam analisados oportunamente, tornando necessária uma prorrogação do prazo. Como método de seleção dos processos foi verificado se as personalidades citadas ou referidas nos documentos eram ligadas à história de Brasília; se havia interesse público ou se era um ato normativo de interesse comunitário. Esse GT não apresentou nenhuma sugestão para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal, argumentando que ele havia tomado conhecimento da estrutura já existente e

proposta contida no processo nº 100971/71, apresentada pelo Depha à Secretaria de Cultura.

No mesmo ano, o diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, Walter Mello, convoca uma reunião envolvendo o Diretor do Departamento de Cultura, Raul F.J. Spinzi Molinas, a Diretora do Pré-Arquivo/Arquivo Nacional, Wilma Schaeffer Corrêa, a Diretora do Núcleo Regional da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Astréa de Moraes e Castro, o Coordenador do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, SalvaDir Ferreira Lima e o Coordenador do Sistema de Modernização Administrativa, Ruy Xavier de Almeida com a finalidade de definir diretrizes para a implantação do Sistema de Arquivo e criação do Arquivo Público do Distrito Federal. Como resultado, a Coordenação do Sistema de Modernização Administrativa da Secretaria de Governo apóia a criação do Sistema de Arquivos do Distrito Federal devendo ser este subordinado à Secretaria de Educação e Cultura.

Em 17 de janeiro de 1983, a Diretora do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, Lia Temporal Melcher envia ao Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal um ofício esclarecendo algumas informações a ela solicitadas anteriormente sobre a implantação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em que observa a necessidade de “os responsáveis pelo projeto do novo arquivo se deslocarem para verificar de perto a realidade, constatando a validade da aplicação daquele modelo à sua situação”. Lia Malcher sugere também uma visita às dependências do Arquivo quando se poderia “oferecer toda a nossa experiência para auxiliar na resolução de problemas que possuam, ou pelo menos alertá-los quanto a futuros obstáculos”¹⁰. Em resposta, o Diretor do Departamento de Cultura, Raul Molinas envia um ofício solicitando à Diretora um “convite oficial e específico a este Departamento para que se pudesse enviar um funcionário para um estágio por um período de cinco (5) dias, com o objetivo de “colher subsídios e informações para a implantação do nosso projeto”. Atendendo à solicitação, em 21 de fevereiro a Diretora Ida Malcher envia um ofício¹¹ formalizando o convite¹².

¹⁰ Ofício nº 08/83

¹¹ Ofício nº 004/83

¹² Ofício nº 20/83

Em 27 de abril de 1983, o Governador do Distrito Federal, José Omellas de Souza Filho assina o Decreto nº 7.493 que institui o Grupo de Trabalho (GT) composto por Raul Frederico José Spinzi Molinas e Walter Albuquerque Mello, pela Secretaria de Educação e Cultura; José George da Rocha e Eladir de Cândido da Silva, pela SEA e Nelson Cândido da Silva, pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. O GT teria como objetivo “estudar, sugerir, propor e adotar medidas para a implantação do Arquivo Público do Distrito Federal” e dotar o Distrito Federal de “instalações adequadas e legislação específica que assegure o controle e racionalização da produção documental bem como a conservação do seu patrimônio histórico”. Também ficou estabelecido que esse GT deveria “se articular com o Arquivo Nacional, órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e com a Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de Brasília, para efeito de assessoramento direto”.

O Decreto n. 7151, de março de 1983, extingue e cria órgãos na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, estabelecendo como uma das competências do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, órgão de direção superior, diretamente subordinado ao Secretário de Educação e Cultura: “programar, supervisionar e avaliar a execução da política de preservação do patrimônio histórico e artístico do Distrito Federal”.

Em 5 de julho de 1983, a Secretária de Educação e Cultura envia para a Diretora-Geral do Arquivo Nacional, Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, o documento final do GT para a implantação do Arquivo Público para que este passe por uma revisão. Nesse ofício fica clara a necessidade do apoio do Arquivo Nacional para a criação do Arquivo Público quando a Secretária afirma: “aproveitando o ensejo muito agradeço, em nome do Governo do Distrito Federal, a valiosa colaboração e o competente assessoramento prestado pelo Arquivo Nacional, através de V. Sa. e de seus assessores, ao desejado desempenho do referido Grupo de Trabalho”.

O relatório final foi produzido com a participação de órgãos representando o Governo do Distrito Federal, instituição arquivística federal e órgãos que representavam a

classe arquivística. A equipe que o produziu era composta por representantes da Secretaria de Educação e Cultura, na pessoas de Raul Molinas e Walter Mello; a SEA era representada por José George da Rocha e Eladir Faria; pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP havia Nelson Cândido da Silva e o assessoramento do Arquivo Nacional por Celina Franco, diretora do Arquivo, José Maria Jardim, Jorge Araújo e Célia Camargo de Simone; pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de Brasília, Nilza Teixeira e Maria Aparecida dos Santos; pela Coordenação do Sistema de Modernização Administrativa, Ruy Xavier de Almeida; Procuradoria Geral do Distrito Federal, Fauze Nacfur; o Projeto de Adaptação do prédio ficou a cargo de Augusto César Puccinelli.

O relatório apresentou os aspectos conceituais e legais em relação aos arquivos; uma análise da situação em que se encontravam os documentos e a proposta de criação do Arquivo Público do Distrito Federal e respectivo Sistema. Para produzir esse relatório o GT elaborou um diagnóstico sobre a situação da documentação arquivística no Distrito Federal e uma análise da legislação existente no Distrito Federal em relação aos arquivos que demonstrava qual a importância que o Estado dava às instituições arquivísticas no Distrito Federal naquele contexto.

Com base nessa análise, o GT apresentou algumas conclusões que destacamos abaixo:

- a) Além das normas sobre a guarda e eliminação serem destinadas apenas a administração direta, incluíam alguns atos típicos da administração indireta;
- b) Existe um conflito de competências entre a Secretaria de Educação e Cultura e a SEA pois enquanto a primeira deveria estabelecer normas de proteção ao patrimônio histórico, a segunda era responsável pelos documentos históricos que estão envolvidos dentro de uma visão de patrimônio;
- c) Apesar da organização e manutenção dos arquivos de documentos históricos (arquivo permanente) estar prevista na legislação como competência da SEA não foi implementada por ela.

Esses problemas na legislação geravam riscos para a gestão documental pois demonstravam ausência de critérios científicos de avaliação, seleção e descarte e de uma concepção de ciclo informacional - arquivos correntes, intermediários e permanentes. Como proposta para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal e respectivo sistema o GT defendia a idéia que o arquivo deveria ser um órgão relativamente autônomo e que a vinculação deveria ser decidida pela autoridade competente, porém apresentava três alternativas de vinculação. A primeira seria à SEA que contava com a vantagem de já possuir uma estrutura e funções que tratavam dos arquivos correntes e da microfilmagem, relacionados à administração direta, porém teria que haver uma adequação para receber os documentos da administração indireta e para gerenciar os arquivos intermediários e permanentes. A segunda seria à Secretaria de Educação e Cultura que teria como vantagem a possibilidade de contato entre o arquivo e o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, pois ambos apresentavam como finalidade a proteção do acervo histórico do Distrito Federal; deveria haver uma adequação da estrutura no sentido inverso da Secretaria de Administração, ou seja, para receber os arquivos intermediários e correntes. A terceira previa uma vinculação direta ao Governador do Distrito Federal que apresentava a vantagem de poder ser reunidas “as estrutura pré-existentes tanto da SEA quanto da Secretaria de Cultura”; e, além disso, a posição hierárquica do arquivo no complexo do Governo do Distrito Federal favoreceria o órgão, no sentido de que traria uma possível valorização e, também asseguraria a sua relativa autonomia garantindo uma ação ampla de decisões e normas a respeito do patrimônio documental.

Pelo exposto, pode-se perceber que havia uma predileção por parte do GT que o Arquivo fosse vinculado ao Governador do Distrito Federal.

Em 16 de agosto do mesmo ano, a Secretaria de Educação e Cultura, Eurides Brito da Silva, encaminha ao Governador do DF, José Ornellas, um ofício¹³ em que apresenta dois aspectos presentes no relatório do GT exposto anteriormente que seriam: a proposta do GT para que o Arquivo Público do Distrito Federal fosse um órgão relativamente autônomo, que, por ser “uma instituição dessa natureza, requer uma independência com

¹³ Ofício nº 02/83

relação à estrutura global do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal” e a outra seria em relação à vinculação ratificando que essa decisão deveria “ser definida por vossa excelência”, ou seja, que ficaria a cargo do Governador apontar a qual órgão o Arquivo Público do Distrito Federal ficaria subordinado. Para auxiliar o Governador em sua decisão, o documento apresenta as três alternativas de vinculação elaboradas pelo GT, acrescida de algumas observações sobre as vinculações dos Arquivos Públicos em outros Estados no Brasil, apontando os exemplos do Arquivo da Bahia, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura; o Arquivo do Rio de Janeiro e de São Paulo, vinculados às respectivas Secretarias de Cultura e o Arquivo do Rio Grande do Norte vinculado à SEA e em outros países como a França onde seu Arquivo Nacional estaria subordinado ao Ministério da Cultura e Comunicação; O Arquivo norte-americano vinculado diretamente à Presidência da República; o Arquivo Geral da Nação da Argentina, subordinado à Subsecretaria Geral do Ministério do Interior; o Arquivo do México, vinculado à Presidência da República e finalmente no Peru, onde o Arquivo Geral da Nação é vinculado ao Ministério da Justiça.

Um mês depois, em 5 de setembro, o Governador envia à Secretária Eurides Brito, uma resposta informal, porém urgente, onde aprova “a criação do Sistema de Arquivo Público do Distrito Federal como órgão relativamente autônomo e vinculado à Secretaria de Educação e Cultura” e ainda que o sistema teria um conselho composto por integrantes da Secretaria de Cultura, Secretaria de Administração, Gabinete Civil e Procuradoria Geral do Distrito Federal podendo ter também um membro externo do Arquivo Nacional.

Em 23 de setembro de 1983, a Diretora do Arquivo Nacional, Celina Franco envia à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, Eurides Brito, pareceres elaborados pelos técnicos do Arquivo Nacional, Célia Reis Camargo, Ingrid Beck, Jorge Araújo e José Maria Jardim sobre a implantação do Arquivo Público do Distrito Federal.

2 - O Decreto de Criação e o Regimento.

Dois anos depois, no momento de democratização da Capital Federal, é criado, em 14 de março de 1985, o Arquivo Público do Distrito Federal, órgão da Administração Direta, relativamente autônomo, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura. O Decreto nº 8.530, composto por 33 artigos, estabelece algumas providências que se fazem importante citar:

Art. 2 – O Arquivo Público do Distrito Federal tem por finalidade recolher, preservar e garantir proteção especial a documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pela Administração Direta, Indireta e Fundações do Distrito Federal.

É interessante notar que não foi apresentado como finalidade a questão do acesso aos documentos, sendo este ponto apresentado apenas no Art.10 – É assegurado o direito de livre acesso, para consulta ou pesquisa, aos documentos do Arquivo Público do Distrito Federal, ressalvados aqueles que, por sua natureza e condições, imponham restrições pertinentes.

O artigo 14, 27, 28, 29, 31 e 32 contém subsídios no sentido de relacionar tanto o momento político, na figura do Governo local, quanto às concepções dos agentes sociais com a vida do Arquivo Público do Distrito Federal na medida em que:

- Art.14 – O Arquivo Público do Distrito Federal será dirigido por um Superintendente designado pelo Governador do Distrito Federal, por indicação do Secretário de Educação e Cultura.
- Art.27 – O Arquivo Público do Distrito Federal, terá estrutura e competência definida em Regimento próprio, aprovado pelo Governador do Distrito Federal, após prévia audiência da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

- Art.28 – Para efeitos orçamentários, o Arquivo Público constitui uma unidade orçamentária na classificação institucional do Governo do Distrito Federal, tendo anexo próprio na Lei de Meios.
- Art.29 – O Secretário de Educação e Cultura baixará normas regulamentares necessários à execução do presente Decreto.
- Art.31 – O Superintendente do Arquivo Público fica responsável pelo cumprimento do que dispõe este Decreto, sem prejuízo das demais responsabilidades nele contidas.
- Art.32 – Fica o Secretário de Educação e Cultura responsável pelo controle e supervisão das disposições deste Decreto.

O Art 16. no inciso III, IV e VII, Art 25. também ratificam este pensamento ao possibilitar a ocupação de cargos de confiança e sem a necessidade de concurso:

- *contratar serviços de terceiros para o cumprimento de suas atividades fim, nos termos da legislação em vigor;*
 - *admitir, dispensar e demitir pessoal sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho;*
 - *elaborar e propor alterações no plano de lotação.*
- Art. 25 – Os serviços auxiliares, necessários ao funcionamento do órgão de que trata o presente Decreto, tais como entendidos os de vigilância e conservação, dentre outros serão de preferência executados por firmas especializadas, nos termos do que preceitua o parágrafo único, do artigo 3, da Lei n 5.920, de 19 de setembro de 1973.

Em relação ao Regimento faz-se necessário citar a finalidade deste, as competências básicas e a estrutura do ArPDF. É interessante perceber que ao contrário do Decreto 8.530,

no regimento do arquivo criado pelo Decreto 8.531, aparece no art. 1 a questão do acesso como uma das finalidades da instituição.

Art1. – Ao Arquivo Público do Distrito Federal, órgão relativamente autônomo, de direção superior da Administração Direta do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura tem por finalidade recolher, preservar e garantir acesso aos documentos arquivístico de valor permanente produzidos e acumulados pela Administração Direta, Indireta e Fundações do Distrito Federal, constituindo-se em instrumento de apoio ao planejamento, à administração, à cultura, à história e ao desenvolvimento científico e tecnológico de acordo com os interesses do Governo do Distrito Federal e da comunidade.

De acordo com o Regimento, competia ao arquivo:

- Executar a programação anual do arquivo;
- Assegurar a proteção especial, a preservação e a manutenção dos documentos arquivísticos de valor permanente de acordo com os interesses do Governo do Distrito Federal e da comunidade;
- Atender às consultas dos órgãos oficiais do Governo do Distrito Federal e ao usuário em geral, provendo o acervo de tratamento adequado;
- Colaborar com programas educacionais de divulgação do patrimônio documental sobre o Distrito Federal;
- Divulgar para a comunidade a história do Distrito Federal através de cursos, seminários, exposições, palestras e outros meios;
- Realizar e incentivar pesquisas sobre a história do Distrito Federal;
- Realizar estudos e pesquisas visando ampliar o conhecimento da problemática arquivística do Governo do Distrito Federal, ouvindo o Órgão Central do Sistema de Arquivo.

O ArPF seria estruturado da seguinte forma:

- Superintendência;
- Gerência de Arquivo Permanente,
Núcleo de Documentos Não convencionais,
Núcleo de Documentos Convencionais,
Núcleo de Restauração e Conservação;
- Gerência de Pesquisa,
Núcleo de Pesquisa Interna,
Núcleo de Pesquisa Externa,
- Gerência Cultural e Técnica,
Núcleo de Difusão Cultural,
Núcleo de Imagem e Som;
- Divisão de Apoio Administrativo
Seção de Documentação e Comunicação Administrativa,
Seção de Recursos Materiais e Manutenção,
Seção de Administração de Pessoal,
Seção de Orçamento e Finanças.

Pela análise e leitura das atribuições percebe-se que ao agente público é atribuído um papel importante no desempenho das competências das diferentes gerências, um indicativo do poder que o Estado confere ao agente público.

Logo após a criação do Arquivo Público do Distrito Federal foi elaborado um “Documento Sintético de Programação”. Esse documento apresentava um diagnóstico e as prioridades, designadas como “metas a curto prazo, de julho a dezembro de 1985”.

O diagnóstico relatava a situação do arquivo naquele momento que “operava precariamente, em área contígua ao DepHA”. Sendo assim, a primeira sede do Arquivo

Público do Distrito Federal funcionava junto à Fundação Cultural do Distrito Federal, localizada no Setor de Diversão Norte Via N-2, anexo ao Teatro Nacional. O diretor da divisão, Walter Mello, acumulava, interinamente, o cargo de Superintendente do Arquivo Público do Distrito Federal, sendo ele mesmo, em 1 de junho de 1985, designado como Diretor Administrativo, responsável pelo gerenciamento dos processos relacionados à fase de implantação do arquivo, que envolviam:

- a) Processos de Planejamento e Programação Administrativa.
- b) Processo de Planejamento e Programação Orçamentária (Especificação inicial feita pelo Equipe do DePHA).
- c) Processo de Reespecificação e Aquisição de material de Consumo.
- d) Processo de Reespecificação e Aquisição de material Permanente e Equipamentos.
- e) Processo de Aquisição de duas viaturas; e,
- f) Processo de Comunicação e Documentação Administrativa.

A prioridade naquele momento seria em relação a constituição do Grupo de Trabalho destinado a desenvolver estudos, com vistas a definição e estruturação do Sistema de Arquivo do Distrito Federal. Esse Grupo teria como objetivos:

- a) desenvolver estudos e apresentar ante-projeto de decreto de instituição do Sistema de Arquivo do Distrito Federal;
- b) definir âmbito do sistema, estrutura, mecanismos e níveis de integração;
- c) acompanhar sua organização e funcionamento até a implantação definitiva, de forma a garantir a proteção e preservação dos arquivos públicos, a racionalização e o controle da produção documental desde sua geração até a destinação final”.
- d) Na oportunidade de definição do Sistema, indica-se também, órgão Central Normativo, bem como Conselho Deliberativo/Consultivo, envolvendo para ambos, níveis de relacionamento e posicionamento, dentre outros componentes.

Outra providência paralela seria o envio do Ofício ao Secretário de Viação e Obras, para a escolha e deliberação no Plano Piloto para a sede definitiva do Arquivo Público do Distrito Federal, levando em conta os usuários.

Em agosto de 1985, o novo Secretário de Educação e Cultura, Roberto Pompeu de Sousa Brasil, envia ao Governador do DF, José Aparecido de Oliveira uma minuta contendo o ato de instituição do Grupo de Trabalho criado para apresentar um anteprojeto sobre o Sistema de Arquivos do Distrito Federal. Logo em seguida, em setembro, o Decreto n 8.920 constitui o Grupo de Trabalho incumbido de elaborar os atos administrativos necessários à implantação do Sistema de Arquivo do Distrito Federal considerando “a importância dos arquivos como elementos de prova e instrumentos de apoio ao planejamento, à administração, à cultura, à história e ao desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas aos interesses do Governo do Distrito Federal e da comunidade e a necessidade de se estabelecer a rede de informações oficiais e respectivos documentos, com respostas ao compromisso do Governo quanto às suas próprias informações”.

O grupo era composto por Walter Mello e Artur de Andrade Filho pelo Arquivo Público do Distrito Federal – SEA; Wanda de Mello Lobo Rocha da Secretaria de Administração; Rui Xavier de Almeida da Coordenação do Sistema de Modernização Administrativa, da Secretaria do Governo; Maria Cristina Clemencio Gonzaga Pacheco da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN; Fauzi Nacfur da Procuradoria-Geral do Distrito Federal; Orlando Junqueira da Assessoria Especial da Cultura do Gabinete do Governador; Célia Reis Camargo do Arquivo Nacional – Ministério da Justiça; Maria Aparecida Silveira dos Santos da Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de Brasília e Thelma Silveira dos Santos.

Em 31 de outubro do mesmo ano, sai uma Ordem de Serviço nº007/85 instituindo o Grupo de Trabalho com a incumbência de viabilizar medidas objetivando a implantação do Arquivo Público do Distrito Federal, bem como a elaboração de um Plano Básico de Ação devendo se articular com o Arquivo Nacional e com a Associação dos Arquivistas

Brasileiros – Núcleo Regional de Brasília. A primeira equipe do arquivo era composto por: Artur de Andrade Filho como Diretor da Divisão de Apoio Administrativo, Fábio Baptista Rezende como Assessor da Superintendência, Thelma Silveira dos Santos também como Assessora da Superintendência, Otávio de Brito Pereira como Chefe do Núcleo de Pesquisa Interna da Gerência de Pesquisa e Luciana Fernandes Mesquita como Chefe do Núcleo de Divisão Cultural da Gerência Cultural e Técnica.

Em 9 de junho de 1986, o Grupo de Trabalho encaminha ao Governador os anteprojetos do Sistema de Arquivos e do Conselho de Arquivos do Distrito Federal, apresentando três alternativas para a definição do órgão central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal uma vez que o Arquivo Público do Distrito Federal ao ser classificado como órgão relativamente autônomo, de natureza executiva, não poderia constituir-se em órgão central do Sistema, em razão da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. A importância da implantação deste sistema concomitantemente com a criação do ArPDF constituiria em uma articulação entre as três fases documentais (corrente, intermediária e permanente) estabelecendo na Capital uma gestão integrada dos documentos do governo.

3 - Com a palavra: os idealizadores da criação do ArPDF e suas concepções

3.1 Perfil Institucional dos Idealizadores

A partir das respostas aos questionários e entrevistas, este capítulo pretende mostrar as concepções dos agentes envolvidos com a criação do ArPDF e expor suas visões sobre a sua participação no processo, sobre o significado e importância de uma instituição arquivística, sobre a participação do Arquivo Nacional e do primeiro superintendente do ArDF, Walter Mello, e sobre os fatores que teriam motivado a criação desta instituição na Capital Federal. Ressalta-se que no Quadro 1 está presente todo o universo de pessoas que participou da criação do ArPDF, embora nem todos tenham respondido aos questionários e nem concedido entrevistas. Assim, nos itens 3.2 a 3.6 deste capítulo serão analisadas apenas as falas dos que se manifestaram, seja por meio das entrevistas ou dos questionários.

QUADRO 1: PERFIL INSTITUCIONAL DOS IDEALIZADORES DA CRIAÇÃO DO ARPFD

Nomes		Instituição
E1	José Ornelas	Governo do Distrito Federal
E2	Raul Molinas	Secretaria de Educação e Cultura do DF
E3	Walter Mello	
E4	Eurides Brito	
E5	José George da Rocha	Secretaria de Administração do DF
E6	Eladir Faria	
E7	Nelson Cândido da Silva	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP
E8	Ernesto Silva	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP
E9	Nilza Teixeira	Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de Brasília
E10	Maria Aparecida dos Santos	
E11	Ruy Xavier de Almeida	Coordenação do Sistema de Modernização Administrativa do DF
E12	Fauze Nacfür	Procuradoria Geral do Distrito Federal
E13	Celina Franco	Arquivo Nacional
E14	José Maria Jardim	
E15	Jorge Araújo	
E16	Célia Camargo de Simone	
E17	Wladimir Murtinho	Secretaria de Cultura do DF

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos documentos oficiais de criação do ArPDF

Observando-se o Quadro 1, constata-se que a maioria dos idealizadores pertencia a órgãos públicos. Inclusive as duas representantes da Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de Brasília eram funcionárias da Câmara dos Deputados, o que sugere

uma certa cumplicidade dos idealizadores com as concepções do Estado sobre um modelo de instituição arquivística.

3.2 O Papel dos idealizadores na criação do Arquivo Público do Distrito Federal

Este item irá abordar as concepções dos idealizadores sobre o seu envolvimento no processo de criação do ArPDF. Deve-se ter em mente que eles responderam à seguinte questão: Qual foi a sua participação na criação do ArPDF?

Minha participação restringiu-se à criação do Arquivo Público do DF, pois foi um dos meus últimos despachos com o Governador Ornelas, que consegui o Decreto de criação do Arquivo. E o Decreto obviamente foi vital para dar “vida”, dar “corpo” ao Arquivo. E4

Ao assumir a direção do Patrimônio Histórico e Artístico da então Secretaria de Educação e Cultura em 1978, constatei que Brasília, sendo a Capital do país não possuía uma instituição arquivística incumbida de preservar e divulgar o seu acervo documental, principalmente aquele produzido no período de construção. Em 1970, no Encontro de Governadores de Estado em Brasília, teve como uma das recomendações defesa do patrimônio arquivístico contra a destruição de documentos ou sua preservação inadequada. Em 1972, o I Congresso Brasileiro de Arquivologia reforçou a citada Recomendação. O Ministério da Justiça reiterada vezes, reforçou tal recomendação. Me interessei pela questão e dei prosseguimento a um estudo iniciado na Secretaria de Educação e Cultura na gestão do Embaixador Wladimir Murinho e sugeri a criação do Grupo de Trabalho para a criação do Arquivo Público. Meu primeiro contato com a área arquivística ocorreu por ocasião dos vários cursos que frequentei, realizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de Brasília, participação em seminários, congressos e contatos com o Arquivo Nacional, principalmente com a então Diretora, Celina Vargas. Embora não filiado a partido político, ao longo da minha vida sempre estive

comprometido com as causas sociais – principalmente com movimentos voltados para a democratização do país e para a consolidação da justiça social. E3

Em decorrência da divulgação de diversos trabalhos resultantes de estudos e ingentes esforços, aliados a uma situação persistente, no sentido de uma construção de uma Política Nacional de Arquivo com abrangência de metodologias e técnicas, bem como modelo de um sistema, passei a ser consultada por muitos estudiosos e solicitada a colaborar em diversos empreendimentos, inclusive no GDF. [...] Na oportunidade redigi minuta de instrumento de criação e estrutura do futuro órgão, trabalho realizado de maneira informal porquanto a colaboração se dava assim, de forma espontânea e sem nenhuma contrapartida, a não ser aquela satisfação de contribuir. [...] Em 1984, o Decreto n. 8.920, de 23/09/84 criava outro Grupo de Trabalho, destinado a elaborar atos administrativos para a implantação do Arquivo Público. Fui indicada neste ato, para integrar o Grupo. Muitas reuniões se realizaram, inclusive com a participação do Arquivo Nacional. Após instalação do Arquivo Público continuei comparecendo a reuniões sempre que necessário e quando convidada inclusive para proferir palestras. E10

Bom, nesse momento, eu estava no Arquivo Nacional. Eu estava coordenando que a época nós chamávamos de Coordenação do Sistema Nacional de Arquivos [...] portanto em 1985 eu estava exatamente começando este trabalho porque uma das exigências que o Arquivo Nacional tinha formais [...] era a implementação do Sistema Nacional de Arquivos. [...] nós começamos a ter demandas dos estados e era preciso começar a organizar isso, então houve essa convergência de uma demanda política por parte da configuração da qual resultou o projeto de modernização do Arquivo Nacional que tinha como um dos eixos na locação de recursos a implementação do Sistema Nacional de Arquivos de 78 e por outro lado a gente precisa organizar, já de forma mais racional, essa demanda que começou a surgir e eu nesse momento, começo a tentar através dessa coordenação a articular essa atividade e nesse momento [...] o arquivo do Distrito Federal surgiu e já colocando demandas muito explícitas ao Arquivo Nacional para que o arquivo do

Distrito Federal já nascesse sob um modelo diferenciado daquele modelo que o Arquivo Nacional criticava e ao qual, de alguma maneira, o Arquivo Nacional pertencia, o modelo do arquivo histórico do século 19. E14

3.3 A concepção dos idealizadores sobre o significado da instituição Arquivo Público

Os agentes públicos empenhados na criação da instituição ArPDF possuíam concepções lúcidas sobre o significado e valor desta instituição, explicando, de certa forma, o sucesso no processo de criação. Este item contempla as falas que se reportam as suas concepções sobre o significado da instituição arquivo público.

Memória da nossa comunidade local; Memória nacional e com penetração em atos internacionais que reflitam na nossa sociedade. Arquivo Público não pode ser confundido com “Almoxarifado”. Ao contrário, Arquivo Público é ‘guardião da história’. E4

A instituição Arquivo Público constitui índice de avaliação da consciência de um povo no que se refere à preservação de sua identidade e história com grande relevância para o testemunho e prova de atos e fatos gerados do exercício de funções públicas e mesmo privadas. Uma Nação sem arquivo é uma nação sem memória. E10

Eu acho que a gente trabalha com um parâmetro de arquivo público que é resultado da matriz histórica que produz esse tipo de instituição a partir da Revolução Francesa e que toma configurações diferenciadas ao longo do século 19, 20 que é um parâmetro que hoje eu me pergunto muito quando eu penso, do ponto de vista da função social dessas instituições em país como o Brasil. Eu acho que durante muito tempo a gente viveu uma situação e às vezes ainda vive uma situação um pouco esquizofrênica em relação aos impasses e perspectivas que a gente tenta delinear e ações que a gente busca operacionalizar nas condições que nos temos e no Estado que nos temos, e na relação do Estado e Sociedade que nós temos e esse modelo de

arquivo que de alguma forma nos idealizamos e que resulta de posições históricas, ainda hoje, muito diferenciadas, isso pra mim está muito nítido. Com isso, eu não quero dizer que países periféricos tem que reinventar o conceito de arquivo público, ou seja, de um equipamento social, científico, equipamento para a cidadania. Essa perspectiva do arquivo público é uma perspectiva consagrada na maioria dos países democráticos é um lugar de memória, é um lugar de informação, é um lugar de cidadania e em torno desses preceitos o quê que a gente vê? A gente vê diferentes modelos. Diferentes modelos. Tanto quanto, eu acho que às vezes a gente pode falar em Arquivologias, porque você tem uma espécie de uma geopolítica de um mundo arquivista onde a relação sempre de interesse reproduz basta você fazer uma análise eu acho que a gente tem diferentes concepções do que é um arquivista e eu acho que a gente tem diferentes formas de operacionalização desse preceitos que norteiam aqui em Bora Bora, em Java, em Washigton do que deve ser um arquivo público. Com isso, e isso para mim são, e isso resulta de numa série de configurações históricas específicas, o problema é que no país como o nosso, ao meu ver, a gente observa a distância que nos separa do modelo dos arquivos que nos consideramos bem sucedidos sem termos às vezes uma visão clara do modelo que seria interessante para a nossa realidade[...]¹¹

3.4 O papel do Arquivo Nacional na criação do Arquivo Público do Distrito Federal

Como visto no Capítulo I desta dissertação, o Arquivo Nacional, na década de 80, passou por grandes reformulações, implantando, na época, a idéia de um Sistema Nacional de Arquivos. Essa idéia impulsionou o arquivo a rever o seu papel e a sua condição como órgão central do Sistema; fez com a instituição incentivasse a criação e reestruturação de vários arquivos estaduais, e o ArPDF, naquele momento, se apresentava como um projeto inovador de instituição arquivística. Este item aborda as falas dos idealizadores sobre o papel do Arquivo Nacional no processo de criação do Arquivo Público do Distrito Federal.

A necessidade de se criar oficialmente o Arquivo Público foi defendida única e exclusivamente pela equipe do Departamento de Cultura, dirigido pelo Arquiteto

Molina, de grande sensibilidade cultural, sem qualquer interferência externa. Como Secretária dei a equipe meu integral apoio e condições para o desenvolvimento da tarefa. Para prestar assistência técnica ao grupo e por indicação de seus membros, convidamos a Dra. Celina Vargas do Amaral Peixoto, da Fundação Getúlio Vargas, renomada profissional no campo da Arquivologia. Ela deu boa contribuição técnica a equipe. E4

Eu acho que [...] Bom, era um lugar onde eu estava e dentro desse lugar eu acho que essa influência foi muito significativa possivelmente você vai identificar nesse processo outras influências mas eu acho que a maneira como também apoliticamente o Walter administrou o aval do Arquivo Nacional que naquela altura, e ainda hoje tem um peso, acho que me permite; me permite dizer que definitivamente teve influência significativa, não saberia mensurar isso em relação a outros fatores e nem atores mas sem dúvida. [...] Bom, primeiramente do ponto de vista dessa função que eu exercia, a demanda do Grupo de Trabalho, coordenado pelo Walter Mello, que era direcionado ao Arquivo Nacional, era direcionada pela direção do Arquivo Nacional, a essa coordenação ao qual eu estava a frente e essa participação foi crescendo na medida em que, foi ficando evidente uma convergência de interesses, do ponto de vista, da preocupação que nós tínhamos no Arquivo Nacional em apoiar projetos modernizantes das instituições e sobretudo, como falei no caso do Arquivo Público do Distrito Federal porque, esse caso evidente, que naquele momento isso o Walter Mello deixava muito claro a expectativa da criação de uma instituição em bases diferenciadas, então não que houvesse estratégias da nossa parte deliberada de fazer dessa futura instituição uma experiência piloto mas era naquela circunstância muito convidativo a gente trabalhar com essa parceria, considerando, inclusive outros elementos porque não só a proposta do arquivo era uma proposta muito clara no sentido da definição de um conceito de arquivo moderno para o Distrito Federal [...] E14

3.5 O papel de Walter Mello na criação do Arquivo Público do Distrito Federal

Ao comparar a criação e implantação do Arquivo Nacional, exposto no Capítulo I e a criação do ArPDF, percebe-se a importância da figura do Diretor neste processo, em que seu prestígio junto às autoridades e a sua articulação política terão ou não um grande peso no desenvolvimento da instituição. No caso do Arquivo Público, mesmo o diretor Walter Mello não sendo arquivista, percebe-se, pela sua trajetória profissional, seu envolvimento com instituições culturais.

Walter Mello trabalhou de 1962 a 1978 na Fundação Cultural e de 1978 até 1985, foi Diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mesmo não sendo um Arquivista, buscava compreender e levantar os aspectos relevantes aos arquivos e se cercar de pessoas sensíveis ao assunto ou de especialistas.

Foi bem antes de 1983 que teve início uma série de contatos solicitados pelo Sr. Walter Albuquerque Mello, então funcionário da Divisão do Patrimônio Histórico da secretaria de Educação e Cultura do GDF, que estava empenhado na criação do Arquivo Público do GDF[...]. Posteriormente o Sr. Walter, que se mantinha incansável em sua determinação, conseguiu que fosse levada a efeito a criação do Grupo de Trabalho, instituído pelo Decreto 7.493/83, do Governador do DF, com a finalidade de realizar estudos para a implantação do Arquivo Público do Distrito Federal, ao qual, por indicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, prestei orientação técnica [...] E10

É claro a liderança desse processo por parte do Walter muito competente no sentido de estabelecer essas interfaces com as circunstâncias histórica mais amplas, com as possibilidades emergentes e ao mesmo tempo com muita disponibilidade intelectual para ser um ator conosco naquele momento, nesse repensar criticamente um modelo de instituição arquivística e aí aos poucos, também o tempo foi mostrando no próprio projeto Distrito Federal, que além dessa perspectiva do arquivo, mas o objetivo muito mais sofisticado do arquivo como o equipamento cultural, foi se somando também a idéia do arquivo como equipamento de cidadania, de formação e acho que foi muito rico todo o processo por conta disso, ou seja, eu acho , eu

pessoalmente acho que aprendi muito nesse convívio com essa experiência no arquivo do Distrito Federal. E14

A época, a Secretaria de Educação e Cultura tinha duas fundações: a Educacional e a Cultural. A Cultural tratava dos eventos culturais da cidade. Mas, e o processo cultural, como era tratado? Ligado diretamente ao Gabinete da Secretaria, tínhamos um Departamento de Cultura, para cuidar do processo cultural da população candanga que se consolidava. Entre os projetos desenvolvidos, cuidou-se da implantação do Arquivo Público. Para que isso se realizasse, criamos um grupo de trabalho, coordenado pelo Professor Walter Albuquerque, que depois, foi por nós nomeado como primeiro Diretor do Arquivo. E4

3.6 Fatores que impulsionaram a criação do Arquivo Público do Distrito Federal

De acordo com Souza (1995, p.62), a mudança da Capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, acarretou a transferência “de quatro grandes bibliotecas, totalizando cerca de 300.000 (trezentos mil) títulos, acompanhadas de atividades e produtos inerentes aos serviços de documentação, arquivos e de editoração”. Sendo assim, o fato de Brasília ser a Capital Federal e, ainda, uma das únicas capitais sem arquivo contribuiu para pressionar a criação do arquivo público. Além disso, a mobilização pela criação do arquivo culminava com o auge do movimento pelas Diretas Já, momento em que o País, segundo Badanhhan (1995), passava por uma redemocratização e em que a Capital passava pela sua democratização. Isso favorecia a idéia de criação de uma instituição que, em princípio, possibilitaria o acesso às informações produzidos pelo Estado, bem como o resgate da memória significando o que representaria, de alguma forma, um exercício de cidadania. Neste item estarão presentes as falas em que os entrevistados identificaram os fatores que impulsionaram a criação do Arquivo Público do Distrito Federal.

A transferência da Capital Federal, com todas as providências que acarretou foi, no nosso entender, fator preponderante. Já com mais de duas décadas da fundação da Nova Capital, todo acervo documental produzido pela máquina documental crescia

disperso pelas diversas unidades, correndo o risco de extravios e danos. Reunir, organizar e proteger essa documentação fazia-se urgente, como forma de garantir a recuperação de informações por parte do GDF, desde historiadores, outros pesquisadores bem como a segurança dos documentos como fonte de prova no interesse de terceiros. E10

[...] o olhar sobre Brasília daquele momento, era um momento rico de democratização, era o momento em que Brasília começava a talvez a ser vista e a se ver com uma outra visibilidade diferente daquele esteriótipo da ilha da fantasia da ditadura militar. Então, eu penso que essa questão toda, esse conjunto de circunstâncias históricas favorecem muito ao mesmo tempo, no caso do Arquivo Público do Distrito Federal, essa iniciativa está associada também a um projeto cultural que se detém naquele momento, nem era a matriz que nós privilegiaríamos já naquele momento e uma das críticas já muito claras era a vinculação desses arquivos públicos à Secretaria de Cultura e a maneira pela qual essa vinculação implicava na reificação do modelo do século 19 de uma visualização do arquivo, na melhor das hipóteses, como um bem cultural, uma visão patrimonial mas ao mesmo tempo muito positivista enfim, mas ao mesmo tempo, isso tava vindo junto com as questões de Brasília, patrimônio da humanidade[...] E14

Da idéia embrionária até a criação do Arquivo Público do Distrito Federal foi percorrido um caminho de 15 anos. Na data de criação do ArPDF, o Distrito Federal, além de ter 25 anos e já possuir várias instituições culturais há muito transferidas do Rio, era, à época, a última unidade da Federação a criar um arquivo público. Observando-se o processo da criação do arquivo – envolvendo longas tramitações- foi moroso. Isso pode ser explicado, em parte pela falta de visualização e importância que os arquivos públicos possuem no país. Por outro lado, vê-se também que a criação do Arquivo Público do Distrito Federal foi impulsionada devido ao fato do país estar vivendo uma redemocratização – Movimento “Diretas-Já” - e Brasília sofrer os efeitos dessa democratização; O modelo de modernização que o Arquivo Nacional - como órgão central-

estava implantando e propagando em outros arquivos e agentes envolvidos no processo, todos oriundos da máquina do Estado, também tiveram um papel decisivo.

Capítulo III. O Arquivo como Agência do Poder Simbólico e suas Práticas Informacionais

1. O Poder dos Agentes Públicos nos Aparatos do Estado

No capítulo anterior, apresentou - se todo o processo de criação do Arquivo Público do Distrito Federal. Nesse processo ficou claro o papel determinante do Estado na perspectiva apontada por Giddens (2001, p.42), segundo a qual o Estado significa “um aparato de governo ou poder – órgãos administrativos do governo - e o sistema social - sociedade e cultura – como um todo subordinado a esse governo e poder” . Nesse sentido, pode-se concluir que os arquivos públicos são aparatos legais do sistema social do Estado para custodiar as informações produzidas por este ou para este, ficando então responsável pela gestão das práticas informacionais – no caso dos arquivos as funções de recolhimento, classificação, descrição, avaliação e difusão - das memórias documentárias do Estado.

Sobre o poder nos aparatos do Estado, Giddens (2001, p.35) afirma que:

Os sistemas sociais que possuem alguma existência regularizada em termos de tempo e espaço são sempre ‘sistemas de poder’, ou exibem formas de dominação, no sentido de que estão imbuídas de relações de autonomia e dependência entre atores ou grupo de atores [...] Todos os sistemas sociais de qualquer duração envolvem uma ‘mediação institucional de poder’. Isso quer dizer que a dominação é expressa nas e pelas instituições que representam as continuidades mais arraigadas de vida social. Mas no contexto de qualquer coletividade, associação ou organização, a dominação é expressa como modo de controle, por onde alguns agentes [...] As formas de domínio são (mais ou menos) relações estáveis de autonomia e dependência em sistemas sociais e são sustentadas por práticas

cotidianas daqueles agentes que, em posições superiores, procuram influenciar as atividades de outros agentes (GIDDENS, 2001, p.34, 35).

Nessa mesma direção, quando Marteleto (2002, p.103) se refere aos aparatos de cultura do Estado, poderíamos classificar os arquivos como parte do grupo de construções sistêmicas e institucionais. Nas palavras da autora: “instrumentos em ação para impor uma ordem, uma disciplina ou uma representação do poder, do outro ou de si próprio, por meio de mensagens, imagens, dados, informações que circulam no mercado de bens simbólicos ou culturais”.

Na mesma linha, Krauz (apud Crozier and Friedberg, 1991, p.32) ao descrever o poder nas organizações afirma que “poder e organização estão indissolavelmente ligados entre si. Os atores sociais não podem atingir seus próprios objetivos, a não ser através do exercício de relações de poder [...]”

Muitas vezes, não é considerado o fato de que este aparato, tanto em sua criação quanto em sua trajetória, é conduzido por agentes e que “para cobrir a problemática social da memória [história] é necessário considerar não somente o sistema (os mecanismos, suportes/vetores/referenciais), os conteúdos (as representações), mas também incluir os agentes e suas práticas” (MENESES, 1992, p.19). Portanto, deve-se considerar que as práticas informacionais produzidas pelo “aparato” ou “sistema” ocorrem em “diferentes ‘contextos’ da experiência e da ação, *a partir do contexto físico e biológico, dos contextos do trabalho, sociais, políticos etc*”, ou seja, “a prática ou ação de informação implica em ‘competências linguísticas’, e em ‘competências’, sempre particularizadas no exercício de atores que as praticam sob as regras lógicas sociais de solidariedade ou conflito”. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1990, p. 121)

A mesma autora também acrescenta que este agente:

[...] conhece e intervém em suas próprias produções de conhecimento e interações discursivas, de modo que toda informação se constitui no campo de uma meta-

informação, onde se encontram as “chuvas” de sua geração, seu acesso, sua decodificação (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1990, p. 121).

Também, segundo Bourdieu:

Os agentes sociais constroem o mundo social através de estruturas cognitivas ('formas simbólicas', como diz Cassirer, formas de classificação, como diz Durkheim; princípios de visão e de divisão; várias maneiras de dizer a mesma coisa em tradições teóricas mais ou menos distanciadas), suscetíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo e, em particular, às estruturas sociais [...] *é o que está autorizado a ser, o que tem direito a ser, o ser social que ele tem o direito de reivindicar, de professar, de exercer (por oposição ao exercício ilegal)*[...] (BOURDIEU, 1996, p.114).

No caso do arquivo público, além de nomeados de acordo com os interesses do Estado, portanto sujeito às mudanças no governo, os agentes públicos são institucionalmente investidos para exercer um poder – *controle do conhecimento e informação* - que seria a sua interferência na reconstrução e divulgação da história e da memória uma vez que, ao realizar seu trabalho, contextualizado em suas concepções e amparados em suas opções, criará possibilidades ou não de acesso (físico, legal e intelectual) para os usuários.

2. Com a palavra, os agentes públicos (1987-1998)

O poder dos agentes públicos, e sua fragilidade também, pode ser evidenciada nas falas de ex-funcionários do Arquivo Público do Distrito Federal, pois, ao mesmo tempo em que são investidos de determinados papéis, os funcionários – sobretudo os não concursados - estão sujeitos às mudanças que ocorrem a cada eleição. Assim, neste item buscamos ouvir esses ex-funcionários, suas motivações, suas concepções sobre o significado da instituição “Arquivo Público”; seu papel no cumprimento das funções (recolhimento, classificação,

descrição, avaliação e difusão) inerentes à uma instituição arquivística; suas concepções em relação aos usuários; suas impressões em ter trabalhado no ArPDF e as práticas informacionais como resultado deste período.

2.1 Motivação do agente em trabalhar em instituição arquivística

Pode-se perceber pela fala dos agentes públicos do período (1987-1998) que o motivo de sua entrada na instituição devia-se ao fato de terem alguma afinidade ou experiência na área.

Entre abril e novembro de 1989, fui estagiária no ArPDF sob os auspícios do CNPq (bolsa de iniciação científica). Em novembro de 1989 assumi o cargo de professora na extinta FEDF, hoje Secretaria do Estado de Educação. No final do ano de 1993, fui sondada pela também ex-funcionária [...] do ArPDF sobre meu interesse em ser requisitada para exercer cargo comissionado na instituição. Confirmei o interesse e em março de 1994 assumi o cargo. Portanto, fui convidada em virtude de minha experiência anterior na área. Cabe ressaltar que durante o curso de Graduação em História, trabalhei para o Projeto de Memória do Movimento Estudantil organizando o arquivo do Centro Acadêmico de Arquitetura. 14

O trabalho desenvolvido na época, ou seja, organização de documentos históricos, fotografias, a equipe era quase toda com pouca experiência e jovem, mas com muita vontade de desenvolver um bom trabalho. 12

Diversos fatores contribuíram: trabalhei por sete meses como bolsista do CNPq na instituição; estava cursando Arquivologia; fui aprovada em concurso para o GDF; e mantinha contatos com pessoas que trabalhavam no ArPDF. 16

Sempre me interessei pela área. Quando soube da criação do ArPDF na época estava fazendo meu curso de pós-graduação em História no CEUB, procurei o responsável pelo órgão que me requisitou, pois era professora da FEDF. 9

Capacitação profissional. 13

A oportunidade de trabalhar numa área à de minha formação: História trabalhava como “free-lancer”, traduzindo entrevistas, digo, transcrevendo entrevistas realizadas pelo ArPDF quando recebi o convite para trabalhar num cargo comissionado.11

Eu havia terminado o curso de História e por intermédio do meu professor [...], então, gerente de pesquisa, comecei a participar de projetos. Essas experiências deram-me novas perspectivas de trabalho.18

Possibilidade de exercer a prática dos conhecimentos adquiridos no curso de graduação no qual eu havia sido recentemente aprovado – ingresse no Curso de Arquivologia em novembro de 2001. O período de greves da UnB justifica essa data de entrada. Outro incentivo preponderante foi dado pelo professor [...], à época Gerente de Pesquisa do ArPDF. Ele selecionou (em torno de 10) e ofereceu a possibilidade de trabalhar no Arquivo Público, se aprovados em alguns testes que seriam aplicados na própria instituição.15

A implantação de um órgão recém - criado. Desconhecia as atividades desenvolvidas por um Arquivo Público. A minha função era administrativa.17

Depois de um estágio no Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico recebi um convite para participar de um processo seletivo para a gerência cultural, para ser redator do programa “Memória no Ar”. Fui selecionado e além do programa também participei da elaboração das oficinas do projeto “O Arquivo vai a Escola”.7

Fui convidada pelo diretor Walter Mello, que me conheceu na Associação dos Arquivistas Brasileiros pois ele era vice presidente e eu, Secretária Geral da Diretoria. 4

2.2 Significado da Instituição para o Agente

Em suas falas sobre o significado da instituição, os agentes públicos apresentaram clareza e conhecimento em suas definições. Citaram aspectos pertencentes às funções do arquivo e conceitos da teoria arquivística, o que comprova, mais uma vez, sua experiência ou afinidade com a área.

Acredito que esta instituição representa a preservação da História do DF e que dar acesso aos documentos sob sua guarda é sua principal missão. 14

O Arquivo Público deve ser um local de excelência. Um local onde se alia a teoria arquivística à prática e um local onde se cumpre a função social do arquivo, que é dispor a informação a serviço do cidadão.12

É uma instituição voltada para a preservação da memória de pessoas e instituições de interesse para a história da comunidade onde o arquivo está inserido. Deve estabelecer formas de divulgar e permitir o acesso a seu acervo.16

Instituição pública que tem por objetivo o recolhimento, a guarda e o tratamento dos documentos de “caráter público”, usando possibilitar o seu acesso pelos diversos tipos de usuários.9

Uma instituição importante no desenvolvimento do conceito de cidadania e preservação da memória de uma coletividade.13

Preservação e disseminação da informação. Promotor da informação, complementar ao ensino, do cidadão. Retroalimentador da administração pública conferida pela preservação de acervos e atendimento à demanda de informação pública. Patrimônio público. Vitrine da forma de estruturação, das possibilidades de acesso e de como o poder público interage com a sociedade.11

Instituição governamental “preocupada” com a guarda da documentação oficial. A partir dessa guarda e organização a instituição permite o acesso e a divulgação dos documentos.¹⁸

Um local em que as pessoas têm como referência da história local, se arquivo municipal, ou brasileira, se arquivo nacional. Uma instituição que, por ser usuária e respeitadora da legislação brasileira e da moderna técnica e apoio a atividades acadêmicas dos cursos de História, Geografia e outros tantos usos que as mentes criativas dos professores possam conceber.¹⁵

Fonte inesgotável de pesquisa sobre o cidadão e sua relação com a comunidade em que vive.¹⁷

Pra mim os Arquivos Públicos, são espaços da memória coletiva. Para tanto é preciso que eles exerçam com muita responsabilidade o dever de preservar e ao mesmo tempo criar estratégias que possibilitem o acesso aos documentos.⁷

Deveria ser uma instituição pró-ativa, dinâmica, que auxiliasse o GDF a produzir/gerar documentos organizadamente; orientasse a avaliação destes documentos e recolhesse os acervos históricos. O ArPDF teve na prática teve uma experiência passiva, evitando os recolhimentos e assistindo à destruição de documentos pelo tempo e pelas diversas gestões dos órgãos do GDF sem nenhum critério de avaliação.⁴

2.3 Papel dos agentes públicos no cumprimento das funções (recolhimento, classificação, descrição, avaliação e difusão) inerentes à uma instituição arquivística

As práticas informacionais de um arquivo público se traduzem na execução das funções arquivísticas. Este item mostra como eram realizadas essas funções pelos agentes públicos no período de 1987-1998.

Como trabalhei na área de pesquisa, pouco me envolvia nestes assuntos. Mas posso dizer que todos os documentos por mim produzidos eram, por orientação dos responsáveis pela Gestão de Documentos, classificados por assunto. E esta classificação constava no rodapé do documento.¹⁴

Havia a partir de 1989 um plano de classificação e tabela de temporalidade que eram revistas anualmente. O protocolo funcionava a contento e regularmente era transferida para o arquivo permanente a documentação pertencente ao Fundo ArPDF.¹²

Havia uma grande preocupação com o que pregava a teoria. Esta era discutida intensamente e empregada.¹⁶

Basicamente todas as funções arquivísticas eram observadas, visto que existia a gestão documental, que era coordenada por uma profissional formada na área de arquivo e com curso de especialização.⁹

Houve sempre um esforço na implementação da Gestão de Documentos e dos instrumentos arquivísticos relacionados a essas funções.¹³

Aberta a propostas e divulgação das suas atividades. A direção do ArPDF sempre promoveu a interação com “autoridades” arquivísticas brasileiras buscando aperfeiçoar seu papel.¹¹

À medida que o gerente Luis Carlos Lopes, responsável pela implantação dessas funções, teve aval para fazê-la, a política foi sempre da manutenção e obviamente disseminação das informações para outros órgãos. O sistema de arquivos porém nunca foi implantado.¹⁸

A administração do ArPDF sempre procurou manter seus técnicos atualizados em sintonia com as mais modernas técnicas arquivísticas, incentivando a elaboração e

desenvolvimento de projetos e apoiando a participação em eventos em que esses trabalhos pudessem ser apresentados. Desta forma, atingiu-se a respeitabilidade ser chamada de instituição arquivística modelo do Brasil. Para, manter essa “fama” tinha-se que continuar cumprindo de forma plena a principal atribuição de qualquer instituição pública de arquivo: prover seu usuário de informações. A elaboração e a atualização de códigos de classificação e quadros de arranjo, publicação de guias, realização de exposições e elaboração de projetos (como o de história oral, de história das cidades-satélites, chá da memória e arquivo vai à escola) são exemplos de iniciativas que auxiliaram o ArPDF a cumprir seus objetivos.15

Tratamento arquivístico: AN, CIA. E normas ISAD. Difusão: exposições, publicações e projetos voltados para a comunidade em geral, escolas (alunos e professores), programa na rádio cultura, e tv nacional (vinhetas) “A Memória no Ar”.17

Posso falar sobre a difusão. A Gerência Cultural tinha suas funções quase totalmente voltadas para o acesso. Programas de rádio, informativos internos e externos, montagem de exposições e um sem número de textos e artigos produzidos para periódicos. A existência da gerência cultural na estrutura organizacional do ArPDF, demonstra como esta própria estrutura, usava com clareza as inúmeras possibilidades que um arquivo pode ter.7

No período em que fui gerente do Arquivo Permanente, eu e minha equipe fizemos o arranjo e a descrição dos únicos acervos existentes – o Fundo Novacap e o Fundo Ivone Jean (arquivo privado). Este trabalho foi refeito após minha saída, tendo sido eliminado 50% do acervo (cerca de 100m dos 200 m do Fundo NOVACAP), fundo este que já era considerado permanente por decreto do governador José Aparecido . Ao questionar a direção do arquivo o motivo deste ato bárbaro, durante um Congresso não foi dada nenhuma explicação ou justificativa técnica.4

2.4 Concepções dos agentes públicos sobre os usuários

No período em exame (1987-1998) havia uma grande preocupação em atender bem os usuários. Em 1991, foram expedidas duas Ordens de Serviço Interno (OS 001/91 e OS 002/91) tratando respectivamente da conceituação dos tipos de consultas aos fundos realizadas pelos usuários externos e das normas de acesso. Foram criadas duas bases de dados, uma para consultas realizadas por usuários externos (Consex) e outra para as consultas realizadas por usuários internos (Consin). No I Seminário Interno de Avaliação realizado em função da comemoração dos 10 anos de atividades do ArPDF, abriu-se uma discussão, instigada pelo professor da Universidade Federal Fluminense José Maria Jardim, sobre os usuários. Na época, havia uma diversidade de formulários para o registro de consulta e como fruto do debate os formulários foram transformados em um único formulário facilitando o registro das consultas. Além disso, foi produzido um “ ”, contendo instruções para o preenchimento do novo formulário e um Caderno de Pesquisa, o nº 5, intitulado “Atendimento a Usuários de Arquivos Públicos: algumas reflexões e a experiência do ArPDF” com o objetivo de “evidenciar a imprescibilidade dos arquivistas adotarem uma postura ativa em relação às necessidades de sua clientela, empenhando-se em criar soluções para as demandas informacionais de nosso tempo”. (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1996, nº 5, p. 5)

Novamente, os ex-funcionários relatam suas experiências:

Durante o período que trabalhei no Arquivo, participei das reuniões e discussões sobre o atendimento do usuário, a elaboração do formulário e perfil do mesmo. 14

A partir de 1993/1994 e mais efetivamente 1995, foram estabelecidas normas de consulta aos acervos, foram criadas, umas salas efetivas para a consulta e definidas os técnicos capacitados a atender as consultas, sendo elaborado um manual de atendimento ao usuário.12

Havia imensa preocupação com a qualidade do atendimento. Diversas práticas foram aprimoradas para que o atendimento ao usuário fosse o mais correto possível, em todos os setores da instituição.¹⁶

A equipe do ArPDF via no usuário a finalidade maior do seu trabalho, ou seja, o que dava sentido a existência do arquivo. Por isso, sempre houve uma preocupação com sua qualidade do atendimento a sua clientela.⁹

A questão “usuários” não fazia, infelizmente, parte das discussões ocorridas no período que eu trabalhei.¹³

Houve dois momentos, que presenciei: no princípio, havia um julgamento de que o usuário de arquivo limitava-se ao estudante universitário ou de nível superior completo em busca de instrumentos para elaboração de teses e um outro grupo era formado por trabalhadores em busca de comprovação de tempo de serviço. O segundo momento começou a ser delineado com a aceitação de qualquer cidadão passando a ser mais incisivo com a política de inserção na sociedade (uso da mídia) e implementação de projetos como “O Arquivo vai à Escola”, “definição do perfil do usuário do ArPDF”.¹¹

O usuário era todo pesquisador que necessitasse de alguma informação ali guardada. Tínhamos clareza da importância de atender bem, digo, satisfatoriamente, tanto aquele que buscava sua aposentadoria (folhas de pagamento) como aos que queriam pesquisas acadêmicas, jornalísticas e/ou curiosidades.¹⁸

O ArPDF sempre considerou seus usuários como uma das razões de sua existência, duas outras seriam a preservação da memória documental do Distrito Federal e o provimento às instituições públicas do DF de um repertório dos documentos considerados de valor permanente. Os técnicos do ArPDF, no ano de 1994, gastaram em torno de seis meses para elaborar e testar um formulário único de pesquisa que possibilitasse a realização posterior de um estudo de usuários e

permitisse centrar esforços na carência da instituição. A publicação quase anual de seus Guias dos Acervos e do Plano de Ação, permitia aos interessados conhecer as possibilidades do ArPDF. Também os programas de divulgação do acervo por meio de exposições e de projetos especiais – como aquele feito aos professores de história, em 1995, para apresentar o Catálogo de Depoimentos Orais, ou o Chá da Memória, que apresentava fotografias não identificadas a pioneiros da capital para que tentassem identificar as pessoas retratadas, enquanto degustavam de um chá – são exemplos de iniciativas que tinham como mola mestra melhor à relação da instituição com seu usuário comum e aquele em potencial.¹⁵

O papel social e cultural do ArPDF junto aos usuários era internalizado no seu corpo de funcionários como função vital para a existência da instituição. O arquivo estava totalmente voltado para o seu público, quer por meio de um acervo organizado e acessível pelos instrumentos de pesquisa quer pela divulgação de acervo e quer pela formação e visão dado aos funcionários.¹⁷

Durante o período em que estive no ArPDF, ficou sempre claro para mim que a existência de um arquivo depende da relação que ele tem com a sociedade. Sempre, enquanto estive lá, preocupamo-nos em criar condições para que pudéssemos ampliar o número de usuários. Exposições, oficinas e cursos sempre estiveram como prioridade.⁷

Era uma concepção passiva; as pessoas ouviam falar do arquivo e nos procuravam. Sempre houve um número relativamente pequeno de consulta. Apesar de crescente, não era significativo. A maior parte da consulta era de ex-servidores da NOVACAP e de empresas de construção em busca de averbação de tempo de serviço. Não havia intercâmbio com os cursos de Histórias das Universidades para aumentar o número de pesquisadores.⁴

2.5 Impressões dos agentes sobre o período em que trabalharam no ArPDF

Pelas falas dos agentes públicos pode-se perceber que o clima no ArPDF neste período (1987-1998) era de muito companheirismo, dedicação e cumplicidade com a missão institucional:

O trabalho em equipe era muito discutido internamente, faziam do ambiente de trabalho muito criativo e descontraído. 14

Um privilégio ter participado de uma equipe formada ao longo de 10 anos, onde havia discussão científica, experiência, a confirmação de que se realizava um bom trabalho, e companheirismo.12

Foi uma experiência riquíssima. O que aprendi na teoria, pude ver na prática, naquela instituição. Foi fundamental para minha formação profissional.16

Acredito que o ArPDF atingia seus objetivos, sendo respeitado pelas outras instituições e profissionais gabaritados, além de servir de modelo. Contudo isto se devia ao empenho e capacidade de sua equipe técnica e principalmente a atuação do seu chefe maior, Walter Mello.9

O ArPDF foi a minha grande escola profissional. Infelizmente ele nunca conseguiu mostrar a sociedade brasileira o capital informacional que possui e a sua importância.13

Foi o meu curso de formação profissional. Todos os outros acadêmicos foram complementares, pois, no ArPDF entrei com conhecimento da área de história e de lá saí me considerando arquivista.11

A maior contribuição pessoal sem dúvida foi o crescimento profissional e alcance de nova área do conhecimento.18

Foi um período de crescimento pessoal e profissional. Uma fase em que todos os funcionários tinham orgulho de dizer que trabalhavam lá e que, apesar do salário não ser dos melhores, se sentiam incentivados a produzir textos e trabalhos técnicos com uma frequência fora do comum. A instituição era reconhecida nacionalmente como resultado de seu interesse em desenvolver sua técnica por meio do aprimoramento de seus técnicos.¹⁵

Período de inestimável crescimento pessoal e profissional. Conhecer o valor do resgate e da preservação e da divulgação da história por meio dos documentos.¹⁷

O trabalho sempre procurou ser sério e elaborado de maneira conjunta. Procuramos como equipe criar estratégias sempre contínuas e que pudessem de maneira plural buscar um contato com a sociedade.⁷

Foi um belo projeto interrompido, abortado pelas mudanças implementadas pelas administrações do governo Roriz, 1988 em diante. A acomodação política nos cargos levou a uma inércia que afundou a instituição no marasmo. ⁴

3. As práticas informacionais do ArPDF no período de 1987 – 1998

Os arquivos possuem três funções primordiais que segundo Heredia Herrera (1991, p.95) seriam “recolher, conservar e proporcionar o acesso”. Sobre as funções, Marinho Júnior e Silva (1998, p.23) acreditam que elas devem ser cumpridas em três direções:

- a) garantir o pleno acesso aos documentos e, por extensão, às informações neles contidas, seja para fins de pesquisa acadêmica, seja para fins de comprovação de direitos;
- b) exercer, em nome da comunidade e da administração, a guarda e respectiva proteção da memória coletiva daquela população; e
- c) elaborar tantos instrumentos de pesquisa quantos forem necessários para, por um lado, garantir uma maior vida útil aos documentos (através da redução do contato

com os mesmo) e, por outro, facilitar a pesquisa por parte dos usuários-criando, sempre que possível, um vocabulário que atenda às especificidades destes clientes.

Sendo assim, pode-se concluir que os arquivos apenas cumprirão essas funções a medida que proporcionarem aos cidadãos o acesso aos documentos produzidos pelo Estado em suas mais variadas esferas.

Pela análise das práticas informacionais do período - relatórios institucionais, publicações, instrumentos de pesquisa, depoimentos de ex-funcionários - do ArPDF, percebe-se a preocupação da instituição em levar o Arquivo “extra-muros”, até mesmo no sentido de fazer com que a comunidade entendesse e percebesse a importância de uma instituição arquivística. Também pela análise destas práticas pode-se ver a importância que o agente público possui na transformação e transferência da informação pois ele será o elo de ligação entre a comunidade e os fragmentos da história depositados nos arquivos.

3.1 Exposições

As exposições eram produzidas com a finalidade de divulgar a história da construção de Brasília, fazer ao cidadão um convite à reflexão e crítica de sua realidade e, além disso, expor o trabalho do Arquivo Público do Distrito Federal à comunidade.

A primeira exposição produzida pelo ArPDF foi realizada em 1988, nas comemorações do 28º aniversário de Brasília no Museu Postal Telegráfico da ECT, com os trabalhos “Postais Contam a História de Brasília - série Construção” tendo como objetivo mostrar a história da Capital Federal.

A exposição “Memória do Futuro - Sua História Nossa História” foi realizada para os alunos de Primeiro Grau da escola pública a fim de formar atitudes de preservação da memória por meio da difusão da história de Brasília e do resgate da história individual dos alunos e da escola.

Participando da comemoração do 90º nascimento de Bernardo Sayão, o ArPDF realizou uma exposição sobre sua vida e obra fim de resgatar para a geração da época a história do pioneiro que teve um papel fundamental na construção de Brasília.

Ao participar do I Encontro de Historiadores do Planalto realizado pela Academia de Letras e Artes do Planalto na cidade de Luziânia, o ArPDF expôs o trabalho da “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: Missão Cruls”, missão criada com a incumbência de delimitar o local onde seria a sede da Nova Capital Federal. O arquivo tinha o objetivo de contribuir para o intercâmbio histórico-cultural de Brasília com seu entorno.

Também com o intuito de estabelecer um diálogo com a comunidade fazendo com que esta tivesse contato com a sua história, em 1992 o ArPDF criou as exposições “Memória Satélite” nas cidades satélites do Gama, Planaltina e Taguatinga com conteúdos de suas comunidades.

Em 1992, o ArPDF montou no hall do Palácio do Buriti e no Instituto Histórico Geográfico do DF a exposição “Primeira Missa - 35 anos de fé no Planalto Central” DF, com o objetivo de resgatar a memória da primeira grande solenidade ocorrida na Nova Capital.

A exposição “3 Momentos da História de Brasília” montada na inauguração da Biblioteca Central da Universidade Católica de Taguatinga e na sede da NOVACAP em comemoração do seu 37 aniversário era composta por fotos e textos mostrando as três fases da Capital: antecedentes, construção e inauguração.

Para comemorar o 34º aniversário de Brasília, foi montado no Espaço Cultural 508 sul a exposição “Gente que Ama Brasília” composta de fotos e trechos de depoimentos de pioneiros e personagens da cidade sobre fatos da construção e significados da Capital.

O ArPDF montou, em 1994, uma exposição intitulada “Arquivo Público - um novo tempo para nossa história” para divulgar sua imagem institucional e também aspectos da memória de Brasília.

A exposição “Gente que ama Brasília” foi uma ampliação de sua primeira versão trazendo aspectos mais abrangentes da construção de Brasília e foi montada na Torre dos Navegantes, em Lisboa, apresentada pelo Professor Paulo Bertran durante o Encontro de Países de Língua Portuguesa.

Com o intuito de mostrar um pouco sobre a vida dos operários (chegada dos candangos, o cinema, as habitações e o movimento político e sindical) e “colocar em cena os movimentos sociais e populares da história de Brasília”, o ArPDF montou a exposição “Trabalhador, Resgate sua Memória” contando com apoio de entidades sindicais. O local escolhido para a exposição não poderia ser mais significativo: a rodoviária do Plano Piloto, onde circulam milhares de trabalhadores.

Fruto de um trabalho em parceria com a Secretaria de Cultura e Esportes, o ArPDF a exposição “Um Passeio pela Memória” que, na verdade, englobavam três exposições “Brasília em 3 Tempos”, “Missão Cruls”, “Brasília anos 50”.

A exposição “Brasília Anos 50”, também realizada em 1997, era composta por fotogramas de filmes produzidos por Sálvio Silva e José Silva dois irmãos cinegrafistas que documentaram aspectos da construção da Nova Capital.

Com o objetivo de mostrar o trabalho do primeiro presidente da NOVACAP, Israel Pinheiro, o ArPDF montou em 1998 a exposição “Israel Pinheiro, Vida e Obra”.

No Quadro 2 fez-se uma síntese dessas exposições para permitir uma melhor visualização.

QUADRO 2: EXPOSIÇÕES REALIZADAS PELO ArPDF (1988-1998)

Título	Ano
Postais Contam a História de Brasília – série Construção	1988
A Cidade Se Vê - Memória da Construção de Brasília	1988
Memória do Futuro - Sua História Nossa História	1988
Postais Contam a História de Brasília II	1990
Recuperação Histórica: memória da educação no DF	1990
Bernardo Sayão: o bandeirante moderno.	1991
Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: Missão Cruls	1991
Memória Satélite	1992
Primeira Missa - 35 anos de fé no Planalto Central	1992
Bernardo Sayão - O Bandeirante Moderno	1992
Missão Cruls	1992
Centenário da Missão Cruls	1993
" Brasília em 3 Tempos"	1993
Gente que Ama Brasília	1994
Bernardo Sayão - um bandeirante moderno	1994
Arquivo Público - um novo tempo para nossa história	1994
Brasília em 3 Tempos	1995/96
Gente que ama Brasília	1995/96
A Cidade e o Cidadão	1995/96
Bernardo Sayão - O Bandeirante Moderno	1995/96
Trabalhador, Resgate sua Memória	1995/96
Brasília em 4 Tempos - Cooperação com	1995/96

embaixada da China	
Um Passeio pela Memória	1995/1996
Trabalhador, resgate a sua memória	1997
Missão Cruls	1997
Brasília Anos 50	1997
Israel Pinheiro, Vida e Obra	1997
A Construção de Brasília segundo os Humoristas e Joaquim Firmino	1998
Missão Cruls	1998
Por Dentro do Arquivo Público	1998
Brasília em 3 Tempos	1998
Israel Pinheiro, Vida e Obra	1998
Trabalhador, Resgate sua Memória	1998

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

3.2 Fundos

Os fundos que constituem o acervo do Arquivo Público do Distrito Federal foram recolhidos entre 1986 e 1998.

QUADRO 3: FUNDOS RECOLHIDOS PELO ARPFD (1987-1998)

Fundos Públicos	Ano de Recolhimento
Companhia Urbanizadora de Brasília	1987
Secretaria de Comunicação Social	1993
Secretaria de Segurança Pública	1995
Administração Regional de Taguatinga	1995
Fundação Cultural do Distrito Federal	1997
Gabinete do Governador	1998

Fundos Privados	Ano de Recolhimento
Yvonne Jean	1989
Brasília Palace Hotel	1991
Juca Chaves	1991

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

3.2.1 – Fundos Públicos

- A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP empresa criada com a finalidade de planejar e executar os serviços de localização, urbanização e construção de Brasília. Os documentos produzidos por esta empresa no período de 1956 a 1960 – cerca de 300 metros lineares - foram considerados por decreto como de valor permanente pela sua importância para a história de Brasília. Por abrigar dossiês de 96 empresas que trabalharam na construção da capital, esta documentação é procurada com frequência para a comprovação de posse imobiliária e tempo de serviço junto à Previdência Social.
- Secretaria de Comunicação Social – criada para realizar o “relacionamento com a imprensa, relações públicas, publicidade e propaganda, pesquisa de opinião pública e regulação da comunicação social”. Em 1992, o arquivo recolheu o acervo fotográfico e em 1993, foram avaliados 14.389 da série GF (administração Gomide) referentes ao período 1967-1969. Deste total, foram selecionados 5.964 fotogramas. Foi feita a revisão da descrição e informatizada as série DF (Ivo Magalhães), EF (Ivan de Souza Mendes) e FF (Plínio Catanhede). Formalizou-se o recolhimento deste Fundo através da assinatura do Termo Específico pela SCS. O ArPDF recolhe ao final de cada período de governo os documentos fotográficos e videográficos produzidos pela Secretaria.
- Secretaria de Segurança Pública - teve sua origem na Divisão de Segurança Pública da Novacap, criada em 1957, com a finalidade de exercer a vigilância

sobre os bens patrimoniais da empresa e a manutenção da ordem social de Brasília. Em 1967, foi criada a Secretaria de Segurança Pública e seu conjunto documental foi recolhido ao arquivo em 1995.

- Administração Regional de Taguatinga – trata-se da documentação textual da cidade-satélite de Taguatinga. Foi recolhida ao arquivo em 1995.
- Fundação Cultural do Distrito Federal – seriam os documentos referentes às atividades culturais provindas do Centro de Documentação e Referência Cultural do Departamento de Promoções da Fundação Cultural do Distrito Federal. A documentação foi recolhida à instituição em 1997.
- Gabinete do Governador – documentação referente às atividades desenvolvidas no Gabinete do Governador do Distrito Federal.

3.2.1 – Fundos Privados

- Yvonne Jean – Jornalista, escritora, tradutora, intérprete e promotora cultural nasceu na Bélgica em 1911 e mudou-se para o Brasil em 1940, onde morou no Rio e São Paulo. Em 1962, mudou-se para Brasília a convite de Darcy Ribeiro a fim de lecionar na Universidade de Brasília. EM 1989, oito anos após sua morte, seus documentos foram doados ao arquivo pelo seu filho João Luiz da Fonseca.
- Brasília Palace Hotel – este foi o primeiro grande hotel da capital. Foi inaugurado em 1958 e tinha capacidade para hospedar 350 pessoas. Sua documentação foi recolhida pelo arquivo em 1991.
- Juca Chaves – Diretor técnico e sócio da Empresa de Construções Gerais – ECG, nasceu em Pernambuco em 1912 e mudou-se para o Rio em 1926. Em 1991, o seu acervo fotográfico foi doado por seus filhos Vera Lúcia de Castro Chaves e Luiz Otávio Chaves.

3.3 Instrumentos de Pesquisa e de Gestão

O Guia é um instrumento de pesquisa produzido em forma de publicação, contendo informações elementares e gerais sobre um arquivo (data de criação, acervo, localização, fundos, etc). Pode ser também um instrumento de identificação de vários fundos relacionados a um tema.

QUADRO 4: INSTRUMENTO DE PESQUISA E GESTÃO PRODUZIDOS PELO ARPFD (1989-1998)

Instrumento de Pesquisa	Ano
Publicação Guia Preliminar de Fontes para a História de Brasília	1989
Guia dos Acervos do Arquivo Público do Distrito Federal	1990
Guia dos Acervos do Arquivo Público do Distrito Federal	1995
Guia dos Acervos do Arquivo Público do Distrito Federal	1998
Inventário do Fundo Yvonne Jean	1997
Instrumento de Gestão	Ano
Catálogo de Títulos – Imprensa Alternativa e Cultural	1989
Catálogo de Depoimentos Orais	1994
Guia de Acervos do Arquivo Público do Distrito Federal	1994
Manual Interno de Gestão de Documentos	1997

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

O Guia Preliminar de Fontes para a História de Brasília foi produzido a partir de um projeto que teve início em 1987 visando dotar os pesquisadores de um instrumento eficaz para a realização de pesquisas e trabalhos sobre a história da cidade. Foi publicado em parceria com o CNPq e a Finep, as duas instituições que financiaram parte das pesquisas que resultaram no Guia. Consistiu em uma pesquisa em diversas instituições públicas e privadas, visando o levantamento das fontes arquivísticas, bibliográficas, hemerográficas e historiográficas sobre o Distrito Federal.

O primeiro Guia de Fundos do ArPDF foi produzido em 1990 e se compunha de três partes. A primeira era uma apresentação contendo as atribuições da instituição; a segunda, sobre o acervo institucional que na época era composto apenas por quatro fundos – Fundo Companhia Urbanizadora de Brasília, Fundo Secretaria de Comunicação Social, Fundo Yvonne Jean e Fundo do Arquivo Público do Distrito Federal; a terceira, continha dados sobre o acervo bibliográfico, a biblioteca e o banco de dados.

Em 1995, produziu-se o segundo Guia de Fundos. Para compô-lo foram utilizados fotos do acervo com elementos da história de Brasília e da instituição. O Guia foi estruturado em sete tópicos (Apresentação, Introdução, Fundos Documentais – Públicos e Privados- , Fontes Auxiliares para Pesquisa – Biblioteca, Depoimentos Orais -, Serviços Prestados – Consulta, Reprodução, Declaração de Tempo de Serviço, Publicações do ArPDF e Endereço/Funcionamento). Ou seja, uma publicação que atendia ao modelo básico de formatação e edição de um Guia.

O terceiro e último Guia de Fundos do período 1988-1998 foi produzido em 1998, estruturado em oito tópicos (Apresentação, Introdução, Fundos Documentais – Públicos e Privados- , Fontes Auxiliares para Pesquisa – Biblioteca, Depoimentos Orais -, Serviços Prestados – Consulta, Reprodução, Declaração de Tempo de Serviço, Exposição Fotográfica, Publicações do ArPDF e Endereço/Funcionamento). Na época, havia oito fundos os quais foram classificados em *Fundos Públicos* - Fundo Companhia Urbanizadora de Brasília, Fundo Secretaria de Comunicação Social, Fundo Secretaria de Segurança Pública, Fundo Administração Regional de Taguatinga e Fundo Fundação Cultural do

Distrito Federal. Nos *Fundos Privados* o Fundo Yvonne Jean, Fundo Palace Hotel e o Fundo Juca Chaves.

3.4 Publicações e Difusão

As funções do arquivo envolvem o recolhimento, a organização, a preservação e a divulgação. Uma das formas de divulgar o acervo, ou levar o arquivo “extra-muros”, seria por meio das publicações. O ArPDF no período de exame, buscou produzir publicações envolvendo assuntos voltados não apenas à Arquivologia, mas também às ciências sociais que trabalham com temas como “memória”, “patrimônio” e “cultura” a fim de estabelecer um diálogo com a comunidade de especialistas e acadêmicos e, também, dar acesso à comunidade não especializada, os fragmentos da história de Brasília.

QUADRO 5: PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS PELO ArPDF (1989-1998)

Título	Ano
Postais Contam a História de Brasília – série Construção	1989
Diagnósticos dos Arquivos do GDF	1990
Brasília, Cidade que Inventei – Relatório Plano Piloto de Brasília	1991
Cinco Anos Preservando a Memória Documental de Brasília	1991
Boletim Interno do Arquivo	1993
Memória Candanga	1994
Postais contam a história de Brasília	1994
Cadernos de Pesquisa nº 01 - A Periferia sem Centro: Os Arquivos como Sistema.	1995
Cadernos de Pesquisa nº 02 – Formação de Taguatinga: um projeto de pesquisa sobre suas origens.	1995

Cadernos de Pesquisa nº 03 - Chá da Memória: um projeto para identificação de documentos fotográficos.	1996
Cadernos de Pesquisa nº 04 – Arquivística: um olhar sobre a memória	1996
Cadernos de Pesquisa nº 05 – Atendimento a usuários de arquivos públicos: algumas reflexões e a experiência do ArPDF	1996
O Quadrilátero	1997
Cadernos de Pesquisa nº 06 - A Construção de Brasília como experiência moderna na periferia capitalista: a aventura.	1997
Cadernos de Pesquisa nº 07 – Políticas Públicas: o uso dos Arquivos na Contemporaneidade	1997
Programação Visual e Publicação	1998
Revista Quadrilátero	1998

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

Como resultado do projeto “Imprensa Alternativa e Cultural”, o ArPDF lançou em 1989, o “Catálogo de Títulos”, um levantamento de 28 jornais e revistas alternativas e culturais editadas no Distrito Federal no período de 1970/1984.

Para comemorar o 29º aniversário de Brasília e divulgar a história da Capital foi produzida uma série de 10 cartões postais intitulados “Postais Contam a História de Brasília - série Construção”. Na mesma comemoração, foi lançado um carimbo alusivo ao evento.

A publicação “Diagnóstico dos Arquivos do GDF” identificava os arquivos do Governo do Distrito Federal bem como sua situação de conservação

Nas comemorações do 31º aniversário de Brasília foi lançado a edição quadrilíngue do “Relatório Lúcio Costa” resultado do projeto “Brasília, Cidade que Inventei - Relatório Plano Piloto de Brasília”. Este relatório era constituído pelo edital do Concurso do Plano Piloto, a apreciação do júri sobre o projeto vencedor e diversos registros fotográficos mostrando a ocupação de Brasília.

Em 1993, foi produzido o “Boletim Interno do Arquivo” com o objetivo de divulgar internamente as notícias mais recentes em relação às gerências, o funcionamento do órgão, cursos, imagens, informática e um espaço livre para os funcionários mostrarem seus talentos.

A publicação “Memória Candanga” consistiu na reunião dos 150 informes publicados no *Jornal de Brasília* sobre os acontecimentos da construção de Brasília. O plano de distribuição do ArPDF privilegiou escolas e bibliotecas do Distrito Federal.

O “Catálogo de Depoimentos Oraís” foi resultado do Programa de História Oral do ArPDF. Esta publicação contém as fichas técnicas de depoimentos de 115 entrevistados, dentre operários, arquitetos, engenheiros, artistas, fotógrafos, cineastas e outros.

Em 1994, foi reeditado o Guia de Acervos do Arquivo Público do Distrito Federal produzido em 1990. A segunda edição foi revista e ampliada, contendo informações atualizadas sobre o ArPDF e os acervos sob sua custódia.

No mesmo ano, foram reeditadas as três séries dos “Postais Contam a História de Brasília”, sobre os antecedentes, construção e inauguração de Brasília.

Em 1995, teve início a publicação da série *Cadernos de Pesquisa*. Essas publicações eram elaboradas com a finalidade de estabelecer um diálogo entre a comunidade, professores e os profissionais da área e até mesmo incentivar que os próprios agentes públicos do ArPDF produzissem textos resultantes de seu fazer arquivísticos na instituição.

Em todos os números, convidava-se professores ligados à área, pessoas ligadas a história da construção Brasília ou ligadas à criação e trajetória do ArPDF para escrever a introdução.

A série foi inaugurada com um texto do professor José Maria Jardim, da Universidade Federal Fluminense – UFF. O Caderno de Pesquisa nº 1, intitulado, “A Periferia sem Centro: Os Arquivos como Sistema” teve introdução de Walter Mello, então Superintendente do Arquivo. A temática escolhida foi o sistema de arquivos brasileiros.

O Caderno de Pesquisa nº 2 teve como tema “A Formação de Taguatinga: um projeto de pesquisa sobre suas origens”, com introdução de Marco Aurélio de Lemos Santos, assessor da Gerência de Pesquisa do ArPDF. De autoria de Tereza Euletério de Souza também funcionária do ArPDF, e Marco Aurélio de Lemos Santos, tinha como objetivo registrar e divulgar informações relevantes sobre a cidade satélite, Taguatinga.

Ainda em 1995, foi reeditada a publicação “Catálogo de Títulos – Imprensa Alternativa e Cultural” que se encontrava esgotada desde 1993. No mesmo ano, foi produzido o Guia do ArPDF com informações atualizadas sobre o histórico da instituição, seu acervo e seus projetos.

Em 1996, foram editados mais Cadernos de Pesquisa. O Caderno de Pesquisa nº 3, intitulado “Chá da Memória: um projeto para identificação de documentos fotográficos”, com introdução de Ernesto Silva, médico e um dos primeiros Diretores da NOVACAP. De autoria de Lucia Margarida Alheiro da Silva, da Gerência de Arquivo Permanente do ArPDF, seu objetivo era apresentar a metodologia, a finalidade e a importância do Projeto “Chá da Memória”.

O Caderno de Pesquisa nº 04 teve como tema a “Arquivística: um olhar sobre a memória”, com introdução de Ana Maria de Almeida Camargo, professora Doutora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, especialista em Arquivística, Coordenadora do Sistema de Arquivos da USP e Diretora da AAB - Associação dos Arquivistas Núcleo Regional de São Paulo. De autoria de Rosane Montiel, professora do Curso de Arquivologia da UnB, o

número 4 tinha como objetivo discutir o papel do arquivista como agente social da memória.

O Caderno de Pesquisa nº 5, intitulado “Atendimento a usuários de arquivos públicos: algumas reflexões e a experiência do ArPDF”, teve introdução de Heloísa Liberalli Bellotto, professora doutora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, especialista em Arquivística. De autoria de Marco Aurélio de Lemos Santos, então funcionário da Gerência de pesquisa do ArPDF, tinha como objetivo mostrar que “frente às novas transformações na sociedade contemporânea de consumo, a satisfação do cliente (usuário) é um aspecto relevante a ser considerado também nos arquivos onde o arquivista deverá assumir uma postura ativa no sentido de realizar estudo de usuários buscando os indicadores que apontem as necessidades de informação dos seus clientes”. (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1996, nº 5, p. 5)

O “Manual Interno de Gestão de Documentos” foi elaborado com o intuito de ser um instrumento de apoio às necessidades dos funcionários do ArPDF referentes à Gestão Documental da Instituição.

Em 1997, foram publicados mais dois volumes dos Cadernos de Pesquisa. O Caderno de Pesquisa nº 6, intitulado “A Construção de Brasília como experiência moderna na periferia capitalista: a aventura” de autoria do Professor Sérgio Duarte da Silva, da Universidade Federal de Goiás - UFG. O texto era uma condensação da tese de doutorado cujas fontes foram, em grande parte, oriundas do ArPDF.

O Caderno de Pesquisa nº 7, com a temática “Políticas Públicas: o uso dos Arquivos na Contemporaneidade” teve a introdução de José Pedro Esposel, Professor Titular do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense - UFF e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De autoria de Kátia Isabelli de Souza, Professora do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, tinha como objetivo abordar a importância do desenvolvimento de programas públicos de educação envolvendo os arquivos como uma forma de estes desempenharem sua função social.

A fim de facilitar o acesso ao Fundo Yvonne Jean, foi publicado Inventário.

Em 1998, foi realizado o projeto “Programação Visual e Publicação” que consistia na diagramação e publicação do “Manual Interno de Gestão de Documentos” e produção de 50 cópias; diagramação e publicação dos números 9, 10 e 11 do “Boletim Informativo”, totalizando 3000 exemplares; produção de 300 “Folders do ArPDF”; produção de 400 marcadores de páginas; produção de 500 exemplares do “Guia do ArPDF”; diagramação do “Guia de Atendimento do Usuário”; diagramação e publicação do Inventário Fundo Yvonne Jean”. Também foi publicada a “Revista Quadrilátero” com a temática “Os Arquivos da Repressão: do recolhimento ao acesso”, com tiragem de 2000 exemplares, distribuídos gratuitamente para as instituições arquivísticas, Universidades, Centros de Documentação, etc.

3.5 O ArPDF na Imprensa

Foi pesquisado no Jornal O Correio Braziliense, diário de maior circulação na Capital Federal, no período de 1986 a 2001, as matérias que saíram sobre o Arquivo Público do Distrito Federal. O ano de 1986 foi o período de maior produção. Ao todo, foram quatro matérias.

QUADRO 6: O ArPDF NA IMPRENSA (1985- 1998)

Título	Jornal	Data/ANO
Cidade já tem onde guardar sua história	Correio Braziliense	08/04/1985
Arquivo Resgata História: Memória do DF não ficará presa à versão oficial.	Correio Braziliense	24/ 03/1986
Um Arquivo Democrático.	Correio Braziliense	19/07/1986
Arquivo resgata história: memória do DF não ficará presa à versão oficial.	Correio Braziliense	24/08/1986

Memória da cidade: uma ação urgente.	Correio Braziliense	05/10/1986
Arquivo Público quer se aproximar da sociedade.	Correio Braziliense	25/01/1991
História é destruída por traças e cupins.	Correio Braziliense	29/05/1991
Pouco espaço para toda a memória de uma cidade: Arquivo Público não tem onde colocar tanta informação	Correio Braziliense	06/01/1993
Falta de espaço ameaça a memória de Brasília.	Correio Braziliense	06/08/1993
Arquivo Público revela passado taguatinguense.	Correio Braziliense	02/11/1995
Cartas revelam gênese de Brasília	Correio Braziliense	20/12/1998
Yvonne Jean	Correio Braziliense	27/11/1998

Fonte: Correio Braziliense

Nota: dados extraídos do Jornal Correio Braziliense.

3.6 Formação de Recursos Humanos 1988- 1997 (participação em eventos científicos e capacitação profissional)

No período 1989-1998 havia uma grande preocupação com a qualificação dos agentes públicos na área Arquivística, no sentido de ao mesmo tempo prepará-los para o desempenho das atividades técnicas, mantê-los atualizados com as questões e problemas da área e incentivá-los a trocar experiências e a dialogar com o mundo acadêmico e com outras instituições. Os quadros produzidos a partir das informações extraídas dos relatórios do período 1988-1998 e dos quadros com as respostas dos ex-funcionários quando indagados sobre suas participações em cursos, seminários e eventos na área arquivística são bastante ilustrativos quanto a esses aspectos.

**QUADRO 7: FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ARPDF 1988- 1997
(PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL)**

Título	Ano
Eventos Científicos	
7º Congresso Brasileiro de Arquivologia. Brasília –DF.	1988
5º Seminário de Fontes Primárias da História do Brasil.	1988
5º Seminário de Preservação e Restauração de Documentos.	1988
3º Seminário de Microfilmagem e Sistemas Integrados de Informação.	1988
1º Encontro Nacional de Materiais Especiais e Documentos não convencionais Belo Horizonte – MG	1990
15º Congresso Nacional de Gerenciamento de Imagem e 3º Congresso Brasileiro de Organização, Sistemas e Métodos. Eventos realizados em São Paulo de 03 a 05 de junho de 1990.	1990
XXIIIº Congresso de Informática e III Congresso Internacional de Informática. Rio de Janeiro – RJ	1990
Base para Implementação de um Arquivo Moderno. Seminário realizado em Belo Horizonte no período de 04 e 06 de setembro de 1990.	1990
45º Congresso e Conferência da Federação Internacional de Informação e Documentação. Realizado em Havana, Cuba. Como atividade de extensão deste congresso, foi realizada visita técnica ao Arquivo Nacional do México.	1990
8º Congresso Brasileiro de Arquivologia. Realizado em Salvador –BA.	1990
Fórum Nacional de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais. Recife e Belo Horizonte.	1991
Patrimônio Histórico e Cidadania – o direito à memória. São Paulo – SP.	1991
IIIº Conferência Nacional de Arquivo Público. Belo Horizonte – MG.	1991

Vº Seminário Nacional de Gestão de Documentos Cidadania e Informação. Brasília – DF.	1991
Palestra: Fontes Arquivísticas e a Elaboração da História, em Brasília – DF.	1992
44ª Reunião Anual da SBPC, em São Paulo – SP.	1992
XIIº Congresso Internacional de Arquivos, em Montreal (Canadá).	1992
Vº Encontro de Arquivo Catarinenses, em Itajaí – SC.	1992
IXº Congresso Brasileiro de Arquivologia, em Santa Maria – RS.	1992
VIIº Curso de Especialização em Arquivos, em São Paulo – SP.	1992
Foto Iº – Curso de Especialização em Arquivo, em São Paulo – SP.	1992
Seminário sobre Preservação e Conservação de Documentos, em Brasília – DF.	1992
XIVº Congresso de Contabilidade, em Salvador – BA.	1992
IIº Encontro de História do Planalto, em Pirenópolis – GO.	1992
Seminário -Taller de Selección Y Descarte Documental, em Montevideú (Uruguai).	1992
Ciclo de Estudos e Debates sobre a Memória Oral e Imaginário, no período de 12 a 29 de novembro, na Universidade de Brasília – UnB.	1993
Fórum de Dirigentes de Arquivos Públicos Estaduais que aconteceu em Natal-RN, no mês de maio.	1993
Seminário Nacional de Acesso à Informação Governamental, promovido pelo Arquivo Nacional e Arquivo Estadual do Rio de Janeiro, de 04 a 06 de maio, no Rio de Janeiro.	1993
1º Encontro Carioca de Arquivologia e Ciência da Informação, realizado em agosto, no Rio de Janeiro.	1993

A Gerência de Arquivo Permanente apresentou trabalho no Ciclo de Debates sobre Cultura e Memória, Perspectivas da Administração Públicas, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública-ENAP, no período de 16 a 18 de setembro.	1993
Servidores do ArPDF apresentaram trabalho e participaram do IIº Encontro para Implementação do SIARDF realizado no período de 5 a 7 de outubro, no auditório do IDR, Brasília-DF.	1993
Servidores do ArPDF participaram do IV Conferência Nacional de Arquivos Públicos, de 26 a 29 de outubro, em Vitória-ES.	1993
Iº Encontro de Bibliotecária de Bibliotecas de Apoio realizado em Vitória-ES, no mês de outubro.	1993
Seminário Regional de Conservação Preventiva em Biblioteca e Arquivos. Evento promovido pelo Arquivo Nacional, pela Funarte e pela Andrew W. Mellon Foundation. O ArPDF é responsável pela coordenação dos seminários na região Centro-Oeste.	1997
Capacitação Profissional	
Encontro Paulista de Preservação e memória Fotográfica. São Paulo – SP.	1988
1º Curso de Treinamento em Conservação de Acervos Fotográficos. Rio de Janeiro – RJ.	1988
Curso de Introdução a Informática. Brasília – DF.	1988
Curso de Aperfeiçoamento em Auxiliar de Biblioteca – Módulo Documentação e Arquivo. Brasília – DF.	1988
Curso de Atualizações em Licitações. Brasília –DF.	1988
Seminário de Atualizações sobre a Lei Sarney e a sua Utilização pelos órgãos do Complexo Cultural do GDF. Brasília – DF.	1988
Restauração de Documentos. Brasília –DF.	1988
Seminário Brasileiro de Informática. Brasília – DF	1988
Arquivo Corrente – Duração: 60 horas	1989
Técnicas de Arquivo – Duração: 120 horas	1989

Organização de Arquivo Corrente – Curso ministrado por uma técnico do ArPDF em Juiz de Fora atendendo à solicitação do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG.	1990
Expomicro 90	1990
Gestão de Documentos - um desafio empresarial. Brasília – DF	1991
Implementação do Sistema de Arquivo do Distrito Federal. Brasília – DF.	1991
Conservação, Preservação de Acervos Fotográficos e Organização e Informação. Brasília – DF	1991
Elemento Básico da Fotografia. Brasília – DF	1991
IIº Curso sobre Organização de Arquivo, em Uberaba – MG.	1992
IIº Jornada Nacionales e I Latino-americanas e Del Caribe sobre Mocróisis, em Buenos Aires (Argentina).	1992
Estágio supervisionado na área de higienização, encardenação e restauração de livros e documentos no período de 1º a 30 de junho, no setor de Obras Raras – Setor, do Departamento de Imprensa Nacional.	1993
Curso sobre Processos de Licitação e Contratos na Administração Pública, ministrado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.	1993
Oficina de Preservação e Conservação de Documentos Fotográficos, no Centro de Preservação e Conservação de Fotografia do IBAC, no mês de agosto no Rio de Janeiro.	1993
A equipe de Gerência de Arquivo Permanente reuniu-se nas últimas quartas-feiras dos meses de abril, maio e junho, para analisar e discutir textos visando o aprimoramento e integração do corpo técnico.	1993
Palestra Microfilmagem e Documentação Histórica promovida pelo Arquivo do Estado de São Paulo, no mês de outubro, em São Paulo.	1993

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

QUADRO 8: EVENTOS DOS QUAIS EX-AGENTES PÚBLICOS DO ArPDF PARTICIPARAM

INTERNACIONAL	ANO	EVENTOS CIENTÍFICOS	Nº Agentes
	1992	Congresso Latino Americano de Usuários de Micro-Isis	01
	1996	I Congresso do Mercosul	04
	1997	II Congresso do Mercosul	02
	1998	X Conferência Internacional de História	01
	1998	Sistema Arquivístico Espanhol	01

NACIONAL	ANO	EVENTOS CIENTÍFICOS	Nº Agentes
	1986	Seminário "Arquivo, Museus e Bibliotecas" ✕	01
	1986	I Encontro de História do DF	01
	1987	IV Seminário Nacional de Arquivo Estaduais	01
	1988	VII Congresso Brasileiro de Arquivologia	02
	1988	Seminário de Conservação e Restauração de Documentos	01
	1989	II Conferência nacional de Arquivos Públicos	01
	1990	IV Seminário Nacional de Gestão de Documentos	01
	1990	I Seminário de Gestão de Informação do Ministério da Saúde	01
	1990	VIII Congresso Brasileiro de Arquivologia	02
	1990	Seminário de Gestão de Documentos	01
	1992	IX Congresso Brasileiro de Arquivologia	01
	1993	Encontro de História e Documental Oral	01
	1993	4ª Conferência Nacional de Arquivos Públicos	01
	1994	II Encontro Nacional de História Oral	01
	1994	X Congresso Brasileiro de Arquivologia	06
	1995	Paradigmas para os arquivos na era da informação	01
	1996	Seminário: Arquivos - organização, tecnologias e perspectivas	01
	1996	III Encontro Nacional de História Oral	01
	1996	I Simpósio Nacional de Políticas Arquivísticas	01
	1996	XI Congresso Brasileiro de Arquivologia	03
	1997	II Encontro de História Oral da região Centro-Oeste	01
	1998	III Encontro de História Oral da região Centro-Oeste	01
	1998	XII Congresso Brasileiro de Arquivologia	02
1998	Centenário da Missão Cruzs	01	
1998	Técnicas de Arquivo - Correio Brasileiro	01	
1998	Falas de longe e Falas de perto - História Oral	01	

Fonte: Formulários respondidos pelos ex-funcionários do ArPDF

Nota: dados extraídos dos formulários respondidos pelos ex-funcionários do ArPDF.

QUADRO 9: CURSOS EM QUE OS EX-AGENTES PUBLICOS DO ArPDF PARTICIPARAM

INTERNACIONAL	ANO	CURSOS	LOCAL	Nº de agentes
	1987	Especialização em "Organização de Arquivos Públicos"	Córdoba - Argentina	01
1997	Stage International d'Archives	França	01	

NACIONAL	ANO	CURSOS	LOCAL	Nº de agentes
	1987	Administração de documentos e arquivos da Associação dos Arquivistas Brasileiros, núcleo regional de Brasília	Brasília	01
1988	Restauração de livros e documentos do Departamento de Imprensa Nacional	Brasília	01	
1989	Curso de Fotografia do CEUB	Brasília	01	
1990	II Curso de especialização em arquivo público	Rio de Janeiro	01	
1991	Curso de elaboração de projetos	Brasília	01	
1991	Curso de Elaboração de Projetos	Brasília	01	
1991	Como organizar, conservar e usar uma coleção de imagens	São Paulo	01	
1991	Elaboração de Projetos	Brasília	01	
1992	Terminologia arquivística	São Paulo	01	
1992	Curso de especialização em organização de arquivos	São Paulo	01	
1993	Oficina de organização de arquivos fotográficos e preservação de acervos fotográficos		01	
1994	Demografia histórica e História Oral	São Paulo	01	
1995	Técnicas de elaboração de tabela de temporalidade documental	Brasília	01	
1995	Micro-Isis	Brasília	03	
1995	Especialização em Organização de Arquivos	São Paulo	01	
1996	10º Curso de Especialização em organização de arquivos	São Paulo	01	
1996	Aplicação e descrição fotográfica	Brasília	01	
1996	Classificação de documentos: aplicação do código de classificação do Conarq	Brasília	02	
1997	Projeto cooperativo: conservação preventiva em bibliotecas e arquivos	Brasília	01	
1998	Padronização da descrição em arquivos: a norma ISAD (G) do CIA e sua aplicação nos arquivos públicos brasileiros	Rio de Janeiro	01	
1998	Normas Internacionais de descrição em arquivos	Brasília	01	
1998	Normas internacionais de descrição arquivística	Brasília	01	

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos formulários respondidos pelos ex-funcionários do ArPDF.

Essas informações foram extraídas dos formulários aplicados aos ex-funcionários quando indagados sobre eventos científicos e cursos que teriam participado com o apoio do ArPDF, na época que trabalharam na instituição.

3.7 Consultas

No período em exame, todas as consultadas eram registradas em um formulário (anexo n) para posterior tabulação, análise e avaliação dos serviços prestados pela instituição. A partir de 1996, ocorreu o lançamento do ArPDF do sítio do ArPDF na Internet, contendo todas as informações institucionais do Arquivo e sua produção documental, auxiliando em muito na divulgação da instituição.

QUADRO10: CONSULTAS REALIZADAS NO ArPDF (1991-1998)

Tipos de Consultas	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Consultas via Internet	x	x	x	x	x	682	1934	2804
Declaração de Tempo de Serviço	x	82	119	x	112	114	88	6

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades do ArPDF.

Neste item, conclui-se que, neste período (1987-1998), no que se refere às suas práticas informacionais, o ArPDF teve uma atuação marcante. Havia na instituição um clima de grande cooperação técnica e envolvimento. Os agentes públicos, por possuírem experiência na área e/ou afinidade com a missão institucional, utilizaram seus “poderes”

para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das funções arquivísticas, elevando a instituição a um alto grau de excelência.

4 – O Silêncio (1999 – 2001)

O período que denominamos de “silêncio” do ArPDF tem início quando o Governador eleito, Joaquim Domingos Roriz, toma posse em seu terceiro mandato. Mesmo não sendo objetivo do nosso trabalho analisar os mandatos do governador, é importante rever parte de sua trajetória política em Brasília, o que nos ajudará a entender o porquê de suas atitudes em relação à cultura, particularmente em relação ao ArPDF. Começemos por uma questão, ao nosso ver, essencial: por que, nos dois primeiros mandatos de Roriz, não houve demissão em massa no ArPDF e por que as práticas informacionais em seu primeiro (1985 a 1990) e segundo (1991 a 1994) mandatos foram distintas daquelas realizadas em seu terceiro mandato (1999 –2001).

Para se entender essas diferenças, é necessário recuperar a trajetória política de Roriz. Sua aparição no cenário político tem início em 1968, quando é eleito vereador em Luziânia - GO, cidade em que nasceu, pelo então Movimento Democrático Brasileiro - MDB, prosseguindo como deputado estadual em 1978 e federal em 1982, pelo mesmo partido. Quatro anos depois, tomar-se-ia Governador de Goiás, pelo PMDB. Em Brasília, Roriz inicia sua vida política em setembro de 1988, quando toma posse como Governador, por indicação pessoal do presidente Sarney.

Uma entrevista com o antropólogo da Universidade de Brasília, José Jorge de Carvalho esclarece alguns aspectos do Governo Roriz, essenciais para se entender o posicionamento deste governo em relação à cultura e, conseqüentemente, em relação ao Arquivo Público do Distrito Federal¹⁴.

¹⁴ Entrevista concedida à autora desta dissertação em 17/04/2003 e realizada no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília – UnB, Doutor em Antropologia, o professor José Jorge de Carvalho intitulou a entrevista, de caráter político, de os “ aspectos políticos e ideológicos culturais da era Roriz”. Todas as citações referentes às falas de José Jorge de Carvalho foram extraídas desta entrevista.

Ele entrou no poder por uma coisa espetacular. Uma grande surpresa que uma pessoa totalmente desconhecida, que não tinha nada a ver com o DF, foi colocada aqui, como uma espécie de retorno, pelo agrado que ele fez ao Sarney, de conseguir que o Sarney comprasse um sítio em Mesquita ao qual deu o nome de sítio Pericumã, que é um antigo quilombo [...] Aí, deve ter sido pagando o favor que ele virou governador biônico. Ele foi biônico de Goiás, um homem da ditadura. Ele não fez esta passagem para um mundo democrático plural, de forma alguma, isso é muito forte nele. Ele não sabe viver em nenhum regime democrático.

Na mesma direção das observações de Carvalho, Badanhan (1985), observa que no Distrito Federal, o Governador Roriz, tendo em vista as eleições de 1990, “conduziu uma política pública habitacional no sentido de ter uma popularidade sempre crescente, tanto na região quanto no próprio Distrito Federal”, porém essa política de assentamento, além de ser produzida sem muitos critérios, não envolvia a solução dos “problemas urbanos e estruturais da Capital Federal, como o transporte urbano, o desemprego, o saneamento básico, a saúde e a educação”. (BADANHAN, 1985, p. 31 - 32).

Ainda de acordo com Badanhan:

Ao longo dos 18 meses de governo, Joaquim Roriz conquistou a camada mais carente da população, com sua política dos assentamentos e abriu o diálogo com as várias comunidades de base [...] As políticas empreendidas durante o primeiro governo Roriz estavam mais para prefeito do que para governador. Tanto é que o Governador ficou conhecido em Brasília, como o ‘prefeitão’, que promoveu mutirões de limpeza, tapou buracos e assentou mais de 135 mil famílias, na conhecida cidade satélite de Samambaia ou Vila Roriz (BADANHAN, 1995, p. 30 - 31).

Referendando os estudos de Badanhan (1995), José Jorge de Carvalho¹⁵ acrescenta:

¹⁵ Entrevista citada.

[Roriz] começou rapidamente dando lotes naqueles dois primeiros anos que ele estava naquele mandato intermediário. Tanto a esquerda quanto as forças progressistas compreenderam que essa pessoa era absurda e ele não podia ter se candidatado naquele momento, porque naquele momento não havia a figura da reeleição no Brasil, aí ele manipulou qualquer processo jurídico justificando que aquilo não contava ainda com o seu mandato e conseguiu ganhar o direito de disputar as reeleições e aí evidentemente que ele ganhou. O esquema é esse, de você dar as terras em favor de votos. Já era escandaloso, eu acho, nos primeiros dois anos. No segundo mandato foi muito mais sistemático de abuso desse sistema e lutando o tempo todo pela legalidade disso a partir da cessão contra a corrente da democratização [...] o que mais simbolizaria a figura dele é esse caráter predatório de grilagens constantes.

O sucesso dessa política não só é constatado em janeiro de 1991, data em que toma posse como o primeiro governador eleito da Capital Federal, como também em janeiro de 1998, quando Roriz retorna como governador pela terceira vez. Badanhhan (1995) esclarece que a eleição de 1990 dividiu a “cidade em duas partes”: a primeira que aprovava a doação de lotes, representando 2/3 da população constituída por pessoas carentes, analfabetas e residentes em cidades satélites e a outra parte que defendia a idéia que essa política de doação era “uma manobra demagógica com fim exclusivamente eleitoral”, grupo formado por eleitores do PT, residentes no Plano Piloto e com escolaridade elevada. Essa divisão tornar-se-ia ainda mais acirrada com a vitória de Cristóvam Buarque nas eleições de 1994, fazendo com que o retorno de Roriz ao governo, em 1999, se tornasse ainda mais antidemocrático, baseado em uma força política construída ao longo de seus mandatos anteriores, que o tornava capaz de controlar a situação da capital, acentuando mais a briga entre o “azul” e o “vermelho”, cores que a propaganda do Governo Roriz passou a identificar os simpatizantes do governador e os do PT, respectivamente. Além da doação de lotes, o uso dos cargos públicos como moeda de troca e de disputa passou a ser regra.

Mais do que nunca, estabeleceu-se em Brasília aquilo que Arturi (1996) qualifica como “a manutenção disseminada de práticas anti-democráticas – clientelismo, patrimonialismo e corrupção – reforçando traços autoritários ...” (ARTURI, 1996, p.148).

Sobre estes aspectos, novamente José Jorge de Carvalho esclarece:

neste mandato [Roriz] é um anticomunista furioso, um antiesquerda furioso [...] Ele terminou o segundo mandato e não foi ele que disputou a eleição e o partido dele, o Campelo, perdeu para o Cristóvam. Então, ele voltou na verdade, no terceiro mandato, com muito mais ódio porque o que ele mais odeia que é a esquerda e um pensamento progressista, digamos, roubou o quinhão dele que é Brasília. Então, ele voltou, com uma carga evidentemente, de concentração de arbitrariedade muito maior, de desprezo pelas instituições. Porque ele começou a associar a ordem legal ao petismo. Para ele, onde existe lei, são petistas. A lei limita. Realmente, existe um fundo autoritário muito grande nele. A lei é coisa de petista. Um desprezo pela lei, pela ordem legal absoluta. A diferença entre o primeiro mandato e o terceiro foi que ele deu um pouco mais de poder aos seus acólitos. Então, ele está mais poderoso com o grupo. O Grupo Roriz, não ele apenas como pessoa. Então no segundo mandato, ele consolidou isso como uma rede de pessoas que são agora muito fortes. Então, no terceiro mandato, ele conta com o agente. Na verdade, ao cair Roriz, caiu um grupo muito forte de pessoas, não é só ele. O Rorizismo é um grupo enorme de pessoas, inclusive esta-se por ver se ele não sobreviverá, há uma possibilidade do Rorizismo sobreviver. Ele desqualificou tecnicamente as instituições, algumas ele destruiu. Essa fobia que ele tem a qualificação de qualquer tipo, porque o pacto que ele faz é sempre com pessoas de muito pouca qualificação. É quase uma coisa assim, quase como se fosse uma missão, uma vocação da parte dele.

Na verdade, essas análises de José Jorge de Carvalho embora voltadas para as práticas de Roriz e seu Grupo, vêm ao encontro das observações de Martins (1997) em relação à reforma da administração pública e sua influência na cultura política do Brasil. Este autor observa que no País a prática clientelista por parte dos partidos políticos se encontra “profundamente enraizada na tradição brasileira como características persistentes da herança colonial”. Segundo Martins:

[...] o uso intensivo do aparelho do Estado para garantir ou negar acesso a empregos e a outros benefícios (isto é, favores) tornou-se um bem político importante, quase todos os partidos políticos (e não apenas o vencedor de eleições) tomaram-se também cada vez mais dependentes do Estado. Em outras palavras, a responsabilidade dos partidos políticos para com os seus eleitores vinha de sua capacidade de dar-lhes acesso a emprego no aparelho do Estado e/ou manipular recursos ou subsídios públicos do seu interesse pessoal ou corporativo – em lugar de agregar e converter demandas sociais em políticas públicas orientadas para reformas. Esse é o cerne da cultura política populista - clientelista. (MARTINS,1997, p. 16-18)

Nessa perspectiva, o ArPDF, na condição de agência do poder simbólico do Estado, se tornou um alvo dessa política pois, no período, era uma instituição de excelência, constituindo-se num atrativo para alocação de agentes do poder ou alvo para barganha de cargos públicos. Além disso tem-se, como fator agravante, o fato de o Arquivo Público do Distrito Federal ter sido identificado como “antro de petistas”, razão suficiente para demissões; por outro lado, a visibilidade obtida pela instituição, construída nos anos anteriores serviu para transformar o ArPDF, na expressão de Martins, num “bem político importante”.

4.1 O Contexto Político como motivador das demissões

As demissões ocorridas no ArPDF após as eleições de 1998 confirmam as análises de Badanhan (1995), Martins (1997), Arturi (1996) e José Jorge de Carvalho (2003). Nesse sentido, as falas dos entrevistados, todos ex-funcionários do ArPDF são bastantes elucidativas. Quando indagadas sobre os motivos de sua saída do ArPDF, as respostas foram:

Mudança de governo e a postura política que assumimos durante toda a Gestão do Governador Cristovam Buarque, ou seja, favorável ao Partido.¹⁴

Mudança de Governo. 12

Político, toda a equipe técnica foi exonerada por ter atuado no governo anterior. 9

Divergência políticas e profissionais.13

Exoneração do cargo em comissão. 1

Eu era cargo comissionado desde 1989 e com a mudança do último governo, contrário ao do meu candidato, fui exonerada e retornei ao meu órgão de origem. 18

Fui demitido na mudança do governo sem nenhuma alegação técnica. Depois voltei como gerente e sai um mês depois diante das divergências políticas e profissionais com a superintendente.7

Quanto à influência dos diferentes momentos políticos na trajetória do ArPDF, é interessante observar as diferentes falas, quando indagadas a respeito.

Os diferentes momentos políticos em nível Federal ou Estadual, representam uma **descontinuidade natural nas formas e políticas de implementação de atividades nos órgãos**. Tudo continua funcionando perfeitamente, embora de maneira politicamente diferente. 2

Os momentos políticos sempre tinham influência. Desde a criação até os dias atuais do ArPDF. Nos governos em que seus representantes tinham a capacidade de entender a importância de um arquivo público ocorreu um melhor diálogo e apoio às atividades da instituição. No caso do ArPDF, era usado como um local para empregar seus protegidos políticos. 9

As mudanças na Secretaria de Cultura e no Governo do Distrito Federal sempre causaram instabilidade. 13

Cabe aos dirigentes da instituição a co - participação da população na importância da memória nacional. Eu trabalhei no ArPDF em dois governos distintos porém o corpo técnico e a administração superaram o momento e mostraram a necessidade da continuação dos trabalhos desenvolvidos. 18

A política nacional teve pouca relevância na trajetória do ArPDF, no período em que trabalhei lá. Todavia a política local... 15

A própria criação do ArPDF foi um ato político. Cito, por exemplo, o recolhimento dos documentos da SSP, por ocasião de movimento político que com essa conquista. Movimento dos funcionários e da comunidade arquivística nacional e do DF pleiteando a volta do Superintendente Walter Mello, por ocasião do novo Governo do DF. 17

As relações políticas com a guarda da memória documental são claras. Se por um lado a ação política funciona instrumentalizando a preservação, por outro também pode inibir. Este parece ser o momento do ArPDF. 7

4.2 O Contexto Político e o ArPDF na fala dos Idealizadores

Quando indagados sobre a relação do contexto político e a trajetória do ArPDF, constatou-se nas falas de alguns idealizadores pensamentos que ratificam essa relação.

Eu acho que tem de maneira geral, influências dessa natureza [política] nas instituições arquivísticas inevitavelmente, porque afinal de contas elas são, por mais periféricas que sejam na configuração do estado, elas são um processo e um produto de diversos momentos históricos. No caso, do arquivo do DF isso também fica muito nítido até pelas razões que eu acabei de mencionar. Eu não tenho acompanhado nos últimos anos mais de perto até porque eu saí dessa função já há de dez anos do Arquivo Nacional mas eu segui acompanhando de longe e sem dúvida, esses distintos momentos políticos influenciam nos recursos da instituição. Agora, hoje, eu reflito sobre essas influências reconhecendo evidentemente essas

influências não só no arquivo do DF mais em outros arquivos [...] Então, sem falar explicitamente do caso arquivo do DF eu já vi também gestões públicas de governo à esquerda que pelo próprio ideário política de esquerda poderiam pressupor uma fantástica ou uma significativa melhoria nacional nos arquivos e isso não se deu. É por isso que eu acho que a questão é mais profunda. Sem dúvidas, essas conjunturas políticas em instituições periféricas, em instituições com baixo índice de institucionalidade, que dependem muito da capacidade de liderança do seu diretor, da rede de relações políticas do seu diretor evidentemente que essas conjunturas, elas influem diretamente numa melhor ou numa pior desenvoltura mais eu acho que é algo ainda mais profundo entendeu [...] 6

Acompanhei sempre o trabalho de Walter Melo e da equipe que organizou o Arquivo e desenvolveu seus projetos na cultura e educação. Quando Secretária de Cultura apoiei o ArPDF impedindo mudanças por motivos políticos em seu quadro, especialmente na Direção, uma vez que este era o único espaço da Secretaria de Cultura que encontrei funcionando acima das expectativas, pois todos os outros necessitavam de providências urgentes. Fizemos em minha gestão projetos integrando o arquivo e as crianças da Rede de Ensino. Coordenado por Vera Lessa Catalão.8

Tendo sido uma proposta muito bem implantada, o Ar.P.D.F. ganhou importância nessa área, no cenário nacional. No início de 90, o Arquivo parecia um projeto de Primeiro mundo e conseguimos fazê-lo respeitar, pela área política, por essa característica de excelência de proposta e qualidade na área de gestão pública. Não acompanhei de perto os trabalhos em toda a década de 90. 8

Como órgão eminentemente técnico, não pude perceber em nenhum momento qualquer interferência de caráter político-partidário em relação ao projeto de trabalho do Arquivo Público do Distrito Federal. Ele sempre tem sido, no meu entender, uma instituição padrão e que muito honra a Capital da República. 10

4.3 As demissões: o silêncio nas práticas informacionais

Essas demissões causadas pelos momentos políticos sempre geram uma descontinuidade nos trabalhos institucionais, causando instabilidade na produção, sendo ainda mais sintomática se os agentes são indicados apenas por seus vínculos ou militância política e não possuem afinidades com a missão da instituição no sentido de desempenho das atividades exigidas, gerando uma ruptura, uma quebra na produção; risco principalmente para os arquivos, pois, no Brasil, como visto anteriormente, essas instituições são vistas como periféricas sendo destinados aos seus cargos “os últimos privilegiados da lista”. Sobre essa problemática de mudança de pessoal no serviço público e as conseqüências na produtividade e experiência, Martins, ao expor a experiência do DASP observou que:

[...] o nexu político-administrativo que eles deveriam estabelecer era submetido a mudanças periódicas. Na verdade, ao assumir suas funções cada nova administração não apenas recrutava uma nova equipe (o que é compreensível), mas também via - se tentada a redefinir o cenário institucional do aparelho de tomada de decisão herdado do seu antecessor – às vezes por bons motivos e com resultados inovadores, mas muitas vezes por razões sem sentido e com efeitos extremamente negativos sobre a estabilidade da organização interna do Estado e sobre a memória das suas operações (MARTINS, 1997, p.20).

Gostariamos de reter a última parte da citação acima, associando-a aos eventos objeto deste capítulo, isto é, o desmanche da equipe técnica do ArPDF devido ao terceiro mandato de Roriz, o qual trouxe uma perda significativa na produtividades da instituição, sobretudo no que conceme às suas práticas informacionais. Fato que pode ser confirmado pelas falas dos entrevistados e demonstrado pelo balanço das atividades realizadas pela instituição a partir de 1999.

O ArPDF foi bastante afetado com a última mudança de governo, aonde todos os seus técnicos, que já vinham trabalhando na instituição dentro de diversos governos,

foram todos dispensados. Não havendo preocupação com a manutenção de um trabalho sólido que já vinha sendo realizado. Com certeza o fato comprometeu a qualidade dos serviços prestados pela instituição. 16

Para uma instituição alcunhada de “antro do PT” os dois mandatos do Governador Roriz foram uma tragédia. Em particular o último, iniciado em 1996, que resultou na substituição da quase totalidade do corpo técnico. A causa principal que o ArPDF não tinha um quadro técnico fixo na quantidade necessária. Quase todos os técnicos eram titulares de cargos de confiança, portanto sujeitos aos humores dos governantes locais, em todos os níveis, desde o Secretário de Cultura até o Governador. Quando da administração de Walter Mello na superintendência do ArPDF, os cargos de confiança eram preenchidos por critérios técnicos, inclusive, análise de currículo. Nos governos “anti-arpdf” os critérios eram puramente políticos. 15

O atual governo não parece se relacionar com a memória e usa o espaço e as atividades do ArPDF de forma frágil e sem contato com a sociedade. 7

Sobre a relação do Governo Roriz e as instituições culturais, novamente José Jorge de Carvalho tem uma interpretação bastante esclarecedora.

A cultura política que ele traz é essa; que é uma política da invasão de terras, da jagunçada, da pistolagem que vai junto com a invasão de terras e da falta de memória que é um dos elementos fundamentais no arquivo. Ele trabalha com a falta de memória. Ele tira o poder cognitivo. Tira o poder cognitivo e coloca a pessoa numa situação de vassalagem. Nesta servidão não pode haver memória, não pode haver lembrança de nada. Ele traz a afinidade entre o trabalho de ilegalidade com o trabalho de não memória. E com isso uma relação de anti - intelectualismo profundo que é uma outra característica dele. Não há, não pode haver pensamento em volta. Ele construiu uma hegemonia da desmemoriação, da imbecilização, da desmemoriação. Comprou o jornal de Brasília, inventou o Jornal da Comunidade,

destruiu a Rádio Cultural e destruiu o Correio Braziliense. Não é pouco. Onde não tem nenhum outro discurso. Anos de destruição do solo, de formação de uma cultura cidadã própria da Capital da República que no caso de uma arbitrariedade da Capital da República tinha que passar pelas Instituições (Arquivo, Bibliotecas, Rádio, Televisões) todas essas quantidades de instituições degradadas (casa do Teatro Armador, Planetário, MAB). Há nele uma sistemática erosão do que são instituições. Ele foi destruindo sistematicamente ao deixar isso no chão. Fez um favor ao grupo dele porque, fez um efeito muito negativo no normal da classe intelectual, classe média. Ele inverteu, ele derrubou, desceu as pessoas. Isso é grave! A história do arquivo é uma crucial típica disso. Se você fizesse uma lista, você entende que é exatamente o oposto, como ele teve muito tempo de governo todas essas instituições deveriam estar melhor. Ele conseguiu ir derrubando uma por uma delas. Estão quase todas no chão. O processo dele é um processo de desinstitucionalização, é isso! Então, ele não é sozinho. Muitas pessoas se beneficiaram dele. Passaram. Ele é a história da desinstitucionalização que ele é o catalizador, também não é o único, porque muita gente se beneficiou. Ele desqualificou tecnicamente. Essa fobia que ele tem a qualificação de qualquer tipo porque o pacto que ele faz é sempre com pessoas de muito pouca qualificação. É, na verdade, a figura de um ditador fora de época. Ele tem todo o perfil de um ditador deslocado. Essa grosseria em relação à cidadania. Porque a cidadania o ameaça [...].

A fim de confrontar as falas dos entrevistados, os quais destacam claramente a relação entre o contexto político e a trajetória do ArPDF, e realizar uma avaliação e trajetória do ArPDF no que diz respeito as suas práticas informacionais, produziu-se um balanço das atividades do período de 1999 a 2001 que nos permite uma comparação com o período de 1987 a 1998. Ressalta-se que os dados foram retirados dos Relatórios de Atividades produzidos pela própria Instituição.

4.4 As práticas informacionais do ArPDF no período 1999-2001

Retomando observações da primeira parte deste capítulo, lembramos que os arquivos apenas cumprirão as suas funções sociais à medida que proporcionarem aos cidadãos o acesso aos documentos sob sua custódia. O arquivo deve buscar proporcionar ao cidadão um “acesso pleno” a esse acervo, e buscar estabelecer um diálogo com os diversos segmentos da população. Não apenas produzir instrumentos de divulgação como exposições, panfletos e folders, mas tentar atingir o público da área promovendo cursos, seminários, palestras e debates e, inclusive, envolver os agentes públicos na produção de trabalhos voltados para a sua área de atuação.

Pela análise das práticas informacionais - relatórios institucionais, publicações, instrumentos de pesquisa, ex-funcionários - do ArPDF relativa ao período 1999 - 2001, percebeu-se que a instituição priorizou atividades que a divulgam junto ao público - o que não deixa de ter sua importância, porém pouco produziu na área técnica. Por outro lado, como veremos a seguir mesmo no campo da divulgação o que se tem registrado são reedições do que já havia sido produzido antes de 1999.

4.4.1 Exposições

QUADRO 11: EXPOSIÇÕES REALIZADAS PELO ArPDF (1999-2001)

Título	Ano
“Gente que ama Brasília”	1999
Arquivo Público	2000
“Planaltina: um referenciamento de fontes”	2000
“Rodo Marco Zero”	2000
“Israel Pinheiro: vida e obra”	2000
“Brasília do Gesto Primário à Obra de Arte Coletiva”	2000
“Missão Cruls”	2000

Gente que Ama Brasília	2000
“Brasília Anos 50”	2000
Brasília em 3 Tempos	2000
“Missão Cruls”	2001
“Gente que ama Brasília”	2001
“Rodo Marco Zero”	2001
“Brasília do Gesto Primário à Obra de Arte Coletiva”	2001
Arquivo Público	2001
“Planaltina: um referenciamento de fontes” ^	2001
Núcleo Bandeirante *	2001
Lendário e Fascinante	2001
Brasília em 3 Tempos	2001
“Brasília Anos 50”	2001

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

No Relatório de Atividades de 1999 é citada apenas a participação do ArPDF na exposição “Gente que ama Brasília” apesar de, no mesmo relatório, ter uma tabela com os seguintes números:

QUADRO 12: COMPARAÇÃO DE EXPOSIÇÕES REALIZADAS PELO ArPDF

Descrição	1997	1998	1999
Exposições Montadas	07	06	24

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

Sendo assim, supõe-se que a mesma exposição foi montada 24 vezes.

Pelo fato de os dados encontrados serem insuficientes, não foi possível criar uma tabela com o número total de exposições realizadas anualmente, sendo assim foi elaborada

A Revolução Francesa e os arquivos públicos, 1988.
5 anos preservando a memória documental de Brasília, 1990.
Diagnóstico dos arquivos do Governo do Distrito Federal, co-edição, 1990.
Guia dos acervos do Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.
Marca Página, 1999.
Folder, 1999.
Cartaz, 1999.

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos do Guia 2000 produzido pelo ArPDF.

4.4.4 Publicações e Difusão

Os anos de 1994, 1995 e 1997 foram períodos com o maior número de publicações e de instrumentos das práticas informacionais do ArPDF, não apenas considerando a quantidade, mas a amplitude do projeto da publicação *Cadernos de Pesquisa* que teve continuação com os números 8 e 9. O ano de 1999 não foi incluído como ano de maior produção devido ao fato de que, na realidade, foram produzidos mais materiais institucionais de divulgação.

QUADRO 15: PUBLICAÇÕES E DIFUSÃO DO ARPFD (1999-2001)

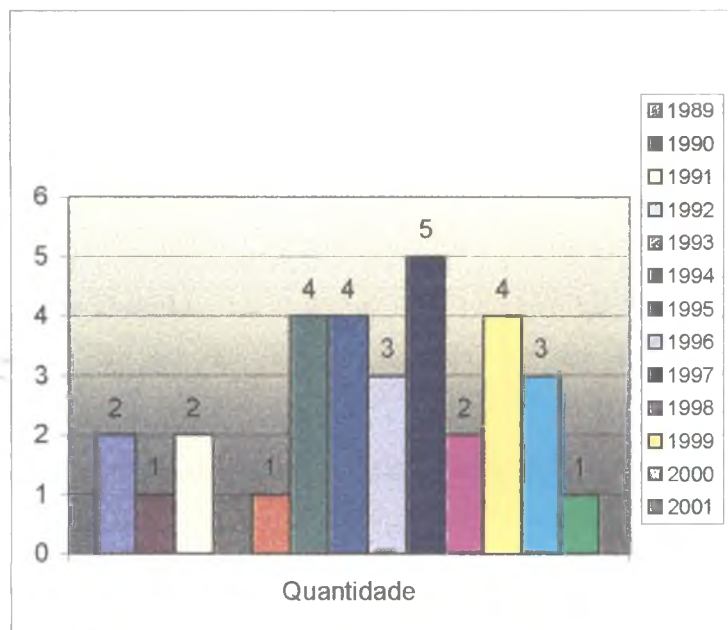
Título	Ano
Cartaz Institucional	1999
Folder	1999
Marca Página	1999
Jornal O Candanguinho (veiculação interna)	1999
Manual Interno de Conservação Preventiva	1999
Caderno de Pesquisa nº 8 – Planaltina	1999
Calendário Temático do Arquivo Público do Distrito Federal para o ano 2000	1999
Caderno de pesquisa nº 08	2000

Guia do Acervo do ArPDF	2000
Calendários institucionais	2000
Reedição, em volume único, dos cadernos de pesquisa de nº 1 a 8.	2000
Cadernos de Pesquisa nº 9, Núcleo Bandeirante.	2001

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

GRÁFICO 2: QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS POR ANO PELO ArPDF



Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

4.4.5 O ArPDF na Imprensa

No período de 1999 a 2001, foram encontradas 5 matérias se referindo ao ArPDF, embora apenas 2 tivessem o Arquivo como o assunto principal, as outras citavam a instituição apenas por ser o repositório de documentos de candangos. Os anos de 1993, 1996 e 2000 foram os períodos em que o ArPDF mas saiu na mídia Correio Braziliense. Ao total foram 9 matérias.

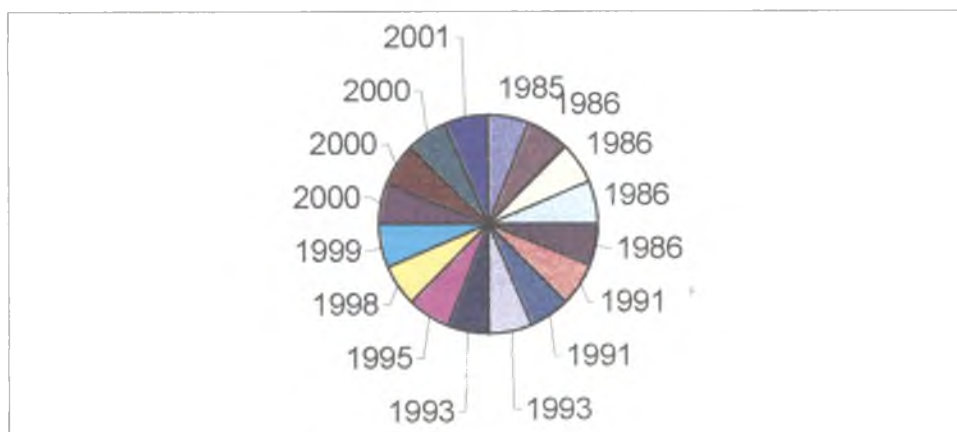
QUADRO 16: O ArPDF NA IMPRENSA (1999-2001)

Título	Jornal	Data/ANO
Primeiro eleitor comeu muita poeira	Correio Braziliense	26/05/1999
Defesa do Arquivo II	Correio Braziliense	10/04/2000
Brasília celebra os 98 anos de JK	Correio Braziliense	12/ 09/2000
Missa Campal lembra JK	Correio Braziliense	13/09/2000
Passeio pela História	Correio Braziliense	28/01/2001

Fonte: ArPDF

Nota: dado extraído do Jornal Correio Braziliense.

GRÁFICO 3. QUANTIDADE DE MATÉRIAS NA IMPRENSA POR ANO



Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

4.4.6 Formação de Recursos Humanos 1999- 2001 (participação em eventos científicos e capacitação profissional)

O Quadro 17 mostra que os agentes públicos do ArPDF, no período em questão, participaram de poucos eventos relacionados à área. No total, foram 7 eventos em 3 anos. A diferença de investimento em recursos humanos no ArPDF fica nítida ao comparar o Quadro 17 com o Quadro 7.

QUADRO 17: FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ARPDP 1999- 2001 (PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL)

Título	Ano
Eventos Científicos	
Seminário sobre Tratamento Arquivístico em Instituições Públicas e Privadas no Distrito Federal	1999
I Seminário Internacional sobre Arquivo Permanente e VII Encontro Regional da	2000

ANPUH-GO. Goiânia-GO	
XIII Congresso Brasileiro de Arquivologia	2000
Seminário sobre Avaliação Documental	2000
IIº Encontro do Fórum de Recursos Humanos. Escola do Governo. Brasília-DF	2001
VIIº Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo. Imprensa Nacional.	2001
Conferência de Gestão de Documentos. Escola do Governo. Brasília-DF.	2001
IIIº Encontro do Fórum de Recursos Humanos. Escolas do Governo. Brasília – DF	2001
Seminário “Gestão de Documentos da Administração Pública Federal”. Imprensa Nacional. Brasília – DF.	2001
Seminário “Arquivologia, 10 anos de UnB”. UnB. Brasília – DF.	2001
Seminário “Imagem em Movimento”. Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro- RJ.	2001
Fóruns de Gestão Pública. Escola de Governo. Brasília – DF.	2001
I Simpósio Biblioteca, Leitura e Livro – Associação dos Bibliotecários do DF. Brasília – DF.	2001
Congresso “Relações Públicas”. GDF. Brasília – DF.	2001
Capacitação Profissional	
Palestra na Imprensa Nacional	1999

Visita técnica às instalações da Imprensa Nacional	1999
Palestra no Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos sobre Planejamento do Orçamento/2000	1999
Palestra na Secretaria de Planejamento sobre Orçamento/2000	1999
Expocite no Stand da Secretaria de Cultura - mostra da exposição "Gente que Ama Brasília"	1999
Estágio de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos na Imprensa Nacional	1999
Curso de Microinformática realizado no ArPDF	1999
"Estudo sobre conservação em acervos em papel" na Faculdade de Belas Artes	1999
Curso Gestão de Documentos e Arquivo Permanentes.	2000
Palestra "Panorama dos Arquivos nos 3 poderes: um enfoque arquivístico".	2000
Programa de Melhoria de Qualidade de Vida. Escola do Governo. Brasília-DF	2001
Treinamento sobre Aposentadoria e Pensões. TCDF. Brasília-DF	2001
Palestras sobre a Lei 8.112/90. Escola do Governo. Brasília-DF	2001
Treinamento GFIP. Brasília-DF	2001
Curso "Elaboração de Base de Dados Microisis". UnB. Brasília-DF.	2001

Curso Formato MARC 21. Conselho Regional de Biblioteconomia e apoiado pela Câmara dos Deputados. Brasília-DF.	2001
Palestra proferida pelos bibliotecários do STF, Senado Federal. Brasília- DF.	2001

Fonte: ArPDF

Nota: dados extraídos dos Relatórios de Atividades produzidos pelo ArPDF.

4.4.7 Consultas

QUADRO 18: CONSULTAS REALIZADAS NO ArPDF

Ações	1999	2000	2001
Consultas via internet	11	08	46
Declaração de Tempo de Serviço	70	77	40

Comparando o quadro 18 com o quadro pode-se perceber uma redução brusca do número de consultas via internet. Essa redução deve-se ao fato da mudança do sítio que passou por toda uma reformulação. Hoje, o sítio contém apenas informações e *links* ligados ao governo e anuncia apenas a exposição de JK. O sítio anterior oferecia toda a produção científica e cultura produzida pelo arquivo. Em relação à declaração do tempo de serviço, também houve uma diminuição de cessão. Mesmo que no primeiro período (1986-1998) não haja a referência de números e no último ano tenha sido apenas 6 cessões, o primeiro período apresenta muito mais cessões.

5. Conclusão

A história das instituições arquivísticas, na perspectiva da Arquivologia, ainda é um vasto campo de pesquisa a ser explorado. Esse campo apresenta, dentre outras dificuldades, a escassez de publicações dedicadas ao estudo da questão; e, por outro lado, o fato de quase sempre a história de um determinado arquivo ser abordada sob a forma de um breve histórico, de relatos.

No Brasil, os estudos sobre esse tema ainda são mais restritos. Até o momento, como observamos na Introdução e na revisão de literatura, foram produzidos poucos estudos científicos sobre a história das instituições arquivísticas brasileiras. Além disso, há o fato de que nos poucos estudos produzidos não foi considerado, particularmente, a perspectiva das relações dinâmicas entre a história dos arquivos e o contexto político e social ao qual ele pertence. Lembrando que os arquivos públicos, considerados como sistemas de informação, são instituições referenciadas política e socialmente, além de sua dependência intrínseca ao Estado.

Tendo em mente que os arquivos públicos são o resultado das ações do Estado ou reflexo dos passos deste, deve-se considerar que o contexto político sempre terá uma influência na realidade dos arquivos, sobretudo no Brasil, onde essas instituições são consideradas periféricas, retomando a expressão de Jardim. A própria posição dualista do Estado em relação à informação, orgânica ou não, reflete na realidade de muitos arquivos públicos. Essa instabilidade na política de informações afeta a história dos arquivos e limita a divulgação da Arquivologia, dos seus conceitos, teorias e princípios, bem como de seus especialistas dificultando o diálogo com a sociedade.

Como foi assinalado neste trabalho, no regime militar foram incentivadas a criação e a utilização de muitos Sistemas de Informação, no sentido de desenvolvimento nacional e de valorização do momento político. Naquele contexto, a informação era amplamente utilizada pelo Estado como algo estratégico, que a valorizava e disseminava de forma educativa.

Na transição para a Democracia, o discurso do Estado em relação à informação e a essas instituições passou a ter outro sentido. Nesse momento, quando a informação representava um passo para o novo, para a participação e cidadania, surgiu o pensamento de reconstrução e transformação dessas instituições, inclusive do Arquivo Nacional, que ao passar por uma reformulação e disseminar a necessidade de criação de um de Sistema Nacional de Arquivos. A criação do arquivo público do Distrito Federal, em 1985, quando já se havia concretizado parte dos anseios políticos, expressos na campanha pelas “Diretas Já”, insere-se nessa nova etapa política brasileira, ainda que sua gestação tenha se dado ainda em plena ditadura militar.

Além de o contexto político influenciar a história de uma instituição arquivística, há, como vimos, o papel essencial dos agentes públicos. Suas concepções em relação à criação e trajetória da instituição e suas práticas informacionais vão, de certa forma, orientar os rumos que esta instituição vai tomar. E é curioso que a maior parte dos estudos sobre Sistemas de Informação não considera o fato de que essas instituições têm o seu cotidiano e suas práticas regidas por agentes públicos nomeados pelo Estado, portanto sujeitos às transformações sofridas por esse mesmo Estado.

Como observamos ao longo desta dissertação, os arquivos públicos custodiam os documentos produzidos e acumulados pelo poder público nas suas diversas esferas. Isso significa que eles são, prioritariamente, depositários da memória oficial registrada. No entanto, neste trabalho aponta-se para o que chamamos de memória de “possibilidades”, pois as informações contidas nos documentos oficiais em sua tramitação ou ciclo de vida percorrem vários caminhos impensados; podem se desvincular do seu autor, constituir-se um bem de troca e escapar do controle trazendo a tona “verdades” que não se gostaria que fossem reveladas. Essas possibilidades também podem se converter em poder para os agentes públicos sobre as informações. Mesmo que o Estado elabore políticas informacionais “ideais”, a prática dessas políticas em relação à memória será distinta em cada arquivo. Os agentes públicos podem ser manipuladores da memória oficial, pois, ao tratar, recuperar e divulgar as informações eles poderão também interpretá-las, organizá-las e divulgá-las segundo recortes particulares e de acordo com suas concepções. Eles são os

mediadores entre as informações arquivísticas e a sociedade. A instituição arquivo público constitui-se num espaço de conflitos e paradoxos; pode ser um espaço ao mesmo tempo acumulador/produtor de informações e de conhecimento, em que outras falas podem ser vislumbradas e ouvidas; ou um espaço de “silêncio”, de “guarda”.

A trajetória ou a memória institucional dos arquivos públicos seria uma memória de atividades traduzidas em suas práticas informacionais, realizadas sob a direção das instâncias do Estado oficial, portanto sob influência política.

Na trajetória do ArPDF, pode-se perceber nitidamente a influência dos agentes públicos. Pode-se constatar que além da influência da transferência da capital e seu momento político, o sucesso da criação deveu-se ao fato de que a maior parte dos agentes públicos envolvidos nesse processo, além de pertencer ao aparelho de Estado, estava engajado na área arquivística; possuía também uma noção esclarecida em relação ao significado e importância da instituição que também contribuíram em sua implementação. Além disso, a figura de Walter Mello, primeiro superintendente do Arquivo, figura engajada politicamente, e vinculada às instituições culturais do governo do Distrito Federal, também assegurou o bom desempenho do arquivo em seus passos iniciais, comprovando também a influência do diretor na trajetória da instituição arquivística, como já havia sido apontado pelo então Diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues.

No período entre 1987 e 1998, percebeu-se que o corpo técnico ou os agentes públicos que compunham o quadro de funcionários do ArPDF, além de possuírem experiência na área, tinham uma identificação com o trabalho e as funções sociais da instituição, comprovado em suas falas sobre o significado da instituição, suas concepções sobre usuários e sua capacitação profissional. Além disso, o ambiente institucional relatado por eles era de co-participação democrática, que também transparece em suas falas sobre a impressão do período em que lá estiveram projeto Chá da Memória, em que cada funcionário contribuía voluntariamente com recursos financeiros para a compra de materiais necessários a sua realização é bastante ilustrativo deste aspecto.

Como resultado desse cotidiano institucional, o ArPDF adotou práticas informacionais de sucesso, comprovadas pelos Relatórios de Atividades. No período de 1988 a 1998, foram produzidos 20 títulos de exposição; recolhidos 6 fundos públicos e 3 privados; elaborados 4 guias e 20 títulos de publicações; divulgadas 7 matérias no Correio Brasiliense. Além disso, o ArPDF esteve representado por seus agentes públicos em, aproximadamente, 36 eventos relacionados à área Arquivística.

Nesse mesmo regime de democracia, na transição do Governo Cristóvam Buarque para Joaquim Roriz, o Arquivo Público do Distrito Federal teve grande parte de suas ações reduzidas, com a demissão da maior parte do seu corpo técnico. Isso evidencia que mesmo em um período de democracia ainda existem no país práticas autoritárias e que isso se reflete nas instituições do Estado, inclusive no que concerne à formação dos seus agentes. No caso particular do Arquivo Público do DF, na sua produção institucional. Esses aspectos ficaram muito claros tanto nas falas dos ex-funcionários quanto na análise das práticas informacionais do ArPDF obtidas com base nos Relatórios de Atividades do ArPDF.

A partir do terceiro mandato do governador Joaquim Roriz, o ArPDF vive um período de “silêncio”. Foram produzidos 11 títulos de exposições, sendo que desse total apenas 4 títulos são inéditos; não foi recolhido nenhum outro fundo ; elaborado apenas 1 Guia, na verdade uma reprodução do último Guia de 1998, com a observação de 18 publicações esgotadas e apenas 5 títulos de novas publicações. Apenas sete eventos na área de Arquivologia tiveram a participação dos funcionários.

6. Recomendações

Durante a realização desta pesquisa, algumas questões foram apenas apontadas. Por outro lado, pensamos também que o tema aqui abordado poderia ser retomado a partir de outros estudos de caso. Assim, gostaríamos de sugerir a outros pesquisadores alguns eixos de pesquisas:

- Produção de mais estudos no Brasil relacionados à história dos arquivos públicos que tenham como perspectiva de análise a sua inserção no contexto político e social na condição de um sistema de informação dinâmico.
- Estudos sobre o papel do Arquivo Nacional na criação e trajetória dos arquivos públicos no Brasil.
- Estudos sobre as políticas informacionais do Estado e seus efeitos nos arquivos.
- Estudos comparativos sobre a influência dos agentes públicos na disseminação das informações orgânicas. Por exemplo, comparações entre as práticas informacionais dos arquivos públicos municipais e os estaduais, considerando-se o grau de vinculação dessas instituições e o poder executivo estadual e municipal.
- Estudos sobre a eficiência dos arquivos em fazer com que os acervos sob sua custódia sejam utilizados para produção de conhecimento científico, sobretudo no âmbito de sua região geográfica.
- Estudos sobre contribuição dos Arquivos Públicos para o conhecimento científico em Arquivologia.
- Estudos sobre a contribuição dos Arquivos Públicos na formação de técnicos em arquivística.

7. Glossário¹⁶

Acervo – Totalidade dos documentos conservaods num acervo.

Acesso – 1 – Possibilidades de consulta a um arquivo como resultado de autorização legal. 2- Possibilidades de consulta a um arquivo, como resultado da existência de instrumento de pesquisa.

Armazenamento – guarda de documentos em mobiliário ou equipamentos próprios, em áreas que lhes são destinadas.

Arquivamento – 1- conjunto das operações de acondicionamento e armazenamento de documentos nos seus devidos lugares. 2 – ação pela qual a autoridade administrativa ou judiciária determina a guarda de um documento, cessada sua tramitação.

Arquivística – disciplina também conhecida como Arquivologia que tem por objetivo o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua construção, organização, desenvolvimento e utilização.

Arquivo – 1 – conjunto de documentos que, independente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. 2- entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição. 3- edifício em que são guardados os arquivos. 4- móvel destinado à guarda de documentos.

Arquivo Corrente – 1- conjunto de documentos estreitamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos no cumprimento de atividades-fim e atividades-meio e que se conservam junto aos órgãos produtores em razão de sua vigência e da frequência com que são por eles consultados. 2 – unidade administrativa ou órgão encarregado do arquivo corrente.

Arquivo Intermediário – 1 – conjunto de documentos originados de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguardam em depósito de armazenamento temporário, sua destinação final. 2- unidade administrativa ou órgão encarregado do

¹⁶ O Glossário foi elaborado com base no Dicionário de Terminologia Arquivística. (1996)

arquivo intermediário. 3 – depósito especialmente destinado para o armazenamento temporário de documentos.

Arquivo permanente – conjunto de documentos que são preservados, respeitada a destinação estabelecida, em decorrência do seu valor probatório e informativo.

Arquivo privado – 1 – conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função de seu valor. -unidade administrativa ou órgão encarregado de arquivos permanentes.

Arquivo público – conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos.

Arranjo – denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes.

Avaliação – processo de análise de arquivos, visando a estabelecer sua destinação, de acordo com os valores que lhes forem atribuídos.

Catálogo – instrumento de pesquisa em que a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões toma por unidade a peça documental, respeitada ou não a ordem de classificação.

Ciclo vital de documentos- sucessão de fases por que passam os documentos, desde o momento em que são criados até sua destinação final.

Classificação – 1- seqüência de operações que, de acordo com as suas diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo. 2 – restrição ao acesso e uso dos arquivos, documentos ou informações imposta pela pessoa física ou jurídica de origem, para efeitos de segurança.

Conservação – conjunto de procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração.

Consulta – ação de examinar ou conhecer um documento.

Datas - limite – elemento de identificação cronológica em que são mencionados os anos de início e término do período abrangido pelos documentos de um processo, dossiê, série, fundo ou coleção.

Depósito - 1 – ação pela qual os documentos são colocados sob custódia de uma instituição arquivística. 2 – prédio ou área para armazenamento.

Desclassificação – liberação para consulta pública de arquivos, documentos ou informações anteriormente submetidos a classificação.

Direito à informação – preceito legal que garante acesso à informação.

Documentação – 1 – conjunto de documentos. 2 – disciplina que trata da organização e do processamento de documentos, incluindo identificação, análise, armazenamento, recuperação e disseminação da informação.

Documento – unidade constituída pela informação e seu suporte.

Documento confidencial- documento sigiloso cujo conteúdo , embora não afete a segurança, deve ser vedado ao conhecimento de pessoas não autorizadas.

Documento oficial – documento emitido ou reconhecido por instituição do poder público.

Documento público – documento produzido, recebido e acumulado pelos órgãos do poder público no desempenho de suas atividades.

Documento reservado – documento sigiloso cujo conteúdo não deve ser do conhecimento do público em geral.

Documento secreto – documento sigiloso cujo conteúdo requer alto grau de segurança, podendo ser apenas do conhecimento de pessoas autorizadas.

Documento sigiloso – documento que, pela natureza de seu conteúdo, requer medidas especiais de acesso, podendo ser desclassificado com ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado, de acordo com o grau de proteção que exige.

Documento ultra-secreto – documento sigiloso cujo conteúdo requer excepcional grau de segurança, podendo ser apenas do conhecimento de pessoas responsáveis por sua elaboração e execução.

Dossiê - unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica.

Eliminação – destruição de documentos que, na avaliação, forem considerados sem valor para guarda permanente.

Fundo – unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que. No arquivo permanente passa a conviver com arquivos de outras.

Gestão de Documentos – conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de documentos.

Grau sigilo - indicador dos níveis de restrição ao acesso.

Grupo – divisão de um fundo, definida de acordo com o método estrutural ou funcional.

Guia – instrumento de pesquisa que fornece informações básicas sobre um ou mais arquivos e seus fundos.

Guia de fontes – instrumento de pesquisa que identifica e localiza fundos, grupos ou séries de um ou mais arquivos relativos a determinado tema.

Índice – produto da indexação, como instrumento de pesquisa autônomo ou complemento de outro.

Instrumento de Pesquisa – obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo.

Inventário – instrumento de pesquisa em que a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões toma por unidade a série, respeitada ou não a ordem da classificação.

Lista – instrumento de pesquisa que enumeram registros ao nível de fundos, sub-fundos, classes, séries ou documentos.

Lista de eliminação – relação de documentos cuja eliminação foi legalmente autorizada.

Ordenação – disposição dos documentos de uma série, a partir de elemento convencionado para sua recuperação.

Peça – unidade documental materialmente indivisível.

Preservação – função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos.

Princípio de Proveniência – princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa.

Processo - unidade documental em que se reúnem oficialmente documentos de natureza diversa, no decurso de uma ação administrativa ou jurídica, formado um conjunto materialmente indivisível.

Recolhimento – passagem de documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente.

Repertório – instrumento de pesquisa no qual são descritos, promenorizados, documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos, podendo ser elaborado segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico.

Restrição de acesso – limitação à possibilidade de consulta, decorrente de regulamentação que determina prazos ou exclusões gerais.

Resumo – apresentação concisa do conteúdo de um documento.

Sala de consulta – área do arquivo onde os usuários examinam os documentos de seu interesse, sob supervisão dos arquivistas.

Salas de instrumentos de pesquisa – área do arquivo, geralmente próxima à sala de consulta, onde os instrumentos de pesquisa estão disponíveis para os usuários.

Série – seqüência de unidade de um mesmo tipo documental.

Subgrupo – divisão de um grupo, definida em razão da complexidade estrutural e/ou funcional da entidade produtora de documentos.

Sub-série – divisão de uma série, eventualmente utilizada em razão de variantes do tipo documental.

Tabela de temporalidade – instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos.

Teoria das três idades – sistematização das características dos arquivos correntes, intermediários e permanentes quanto à sua gênese, tratamento documental e utilização.

Tipo documental – configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que gerou.

Tipologia documental – estudo dos tipos documentais.

Transferência – passagem dos documentos do arquivo corrente para o intermediário.

Tratamento documental – conjunto das atividades de classificação e descrição de documentos.

Usuário – pessoa que consulta ou pesquisa documentos num arquivo.

Valor primário – qualidade inerente às razões de criação de todo documento, típica das fases iniciais de seu ciclo vital.

Valor probatório – 1- qualidade pela qual um documento evidencia a existência ou veracidade de um fato. 2- qualidade pela qual os documentos de arquivo permitem conhecer a origem, a estrutura, a competência e/ou o funcionamento da instituição que os produziu.

Valor secundário – qualidade informativa que um documento pode possuir para além de seu valor primário.

8. Referências Bibliográficas

ADERNE, Laís. Política Cultural e Sociedade. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. **ENAP Cadernos**, Brasília, vol. 1, n. 2, p. 47 – 52, dezembro de 1993.

ALBERCH i FUGUERAS, Ramon. El archivo municipal y su área jurisdicción. In: **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia**. São Paulo, 27/11 a 3/12/1994.

APARÍCIO, Maria Alexandra Miranda. **O Acesso e a Utilização da Informação Arquivística sobre a África no Arquivo do Itamaraty em Brasília**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2001.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A Construção Social da Informação: Práticas Informacionais no Contexto de Organizações Não-Governamentais/ ONGs Brasileiras**. Brasília, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Universidade de Brasília, 1998.

ARTURI, Carlos S. **Transição política e consolidação da democracia: notas a partir da experiência brasileira**. In: **Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo, Editora HUCITEC Ltda, 1996.

BADANHAN, Marco Antônio. **A Democratização da Capital Federal**. Brasília: Partidos e Eleições (1985 a 1994), 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, 1995.

BASTOS, Aurélio Wander, ARAUJO, Rosalina Corrêa. A legislação e a política de arquivo no Brasil. **Acervo**. Rio de Janeiro: v.4/5, n.2/1, p.19-33, jul. 1989/jun.1990.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A Queiroz, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição 1988: texto contitucional de 05 out. 1988**. Brasília: Senado Federal, 1995.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **IEB: origem e significados: uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

- CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: **Arquivos, Patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, p. 49 – 64, 1999.
- CANCLINI, Néstor G. O patrimônio cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, São Paulo, v. 11, n.4, p. 95-115, jan./jun. 1996.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A Democracia Necessária**. Campinas: Papirus, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, DPH/SMC, 37-46, 1991.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 5, 1982, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AAB, 1982.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 7, 1988, Brasília. **Anais...** Brasília: AAB, 1988.
- COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da memória em um Mundo Pós-Moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.
- CÔRTEZ, Maria Regina Persechini. **Arquivo Público e Informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.
- COSTA, Cecília M. Leite, FRAIZ, Priscila M. Varella. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro:v.2, n.3, p.63-76, 1989.
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória Insitucional do IBGE: um estudo exploratório – metodológico**. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- COUTURE, Carol. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**/ tradução: Luís Carlos Lopes. Brasília: Finatec, 1999.
- COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves et al. **Os fundamentos da disciplina arquivística**.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de Archivística**. Madrid, 1999.
- DECCA, Edgar. S. Memória e Cidadania. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, DPH/SMC, 129-136, 1991.

DREIFUSS, René Armond. Ao arquivo, com carinho. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.21, p. 27-32, 1996.

DUCHEIN, Michel. **Les obstacles à l'accès, à l'utilisation et au transfert de l'information contenue dans les archives: une étude RAMP**. Paris: Unesco, 1983.

DURANTI, Luciana. Registros de Documentos Contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.7, n.13, p.49-64, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O saber profissional e o poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: **Cultura e Memória: perspectivas da administração pública brasileira hoje. ENAP Cadernos**, Brasília, vol. 1, n. 2, p. 31- 33, dezembro de 1993.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, DPH/SMC, 29-36, 1991.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cultura e Poder nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1996.

FONSECA, Maria Odila. **O Direito à Informação. Arquivo & História**, Rio de Janeiro, n. 2, 1996, 17-32.

FONSECA, Maria Odila. **O Direito à Informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, UFRJ, 1996. 152p.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. **Acervo**, v.1, n.1, jan.-jun. 1986.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Uma proposta radical de trabalho. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.21, p. 33-38, 1996.

GAGNON – ARGUIN, Louise. **L'archivistique, ses acteurs, son histoire depuis 1960**, Québec, Presses de l'Université du Québec, xx-229 p., 1992.

GIDDENS, Anthony. **O Estado Nação e a Violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

GOES MONTEIRO, Norma de. O desafio dos arquivos nos estados federalistas. **Acervo**, Rio de Janeiro., v.1, n.2, p.138-157, jul./dez.1986.

GOMES, Maria do Carmo Alvarenga Andrade. **A produção do conhecimento histórico e o documento: estudo da relação entre a historiografia mineira e as fontes – 1979/1990**. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

GONZÁLES de GOMES, Maria Nélide. Dos Estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da informação. In: **O Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

GONZÁLES de GOMES, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, 19 (2):117-22, jul./dez. 1990.

GUTIERREZ, Ramón. História, Memória e Comunidade: o direito ao patrimônio construído. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, DPH/SMC, 121-128, 1991.

HEYNEMANN, Cláudia. Pesquisando a memória: o Arquivo Nacional entre a identidade e a história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.4/5, n.1/2, p. 69-83, jul./dez.1989; jan./jun. 1990.

INOSOJA, Rose Marie. A memória atuante: instrumento de ação social. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, 9(2):3-5, maio/ago. 1981.

JARDIM, José Maria. Instituições arquivísticas: estrutura e organização, a situação dos arquivos estaduais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.21, p. 39-42, 1996.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.2, p.209-216, maio/agosto, 1996.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1995.

JARDIM, José Maria. **Transparência e Opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EdUFF, 1999.

KECSKEMETI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**. Rio de Janeiro: v.3, n.2, p.5-9, jul./dez.1989.

KRAUSZ, Rosa R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

KURTZ, Clara Marli Scherer. **O Usuário do Arquivo Nacional e o seu Relacionamento com os Serviços Oferecidos para a Satisfação de suas Necessidades de Informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

KURTZ, Maria Clara Scherer. **O usuário do Arquivo Nacional e seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação**. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, v.4/5 (2/1):25-43, jul./dez. 1989, jan./jun. 1990.

LE COADIC, Yves. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Ed. Da Universidade Estadual de campinas, 1992.

LODOLINI, Elio. El Problema Fundamental de la Archivística: la naturaleza y el ordenamento del archivo. In: **Archivística**. Lima, Pontificia Universidade Católica del Peru, p. 30-51, 1991.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia Documental de Partidos e Associações Políticas Brasileiras**. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 151p.

MARINHO JUNIOR, Inaldo Barbosa; SILVA, Junia Guimarães e. Arquivos e Informação: uma parceria promissora. **Arquivo & Administração**, v.1, n.1, p.15-32, jan.jun. 1998.

MARTELETO, Regina Maria. **Conhecimento e Sociedade: Pressupostos da Antropologia da Informação**. In: **Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

MARTINS, Luciano. Reforma da Administração Pública e Cultura Política no Brasil: uma visão geral. **Cadernos ENAP**, Brasília, DF, n.8, 1997.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Becerra de. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: **Arquivos, Patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, p. 11 – 30, 1999. MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória? Para mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto da Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34. p. 9-24, 1992.

- MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: **A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- MIRANDA, Antonio Lisboa de Carvalho. **A Ciência da Informação e a Teoria do Conhecimento Objetivo: um relacionamento necessário**. In: **Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.
- NETO, Antônio Fausto. **Campo da Informação: transição e desafios**. In: **Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.
- ODDONE, Nanci Elizabeth. **Atividade editorial & Ciência da Informação: convergência epistemológica**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 1998.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, DPH/SMC, 25-28, 1991.
- RODRIGUES, Georgete Medleg; SILVA, Lúcia Margarida Alheiro da. Os arquivos da repressão: o papel da revista *Quadrilátero* na divulgação desses acervos. **XIII Simpósio de História: autoritarismo, repressão e memória**. Vitória, 18-22 junho, 2001.
- RODRIGUES, José Honório. Acessibilidade do público aos documentos: sigilo e reserva. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.4/5, n.1/2, p. 7-18, jul./dez.1989; jan./jun. 1990.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, História, Nação: propondo questões. **Ver. TB**, Rio de Janeiro, 87:/ 5/13, out.-dez., 1986.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda et al. **Arquivística: Teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999, v.1
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. A avaliação em arquivística: reformulação teórico - prática de uma operação metodológica. **Páginas a&b** (5) 2000, p.57-113.

SOUZA, Kátia Isabelli de Bethânia Melo de. **Os Arquivos no Contexto Educacional: Novas Perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documentos) – Universidade do Rio de Janeiro, 1995.

Material Produzido pelo Arquivo Público do Distrito Federal

Fontes Primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **1985-1990: 5 anos preservando a memória documental de Brasília**. Brasília: ArPDF, 1990. 80p. il.

_____. **Os arquivos da repressão**. Brasília: ArPDF, 1996.

_____. **Diagnóstico dos arquivos do Governo do Distrito Federal**. Brasília: ArPDF, 1990.

_____. **Guia do ArPDF**. Brasília, 1990

_____. **Guia do ArPDF**. Brasília, 1995.

_____. **Guia do ArPDF**. Brasília, 1998.

_____. **Plano de Ação 1987/1995**. Brasília, 1986/1994.

_____. **Plano de Ação 1995-1996**. Brasília: ArPDF, 1995.

_____. **O Quadrilátero**. (boletim informativo do ArPDF). Brasília: ArPDF, 1996.

_____. **Relatórios anuais de atividades – 1987/2001**. Brasília, 1988/1995.

_____. **Sistema de Arquivos do Distrito Federal: proposta de criação**. Brasília: ArPDF, 1986.

BRASIL. Decreto nº 8.530, de 14 de março de 1985. Aprova o regimento do ArPDF. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, ano X, n. 50, 14 mar. 1985. Suplemento.

_____. Decreto nº 8.530, de 14 de março de 1985. Criação do ArPDF. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, ano IX, n. 50, 14 mar. 1985. Suplemento.

JARDIM, José Maria. **A Periferia sem Centro: os arquivos como sistema**. Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 1; 1995.

MONTIEL, Rosane. **Arquivística: um olhar sobre a memória**. Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 4; 1995.

SANTOS, Marco Aurélio de Lemos; SOUZA, Tereza Euletério. **Formação de Taguatinga: um projeto de pesquisa sobre suas origens.** Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 2; 1995.

SANTOS, Marco Aurélio dos. **Atendimento a usuários de arquivos públicos: algumas reflexões e a experiência do ArPDF.** Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 5; 1996.

SILVA, Lúcia Margarida A. **Chá da Memória: um projeto para identificação de documentos fotográficos.** Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 3; 1996.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte. **A Construção de Brasília como experiência moderna na periferia capitalista: a aventura.** Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 6; 1997.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Políticas Públicas: o uso dos Arquivos na Contemporaneidade.** Brasília: Cadernos de Pesquisa. nº 7; 1997.

ANEXO A

DECRETO Nº 8.530, DE 14 DE MARÇO DE 1985

Cria o Arquivo Público do Distrito Federal-ArPDF, define sua relativa autonomia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 180, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com os artigos 12 e 35 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, **decreta:**

Art. 1º - Fica criado o Arquivo Público do Distrito Federal-ArPDF, órgão da Administração Direta, relativamente autônomo, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura para fins do exercício do controle e supervisão de que trata o artigo 39, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 2º - O Arquivo Público do Distrito Federal - ArPDF - tem por finalidade recolher, preservar e garantir proteção especial a documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pela Administração Direta, Indireta e Fundações do Distrito Federal.

§ 1º - Consideram-se arquivos, para fins do presente Decreto, os conjuntos de documentos organicamente produzidos ou recebidos por pessoa física e instituições públicas ou privadas, em decorrência de atividade específica, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza do documento.

§ 2º - Os arquivos do Governo do Distrito Federal serão preservados como elementos de prova e instrumento de apoio ao planejamento, à administração, à cultura, à história e ao desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas aos interesses do Governo do Distrito Federal e da comunidade.

Art. 3º - São arquivos públicos os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por órgãos e entidades do Distrito Federal, em decorrência de suas funções.

Parágrafo único - Os arquivos públicos são inalienáveis e imprescritíveis.

Art. 4º - Os arquivos públicos caracterizam-se como correntes intermediários e permanentes.

§ 1º - São arquivos correntes os conjuntos de documentos em curso, ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas freqüentes, cabendo sua administração aos órgãos ou entidades que os produziram ou acumularam.

§ 2º - São arquivos intermediários os conjuntos de documentos que, cessado ou reduzido o seu uso corrente, continuam a oferecer perspectiva de uso eventual, por prazos determinados, pelo órgão ou entidades de origem, para fins administrativos, legais, fiscais ou técnicos.

§ 3º - São arquivos permanentes os conjuntos de documentos selecionados e preservados, fonte de pesquisa para fins de prova e informação, segundo critérios de valor que definam sua destinação final.

Art. 5º - As atividades de arquivo do Distrito Federal serão organizadas sob a forma de Sistema, cuja especificação básica será aprovada pelo Governador do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 6º - Desde que se verifiquem as condições previstas no § 39 do artigo 49 os arquivos serão recolhidos periodicamente ao Arquivo Público do Distrito Federal, para fins de arquivamento permanente.

Art. 7º - São arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação.

Art. 8º - Os arquivos privados, cujo valor seja identificado pelo Arquivo Público do Distrito Federal, poderão ser classificados como de interesse público, na forma e nas condições estabelecidas na legislação pertinente.

§ 1º - A classificação de que trata este artigo não transfere ao Governo do Distrito Federal os direitos a eles relativos, nem implica o seu recolhimento automático ao Arquivo Público do Distrito Federal.

§ 2º - Os arquivos privados serão cadastrados e terão registro no Arquivo Público do Distrito Federal.

Art. 9º - O Arquivo Público do Distrito Federal deverá desenvolver atividades arquivísticas de preservação e acesso a arquivos privados relacionados ao desenvolvimento histórico, cultural, científico e tecnológico do Distrito Federal.

Art. 10 - É assegurado o direito de livre acesso, para consulta ou pesquisa, aos documentos do Arquivo Público do Distrito Federal, ressalvados aqueles que, por sua natureza e condições, imponham restrições pertinentes.

Art. 11 - Os documentos, cujo valor esteja intimamente ligado a imóveis tombados, poderão nele permanecer, sob a supervisão e proteção do Arquivo Público do Distrito Federal.

Art. 12 - Fica suspensa a eliminação de documentos de arquivo, na Administração Direta, Indireta e Fundações do Distrito Federal, até que sejam baixadas normas compatibilizadas com as disposições do presente Decreto.

Art. 13 - Aquele que desfigurar, destruir ou extraviar documentos de valor permanente será responsabilizado, na forma da legislação em vigor.

Art. 14 - O Arquivo Público do Distrito Federal será dirigido por um Superintendente designado pelo Governador do Distrito Federal, por indicação do Secretário de Educação e Cultura.

Art. 15 - Ao Arquivo Público do Distrito Federal, para a execução de suas atividades-fim, é assegurada relativa autonomia administrativa e financeira, sob a supervisão e controle da Secretaria de Educação e Cultura, sem prejuízo da auditoria financeira a cargo do órgão próprio da Secretaria de Finanças, nos termos dos §§ 19 e 29 do artigo 39, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 16 - A autonomia administrativa e financeira de que trata o artigo 12 da Lei nº 4.545, assegurada pelo artigo anterior, caracteriza-se pelo exercício das competências regimentais atribuídas ao órgão, ou seja:

I - desenvolver atividades de planejamento fundamental, orçamento programa e modernização administrativa, de acordo com as normas elaboradas pelos órgãos centrais dos respectivos sistemas;

II - contratar serviços de terceiros para o cumprimento de suas atividades-fim, nos termos da legislação em vigor;

III - admitir, dispensar e demitir pessoal sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho;

IV - designar, nomear, dispensar e exonerar pessoal para funções de confiança e cargos de níveis superior e intermediário;

V - praticar atos de administração relativo ao regime jurídico do pessoal;

VI - elaborar e propor tabelas de pessoal e respectivas alterações;

VII - elaborar e propor alterações no plano de lotação;

VIII - elaborar e propor planos de benefícios para servidores;

IX - realizar ou dispensar licitações, nos termos da legislação vigente;

X - receber as receitas provenientes de suas atividades;

XI - movimentar contas bancárias;

XII - exercer atividades de tesouraria e escrituração contábil;

XIII - elaborar balancetes e demonstrativos;

XIV - administrar e promover a conservação do patrimônio sob sua guarda e responsabilidade;

XV - celebrar contratos e convênios, nos termos da legislação vigente;

XVI - estabelecer normas internas de administração geral, obedecida a legislação expedida pelos órgãos sistêmicos centrais.

Art. 17 - O Superintendente é competente para administrar créditos, na qualidade de ordenador de despesas do Arquivo Público do Distrito Federal, ou pelas quais este responda, observadas as normas vigentes de execução orçamentária e financeira do Distrito Federal.

Art. 18 - A Secretaria de Finanças fará o repasse dos recursos financeiros ao Arquivo Público, dentro dos limites que lhe forem atribuídos no processo de desembolso aprovado para o exercício, observadas as normas vigentes.

Parágrafo único - O saldo anual dos repasses será obrigatoriamente recolhido à Secretaria de Finanças, de acordo com as normas vigentes.

Art. 19 - O Arquivo Público do Distrito Federal abrirá conta em seu próprio nome, em banco oficial, para a movimentação dos recursos repassados.

Parágrafo único - Os cheques para pagamento ou movimentação de contas e as ordens bancárias serão assinadas, conjuntamente, pelo Superintendente e pelo titular da unidade de administração geral do Arquivo Público do Distrito Federal.

Art. 20 - A receita arrecadada pelo Arquivo Público do Distrito Federal será recolhida ao órgão próprio da Secretaria de Finanças.

Art. 21 - Os balancetes contábeis do Arquivo Público do Distrito Federal deverão ser entregues ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e aos órgãos referidos nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal, dentro dos prazos estabelecidos pelos mesmos.

Art. 22 - O Arquivo Público do Distrito Federal, através de seu Superintendente, prestará ao Tribunal de Contas do Distrito Federal todos os esclarecimentos solicitados.

Art. 23 - Anualmente, até o dia 31 de janeiro, o Superintendente do Arquivo Público do Distrito Federal deverá apresentar ao Secretário de Educação e Cultura o relatório de suas atividades, inclusive da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Art. 24 - A admissão de pessoal somente poderá ser feita com a observância das normas vigentes e de conformidade com as Tabelas de Emprego aprovadas pelo Governador do Distrito Federal.

Art. 25 - O Superintendente, observadas as normas baixadas pelos Sistemas de Planejamento e de Orçamento, encaminhará ao Secretário de Educação e Cultura a proposta orçamentária para o exercício seguinte.

Art. 26 - Os serviços auxiliares, necessários ao funcionamento do órgão de que trata o presente Decreto, tais como entendidos os de vigilância e conservação, dentre outros, serão de preferência executados por firmas especializadas, nos termos do que preceitua o parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.

Art. 27 - O Arquivo Público do Distrito Federal terá estrutura e competência definida em Regimento próprio, aprovado pelo Governador do Distrito Federal, após prévia audiência da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Art. 28 - Para efeitos orçamentários, o Arquivo Público constitui uma unidade orçamentária na classificação institucional do Governo do Distrito Federal, tendo anexo próprio na Lei de Meios.

Art. 29 - O Secretário de Educação e Cultura baixará normas regulamentares necessárias à execução do presente Decreto.

Art. 30 - Os casos omissos ou dúvidas surgidas na execução deste Decreto serão dirimidos pelo Secretário de Educação e Cultura.

Art. 31 - O Superintendente do Arquivo Público fica responsável pelo cumprimento do que dispõe este Decreto, sem prejuízo das demais responsabilidades nele contidas.

Art. 32 - Fica o Secretário de Educação e Cultura responsável pelo controle e supervisão das disposições deste Decreto.

Art. 33 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO
Governador

Anexo B

Questionário – Idealizadores do Arquivo Público do Distrito Federal da época da criação

I. Identificação do Entrevistado(a)

01. Nome completo: _____

02. Formação: 1º Grau 2º Grau Superior

03. Cargo que exercia na época de criação do ArPDF (1985):

II. Trajetória do Entrevistado(a) em relação ao ArPDF

04. Qual foi a sua participação na criação e na trajetória do ArPDF? _____

05. Como foi o processo de criação do Arquivo Público do Distrito Federal? _____

III. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores externos

06. Qual a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na criação e na trajetória do ArPDF? _____

IV. Opiniões do entrevistado(a) sobre a instituição “Arquivo Público”

07. Para o(a) senhor(a) qual o significado da instituição “Arquivo Público”? _____

Anexo C

Questionário – Idealizadores do Arquivo Público do Distrito Federal da época da trajetória

I. Identificação do Entrevistado(a)

03. Nome completo: _____

04. Formação: 1º Grau 2º Grau Superior

03. Cargo que exercia na época de criação do ArPDF (1985):

II. Trajetória do Entrevistado(a) em relação ao ArPDF

04. Qual foi a sua participação na trajetória do ArPDF? _____

III. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores externos

05. Qual a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na trajetória do ArPDF? _____

IV. Opiniões do entrevistado(a) sobre a instituição “Arquivo Público”

06. Para o(a) senhor(a) qual o significado da instituição “Arquivo Público”? _____

Anexo D

Questionário – ex- superintendente da época da criação

I. Identificação do Entrevistado(a)

01. Nome completo: _____

02. Formação: 1º Grau 2º Grau Superior

II. Trajetória do Entrevistado(a) no ArPDF

03. Cargo que ocupou no ArPDF: _____

04. Qual foi a sua participação na criação e na trajetória do ArPDF? _____

05. Como foi o processo de criação do Arquivo Público do Distrito Federal? _____

06. Como foi a participação do ArPDF na Comissão de Direitos Humanos que recolheu os arquivos da repressão? _____

07. Descrever as atividades realizadas no ArPDF: _____

III. Aperfeiçoamento profissional do entrevistado(a) no ArPDF

08. Participação em Congressos: sim não internacional nacional

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

09. Participação em Cursos: sim não internacional nacional

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

IV. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores externos

10. Qual a influência do Arquivo Nacional e da Associação dos Arquivistas Brasileiros na criação e na trajetória do ArPDF (modernização, formação de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos)? _____

11. Qual a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na criação e na trajetória do ArPDF? _____

V. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores internos

12. Qual era a política do ArPDF em relação às funções arquivísticas? (classificação, descrição, avaliação e difusão) _____

13. Que concepções possuía o ArPDF de seus usuários? _____

VI. Opiniões do entrevistado(a) sobre a instituição “Arquivo Público”

14. Para o(a) senhor(a) qual o significado da instituição “Arquivo Público”? _____

15. Data de saída: _____

16. Motivo: _____

17. Impressões pessoais do período em que trabalhou no ArPDF: _____

Anexo E

Questionário – Ex- Superintendente do ArPDF da época da trajetória

I. Identificação do Entrevistado(a)

01. Nome completo: _____

02. Formação: 1º Grau 2º Grau Superior

03. Cargo que exercia na época de criação do ArPDF (1985):

II. Trajetória do Entrevistado(a) em relação ao ArPDF

04. Cargo que ocupou no ArPDF: _____

05. Data de admissão no ArPDF: _____/_____/_____

06. O que o(a) motivou a trabalhar no ArPDF? _____

07. Qual foi a sua participação na trajetória do ArPDF? _____

08. Descrever as atividades realizadas no ArPDF: _____

III. Aperfeiçoamento profissional do entrevistado(a) no ArPDF

09. Participação em Congressos: sim não internacional nacional

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

10. Participação em Cursos: sim não internacional nacional

Ano: _____
Local: _____
Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____
Local: _____
Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____
Local: _____
Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____
Local: _____
Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____
Local: _____
Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

IV. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores externos

11. Qual a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na trajetória do ArPDF? _____

V. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores internos

12. Qual a política do ArPDF em relação às funções arquivísticas? (classificação, descrição, avaliação e difusão) _____

13. Que concepções possuía o ArPDF de seus usuários? _____

VI. Opiniões do entrevistado(a) sobre a instituição “Arquivo Público”

14. Para o(a) senhor(a) qual o significado da instituição “Arquivo Público”? _____

15. Data de saída: _____

16. Motivo: _____

17. Impressões pessoais do período em que trabalhou no ArPDF: _____

Anexo F

Questionário – Superintendente atual do ArPDF

I. Identificação do Entrevistado(a)

03. Nome completo: _____

04. Formação: 1º Grau 2º Grau Superior

03. Cargo que exercia na época de criação do ArPDF (1985):

II. Trajetória do Entrevistado(a) em relação ao ArPDF

04. Cargo ocupado no ArPDF: _____

05. Data de admissão no ArPDF: _____ / _____

06. O que o(a) motivou a trabalhar no ArPDF? _____

07. Qual a sua participação na trajetória do ArPDF? _____

08. Descrever as atividades realizadas no ArPDF: _____

III. Aperfeiçoamento profissional do entrevistado(a) no ArPDF

09. Participação em Congressos: sim não internacional nacional

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

10. Participação em Cursos: sim não internacional nacional

Ano: _____
Local: _____
Nome do curso: _____
Período: _____

Ano: _____
Local: _____
Nome do curso: _____
Período: _____

Ano: _____
Local: _____
Nome do curso: _____
Período: _____

Ano: _____
Local: _____
Nome do curso: _____
Período: _____

Ano: _____
Local: _____
Nome do curso: _____
Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

IV. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores externos

11. Qual a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na trajetória do ArPDF? _____

V. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores internos

12. Qual a política do ArPDF em relação às funções arquivísticas? (classificação, descrição, avaliação e difusão) _____

13. Que concepções possui o ArPDF de seus usuários? _____

VI. Opiniões do entrevistado(a) sobre a instituição “Arquivo Público”

14. Para o(a) senhor(a) qual o significado da instituição “Arquivo Público”? _____

15. Impressões pessoais sobre trabalhar no ArPDF? _____

Anexo G

Questionário – Ex-funcionários do ArPDF

I. Identificação do Entrevistado(a)

01. Nome completo: _____

02. Formação: 1º Grau 2º Grau Superior

II. Trajetória do Entrevistado(a) em relação ao ArPDF

03. Data de admissão no ArPDF: ____/____/____

04. O que o(a) motivou a trabalhar no ArPDF? _____

05. Cargo ocupado: _____

06. Descrever as atividades realizadas no ArPDF: _____

III. Aperfeiçoamento profissional do entrevistado(a) no ArPDF

07. Participação em Congressos: sim não internacional nacional

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

08. Participação em Cursos: sim não internacional nacional

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

IV. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores externos

09. Qual a influência do Arquivo Nacional e da Associação dos Arquivistas Brasileiros na criação e na trajetória do ArPDF (modernização, formação de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos)? _____

10. Qual a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na criação e na trajetória do ArPDF? _____

V. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores internos

11. Qual era a política do ArPDF em relação às funções arquivísticas? (classificação, descrição, avaliação e difusão) _____

12. Que concepções possuía o ArPDF de seus usuários? _____

VI. Opiniões do entrevistado(a) sobre a instituição “Arquivo Público”

13. Para o(a) senhor(a) qual o significado da instituição “Arquivo Público”? _____

14. Impressões pessoais do período em que trabalhou no ArPDF: _____

16. Data de saída: _____

16. Motivo: _____

Anexo H

Questionário – Funcionários do ArPDF

I. Identificação do Entrevistado(a)

01. Nome completo: _____

02. Formação: 1º Grau 2º Grau Superior

II. Trajetória do Entrevistado(a) no ArPDF

03. Data de admissão no ArPDF. _____ / _____

04. O que o(a) motivou a trabalhar no ArPDF? _____

05. Cargo ocupado: _____

06. Descrever as atividades realizadas no ArPDF: _____

III. Aperfeiçoamento profissional do entrevistado(a) no ArPDF

07. Participação em Congressos: sim não internacional nacional

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____
Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____
Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

Nome: _____

Ano: _____

Apresentação de trabalhos: sim não

08. Participação em Cursos: sim não internacional nacional

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

Ano: _____

Local: _____

Nome do curso: _____

Período: _____

IV. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores externos

09. Qual a influência dos diferentes momentos políticos (local e nacional) na criação e na trajetória do ArPDF? _____

V. Percepção do entrevistado(a) quanto a fatores internos

10. Qual a política do ArPDF em relação às funções arquivísticas? (classificação, descrição, avaliação e difusão) _____

VI. Opiniões do entrevistado(a) sobre a instituição “Arquivo Público”

11. Que concepções possui o ArPDF de seus usuários? _____

12. Para o(a) senhor(a) qual o significado da instituição “Arquivo Público”? _____

13. Impressões pessoais sobre trabalhar no ArPDF? _____
